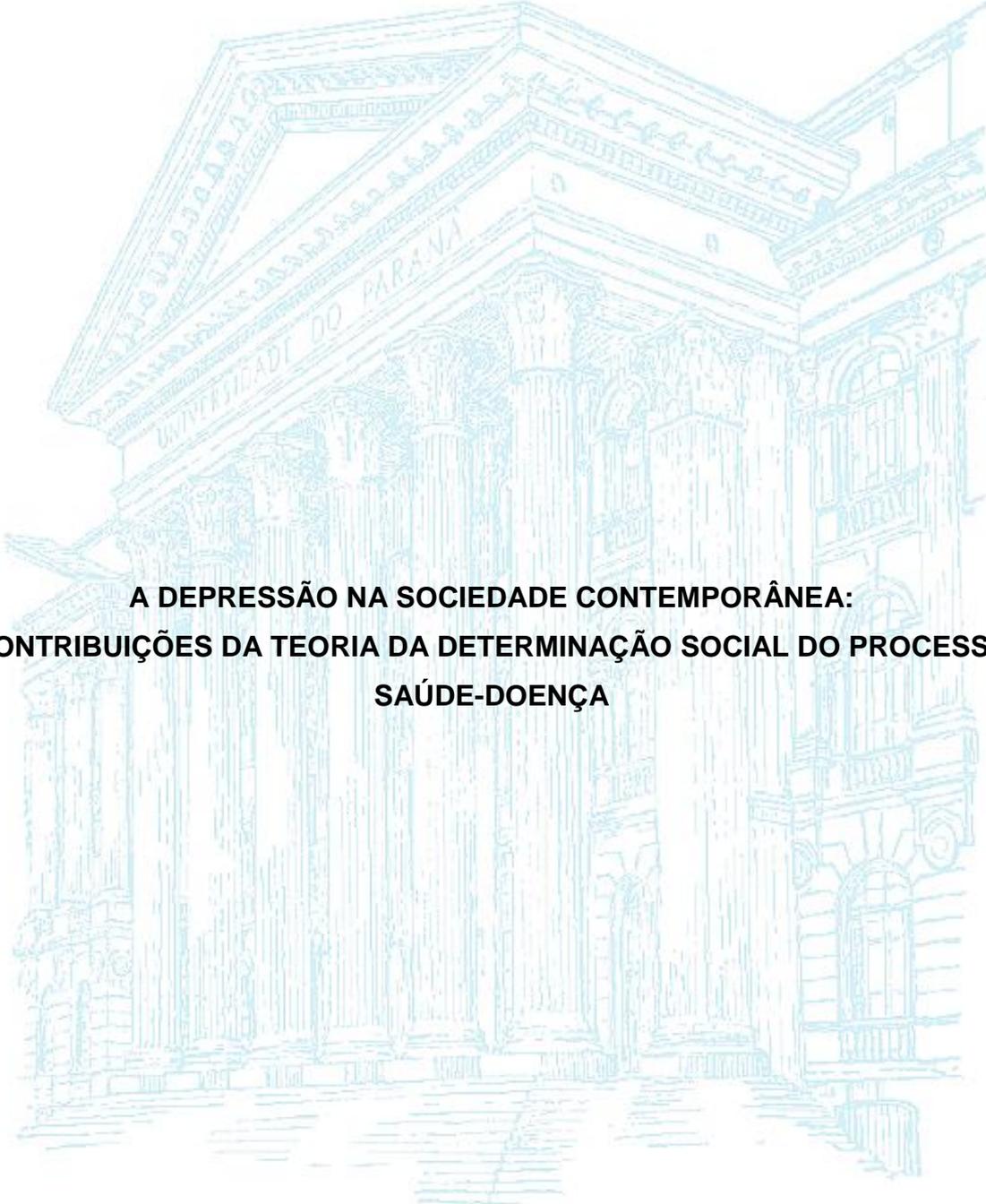


UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

VITÓRIA NASSAR VIAPIANA



**A DEPRESSÃO NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA:
CONTRIBUIÇÕES DA TEORIA DA DETERMINAÇÃO SOCIAL DO PROCESSO
SAÚDE-DOENÇA**

CURITIBA

2017

VITÓRIA NASSAR VIAPIANA

**A DEPRESSÃO NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA:
CONTRIBUIÇÕES DA TEORIA DA DETERMINAÇÃO SOCIAL DO PROCESSO
SAÚDE-DOENÇA**

Dissertação apresentada como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre em Saúde Coletiva, no Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva, Setor de Ciências da Saúde, da Universidade Federal do Paraná.

Orientador: Prof. Dr. Rogério Miranda Gomes
Coorientador: Prof. Dr. Guilherme Souza Cavalcanti de Albuquerque

CURITIBA

2017

V617 Viapiana, Vítória Nassar

A depressão na sociedade contemporânea:
contribuições da teoria da determinação social do processo
saúde-doença / Vitoria Nassar Viapiana. – Curitiba, 2017.
178 f. : il.

Orientador: Prof. Dr. Rogério Miranda Gomes

Coorientador: Prof. Dr. Guilherme Souza Cavalcanti de
Albuquerque

Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação
em Saúde Coletiva. Setor de Ciências da Saúde.
Universidade Federal do Paraná.

1. Depressão. 2. Estresse psicológico.

I. Gomes, Rogério Miranda. II. Albuquerque, Guilherme
Souza Cavalcanti de. III. Programa de Pós-
Graduação em Saúde Coletiva. Setor de Ciências da
Saúde. Universidade Federal do Paraná. IV. Título.

NLMC: WM 171.5



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
Setor CIÊNCIAS DA SAÚDE
Programa de Pós Graduação em SAÚDE COLETIVA
Código CAPES: 40001016103P7

TERMO DE APROVAÇÃO

Os membros da Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em SAÚDE COLETIVA da Universidade Federal do Paraná foram convocados para realizar a arguição da Dissertação de Mestrado de **VITÓRIA NASSAR VIAPIANA**, intitulada: "**A depressão na sociedade contemporânea: contribuições da teoria da determinação social do processo saúde-doença**", após terem inquirido a aluna e realizado a avaliação do trabalho, são de parecer pela sua APROVAÇÃO.

CURITIBA, 18 de Julho de 2017.


ROGERIO MIRANDA GOMES
Presidente da Banca Examinadora (UFPR)


ARMENES DE JESUS RAMOS JÚNIOR
Avaliador Interno (UFPR)


BRUNO PEIXOTO CARVALHO
Avaliador Externo (UFMS)

AGRADECIMENTOS

Ao meu caríssimo orientador, por me guiar com tanta sabedoria e tranquilidade durante este processo, oferecendo, a todo o momento, o suporte acadêmico e emocional que tanto precisei. Obrigada pela paciência, por compreender minhas falhas e limitações, por não me deixar me entregar às minhas inseguranças e por acompanhar meu ritmo, às vezes instável e inconstante. Agradeço pelas discussões enriquecedoras que tivemos, pelas palavras de encorajamento e, principalmente, por ser incansável na demonstração de que realmente acreditava em mim.

Ao professor Guilherme, a quem admiro muito, agradeço por ser “meu fã”, tanto quanto eu sou sua fã. Meu querido co-orientador, de quem recebi inúmeros aprendizados e com quem partilhei riquíssimas experiências acadêmicas, obrigada por sempre estar disposto a me defender e me encorajar, e, em especial, por acreditar nas minhas potencialidades.

Às minhas colegas de mestrado Lilian, Carolina, Patrícia, Natália, Amanda e Gianna. Percorremos juntas estes dois anos, compartilhamos angústias, desabafos, dificuldades e superamos inúmeros obstáculos. Mas também passamos por momentos incríveis de cooperação, ajuda, incentivo; acreditamos umas nas outras e nos incentivamos mutuamente a ir mais longe. Sem o apoio de vocês eu não teria feito o que fiz. Vocês são a melhor coisa que o mestrado me deu, imensamente mais importantes do que um título ou uma dissertação concluída.

À querida Mel, que exerceu papel crucial na minha formação, desde a graduação, e que até hoje tem contribuído enormemente na minha (tão curta) “carreira acadêmica”. Foi você que despertou em mim o desejo de continuar a estudar, me motivando a fazer o mestrado e a seguir os estudos do tema que construímos juntas na minha monografia da faculdade. Agradeço por todas as incontáveis contribuições e pela disposição em me ajudar sempre que precisei. Você é meu exemplo de professora, pesquisadora e psicóloga.

Ao Bruno, pelo infalível suporte e companheirismo, pelas infindáveis palavras de motivação, por todos os cafés que me possibilitaram momentos de alívio, descontração, reflexão e conforto.

À Ana, que me mostrou novas possibilidades, me abriu a novas experiências e me fez entender que coisas lindas podem vir dos lugares mais inesperados.

Às amigas da faculdade Jamile, Giovana, Carolina, Mariana, Vanessa, Fernanda e Camyla. Apesar de termos tomado caminhos diferentes na vida, vocês nunca falham em serem minhas referências em todos os momentos.

À minha querida amiga Amanda, que compreendeu e não se deixou abalar pelas minhas ausências nestes dois anos, e pelos incontáveis momentos de leveza que você me proporciona.

A todos os meus amigos que ofereceram auxílio, seja na forma de conforto quando precisei, ou com as distrações tão necessárias ao processo de escrita. Principalmente à Bruna, Giovanna, Jéssica e Débora (*my person*, que, mesmo tão distante, nunca deixou de ser um dos meus maiores suportes e uma das pessoas que mais acredita em mim). Obrigada por aguentarem meus repetidos desabafos e incessantes reclamações, bem como minhas oscilações de humor e os momentos difíceis que ocorreram ao longo do mestrado. Essa dissertação é produto final do constante suporte e compreensão de vocês, sem o qual eu não poderia tê-la concluído.

Às minhas queridas colegas de trabalho, Elenice e Elisângela, por serem tão pacientes comigo durante o mestrado, por me concederem a fantástica (ainda que exaustiva) oportunidade de conciliar ambas as atividades, por compreenderem meu cansaço e as falhas que ele me levou a cometer, e por serem pilares nos quais pude me apoiar.

Aos professores doutores Armenes e Bruno, agradeço pela disposição em participar da banca e pelas contribuições oferecidas durante a qualificação.

Finalmente, aos meus pais, que nunca duvidaram de mim e sempre me apoiaram em todas as minhas escolhas. Obrigada por me ajudarem a suportar os pesos da vida.

1

Seria a opressão tão antiga quanto o musgo dos lagos?

Não se pode evitar o musgo dos lagos.

Seria tudo o que vejo natural, e estaria eu doente, ao desejar remover o irremovível?

Li canções dos egípcios, dos homens que construíram as pirâmides. Queixavam-se do seu fardo e perguntavam quando terminaria a opressão. Isto há quatro mil anos.

A opressão é talvez como o musgo, inevitável.

2

Se uma criança surge diante de um carro, puxam-na para a calçada. Não o homem bom, a quem erguem monumentos, faz isso. Qualquer um retira a criança da frente do carro.

Mas aqui muitos estão sob o carro, e muitos passam e nada fazem.

Seria porque são tantos os que sofrem? Não se deve mais ajudá-los, por serem tantos?

Ajudam-nos menos.

Também os bons passam, e continuam sendo tão bons como eram antes de passarem.

3

Quanto mais numerosos os que sofrem, mais naturais parecem seus sofrimentos, portanto.

Quem deseja impedir que se molhem os peixes do mar?

E os sofredores mesmos partilham dessa dureza contra si e deixam que lhes falte bondade entre si.

É terrível que o homem se resigne tão facilmente com o existente, não só com as dores alheias, mas também com as suas próprias.

Todos os que meditaram sobre o mau estado das coisas recusam-se a apelar à compaixão de uns por outros. Mas a compaixão dos oprimidos pelos oprimidos é indispensável.

Ela é a esperança do mundo.

(Bertolt Brecht)

RESUMO

O objetivo deste trabalho é analisar as contribuições da teoria da determinação social do processo saúde-doença para a compreensão das altas taxas de depressão na sociedade contemporânea. Considerando que esta temática é extremamente relevante na atualidade, a concepção de depressão embasa o atendimento que é prestrado aos indivíduos por ela acometidos, bem como as formas com que se lidam com o transtorno, tanto a nível individual, como coletivo. A etiologia da depressão tem sido alvo de diversas polêmicas ao longo da história e, até os dias de hoje, sua definição é incerta. Sendo assim, é importante a discussão sobre suas causas e gênese. Este estudo teórico se posiciona como oposto à concepção hegemônica, ancorado na teoria da determinação social do processo saúde-doença, mediante a qual é possível compreender a produção social das formas biopsíquicas humanas. A partir do método materialista histórico-dialético, analisa a sociedade capitalista e a atual fase de acumulação, a reestruturação produtiva, com vistas a identificar os processos críticos destrutivos à saúde que podem estar relacionados ao surgimento de quadros depressivos. Conclui-se que o modo de produção capitalista produz um perfil epidemiológico marcado por sofrimento e adoecimento psíquico em níveis extremos e, portanto, as elevadas taxas de depressão atualmente verificadas.

Palavras-chave: Depressão. Determinação social. Sofrimento psíquico.

ABSTRACT

This study aims to analyze the contributions of the theory of social determination of the health-disease process, in order to understand the high rates of depression on contemporary society. Considering that this subject matter is extremely relevant in actuality, the conception of depression is behind the treatment that is provided to individuals affected by it, as well as the ways in which this disorder is dealt with, both individually or collectively. Depression's etiology has been the center of various controversies throughout history and, to this day, its definition is still uncertain. Therefore, it's important to discuss its causes and genesis. This theoretical study positions itself as opposite to the hegemonic conception, supported by the theory of social determination of the health-disease process, through which it is possible to understand the social production of the biopsychic human forms. Basing itself on the historical-dialectical materialistic method, it analyzes capitalist society, as well as the current accumulation phase, the productive restructuration, aiming to identify the critical processes that are destructive to health and could be related to the emergence of depressive states. It concludes that the capitalist means of production produces an epidemiological profile marked by suffering and psychic illnesses to extreme levels and, therefore, the high rates of depression that are currently verified.

Keywords: Depression. Social determination. Psychic suffering.

SUMÁRIO

| | | |
|----------|--|-----|
| 1 | INTRODUÇÃO | 10 |
| 2 | METODOLOGIA | 15 |
| 2.1 | SOBRE O MÉTODO: O MATERIALISMO HISTÓRICO-DIALÉTICO..... | 15 |
| 2.2 | METODOLOGIA E TÉCNICA DE PESQUISA: A PESQUISA TEÓRICA E A MATRIZ DE PROCESSOS CRÍTICOS..... | 26 |
| 3 | O FENÔMENO DA DEPRESSÃO | 30 |
| 3.1 | SINTOMATOLOGIA, EPIDEMIOLOGIA E CRITÉRIOS DIAGNÓSTICOS..... | 30 |
| 3.2 | TRANSFORMAÇÕES DA DEFINIÇÃO DE DEPRESSÃO COMO CONDIÇÃO PATOLÓGICA AO LONGO DA HISTÓRIA..... | 33 |
| 4 | A TEORIA DA DETERMINAÇÃO SOCIAL DO PROCESSO SAÚDE- DOENÇA | 48 |
| 5 | ANÁLISE DA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA: CARACTERÍSTICAS FUNDAMENTAIS DO CAPITALISMO | 63 |
| 5.1 | O CARÁTER ONTOLÓGICO DO TRABALHO E O FENÔMENO DA ALIENAÇÃO | 63 |
| 5.2 | O PROCESSO DE TRABALHO | 74 |
| 5.3 | A FASE ATUAL DA ACUMULAÇÃO DE CAPITAL: REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA, ACUMULAÇÃO FLEXÍVEL E TOYOTISMO | 91 |
| 6 | PROCESSO SAÚDE/DOENÇA NO CAPITALISMO: A CONSTRUÇÃO DA MATRIZ DE PROCESSOS CRÍTICOS RELACIONADOS À DEPRESSÃO | 104 |
| 6.1 | A CONFORMAÇÃO DO PROCESSO SAÚDE-DOENÇA SOB O CAPITALISMO..... | 104 |
| 6.1.1 | A extração de mais-valia e a exploração da força de trabalho..... | 115 |
| 6.1.2 | A mudança na composição orgânica do capital | 115 |
| 6.1.3 | A “captura da subjetividade” e a interiorização do controle | 119 |
| 6.1.4 | O trabalho em equipe: competitividade e deterioração das relações de trabalho..... | 125 |
| 6.1.5 | O princípio da “polivalência” e multifuncionalidade | 126 |
| 6.1.6 | Flexibilidade e flexibilização do processo de trabalho | 128 |
| 6.1.7 | Novas apresentações da coerção no ambiente de trabalho: o “assédio” | 130 |
| 6.1.8 | A subsunção da sociabilidade ao capital na fase da acumulação flexível..... | 133 |

| | | |
|----------|---|------------|
| 6.1.9 | Exploração da força de trabalho e o enfraquecimento dos trabalhadores na luta política e econômica em tempos de acumulação flexível | 136 |
| 6.1.10 | O individualismo contemporâneo: o fetichismo da mercadoria em sua forma mais desenvolvida | 140 |
| 6.1.11 | A subsunção do tempo e espaço | 141 |
| 6.1.12 | O fenômeno da alienação e suas consequências para a subjetividade | 144 |
| 6.2 | O PROCESSO DE MEDICALIZAÇÃO SOCIAL | 147 |
| 6.2.1 | Medicalização social da depressão | 155 |
| 6.3 | A MATRIZ DE PROCESSOS CRÍTICOS REFERENTES À DEPRESSÃO | 159 |
| 7 | CONSIDERAÇÕES FINAIS | 168 |
| | REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS | 172 |

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho tem como objetivo analisar as contribuições da teoria da determinação social do processo saúde-doença para a compreensão das altas taxas de depressão na sociedade contemporânea.

A depressão adquire grande relevância neste momento histórico, devido ao grande número de indivíduos por ela acometidos, cerca de 350 milhões de pessoas, segundo dados da Organização Mundial de Saúde (WORLD HEALTH ORGANIZATION, 2012), o que corresponderia a aproximadamente 5% da população mundial. É um tema altamente contemporâneo e com tendências a se tornar cada vez mais significativo nos próximos anos.

Partimos do entendimento de que a forma como se compreende a depressão está fortemente relacionada ao modo como se lida com ela no nível individual (como as pessoas entendem a depressão e como agem frente a ela) e coletivo, isto é, como são organizadas as estruturas, políticas e serviços voltados ao tratamento do quadro. Deste modo, uma certa concepção acerca da depressão está por trás da atenção e do atendimento que é oferecido às pessoas que sofrem de seus sintomas, e aí reside a importância de se debater a questão basilar das causas da depressão, considerando que, inclusive, sua etiologia é temática polêmica desde a Antiguidade, com diversas variações ao longo da história, como veremos. Até a atualidade, e quem sabe ainda mais profundamente nos dias de hoje, a definição do quadro depressivo tem sido estabelecida de forma relativamente arbitrária, pouco científica, gerando explicações incertas e pouco consistentes.

Para que possamos pensar em modos de prevenção e promoção de saúde, para que seja ofertado um atendimento adequado às pessoas acometidas por este quadro, para que as políticas de saúde possam ser condizentes com a realidade dos indivíduos em sofrimento psíquico e para que os serviços tenham pleno conhecimento acerca do transtorno que procuram tratar, faz-se indispensável uma compreensão da depressão que realmente abarque todas as suas dimensões, em especial a coletiva. Este estudo tem o papel, portanto, de subsidiar uma compreensão diferenciada desse fenômeno.

É necessário, então, nos posicionarmos em relação às diferentes concepções e apresentar nosso referencial teórico, que se embasa em uma

percepção contra-hegemônica do fenômeno da depressão. Ancoramo-nos na teoria da determinação social do processo saúde-doença, a qual elucida acerca da produção social das formas biológicas humanas, o que significa afirmar que o biológico está subsumido ao social. Os modos de vida dos diferentes grupos sociais determinam certas “condições ambientais” (contextos sociais) a que estão sujeitos os indivíduos. Ao atuar sobre eles, este “ambiente” conforma um perfil patológico específico. Sendo assim, para compreender as particularidades do processo saúde-doença de um grupo social, deve-se estudar o contexto social em que se insere.

Dessa forma, compreender a depressão atualmente, requer, primeiramente, analisar esta sociedade que a produz em níveis tão altos. A produção capitalista tem como finalidade a acumulação de capital, a obtenção de lucro, e isso se expressa, na realidade, em níveis ascendentes de exploração da força de trabalho. A base tecnológica da fase atual de acumulação capitalista, a reestruturação produtiva, também exerce significativas influências sobre os indivíduos, principalmente no que se refere à produção de adoecimento e sofrimento psíquico, na medida em que consiste em uma série de transformações que objetivam o aumento da extração de lucro (mais-valia) e cujo resultado é a intensificação do trabalho e o aumento ainda maior da exploração dos trabalhadores. Em decorrência disso, conforma-se um perfil epidemiológico específico, no qual se observa, entre outras consequências, implicações importantes na saúde mental dos indivíduos.

É preciso, no entanto, compreender que há outro fenômeno que, a nosso ver, contribui para as altas taxas de depressão atualmente verificadas. Trata-se da medicalização social, processo em que aspectos normais da vida passam a ser apropriados pela medicina, mediante sua normatização e patologização. Este processo está intimamente relacionado ao modo de produção, de forma que a medicina passa a responder, a partir do modelo biomédico, a problemas de origem social. Isto é, patologiza-se tudo o que se apresenta como entrave à produção e acumulação capitalistas. Sofrimentos e obstruções à vida vivenciadas pelos indivíduos são tomados como problemas médicos, para que sejam, posteriormente, tratadas pela medicina, sem que se considerem suas determinações sociais. No caso da depressão, a medicalização se expressa na patologização de manifestações normais de tristeza.

Com isso, pretendemos afirmar que existem duas explicações para a alta prevalência de depressão na sociedade contemporânea. Primeiramente, o modo de produção capitalista, as relações sociais correspondentes, as formas de organização do processo de trabalho e suas consequências subjetivas têm produzido enorme grau de sofrimento e adoecimento. Por outro lado, aspectos normais da vida têm sido considerados como depressão, e diagnosticados como tal, o que eleva as taxas do transtorno.

Tendo isso em vista, para alcançarmos nosso objetivo de analisar as contribuições da teoria da determinação social para a compreensão da depressão nos dias atuais, generalizamos a aplicação desta teoria para um fenômeno por ela não explorado, de forma a verificar sua capacidade de explicação da realidade, no que se refere especificamente a um aspecto, a depressão. Para tanto, utilizamo-nos do método materialista histórico-dialético, concebido por Marx e Engels e posteriormente desenvolvido por diversos autores do campo marxista, o qual possibilita o estudo do fenômeno em sua totalidade e levando em conta sua relação com o modo de produção atual. A metodologia adotada é a pesquisa teórica, cuja técnica é a documentação bibliográfica. Também utilizamos como ferramenta de análise a matriz de processos críticos, instrumento que propicia a apreensão dos fenômenos de saúde-doença em seus aspectos gerais, particulares e individuais.

O primeiro momento da pesquisa consiste na caracterização do objeto de estudo – o fenômeno da depressão – por meio de sua sintomatologia, critérios diagnósticos e epidemiologia. Analisamos as transformações e polêmicas em torno de sua definição como condição patológica. Esta etapa se justifica pelo fato de que entender as mudanças históricas da concepção de depressão e as diferentes maneiras de explicá-la é importante para desmistificar a noção de que a definição atual de depressão é a mais avançada ou desenvolvida, por ser a mais recente. Cada uma dessas concepções está relacionada a um determinado período da história da humanidade e é resultado da forma como se organiza a sociedade da época. Não são, portanto, concepções a-históricas, desassociadas da realidade objetiva de cada momento histórico. A retomada histórica ainda revela abordagens pouco rigorosas de estabelecimento dessas práticas, bem como o caráter acidental e arbitrário de alguns aspectos dos diagnósticos atuais, cuja principal falha é desconsiderar o contexto em que surgem os sintomas e, conseqüentemente, não

excluir da categoria de transtorno a tristeza intensa que é reação normal a situações de vida comuns aos homens. Ademais, o estudo da antiga história da depressão nos leva à teoria predominante acerca de sua etiologia, qual seja, a do envolvimento de substâncias neuroquímicas presentes no cérebro, cujo funcionamento estaria desregulado. Esta concepção perpetua a prática de localizar em mecanismos fisiopatológicos a causa de comportamentos e sentimentos considerados socialmente inadequados ou desajustados, além de ser imprecisa e limitada.

Posteriormente, segue-se a exposição da teoria da determinação social do processo saúde-doença, utilizando, para tanto, estudos dos campos da Saúde Coletiva, da Medicina Social Latino-americana e da Epidemiologia Crítica. Segundo os autores destas correntes, as relações sociais estabelecidas em um momento histórico determinam o conjunto de processos por meio do qual se desenvolve a vida e a saúde dos indivíduos. Estes processos podem ser protetores ou destrutivos, a depender das condições históricas. Os processos de trabalho, ainda, são permeados por aspectos que atuam no nexo biopsíquico dos indivíduos, gerando desgaste. São as cargas de trabalho; sua compreensão possibilita a análise das formas através das quais o movimento dinâmico dos elementos do processo de trabalho influi na saúde dos trabalhadores.

Passamos, então, à análise da sociedade capitalista contemporânea, apontando seus aspectos que podem estar relacionados ao desenvolvimento de depressão. A produção capitalista se ampara na exploração da força de trabalho, o que resulta na produção de altos níveis de desgaste para os trabalhadores. Tem como resultado também o fenômeno da alienação, no qual os indivíduos se veem estranhados em relação aos produtos de seu trabalho e à realidade humana por eles criada. Este fenômeno tem consequências subjetivas significativas para nosso estudo, conforme veremos.

Ainda pode-se citar, como especificidade deste momento histórico, a crescente relevância do fenômeno de medicalização social, no qual a medicina se apropria de cada vez mais aspectos da vida social, através da ampliação dos limites do patológico, isto é, a restrição dos limites de normalidade. Ressalta-se que a medicina não é capaz de impor à sociedade novas patologias somente a partir de seus interesses; a ciência médica apenas pode apresentar respostas a questões colocadas pela sociedade. Sendo assim, a análise do processo de medicalização

social requer o exame das determinações das condições que são apropriadas pela medicina como doenças.

Por fim, a partir dos acúmulos das fases anteriores procuraremos construir um quadro explicativo das altas taxas de depressão na sociedade contemporânea a partir da teoria da determinação social do processo saúde-doença, utilizando seus principais conceitos, bem como a metodologia da construção da matriz de processos críticos.

2 METODOLOGIA

2.1 SOBRE O MÉTODO: O MATERIALISMO HISTÓRICO-DIALÉTICO

Nesse estudo, o método filosófico-epistemológico no qual nos amparamos é o materialismo histórico-dialético, método concebido por Marx e Engels e posteriormente desenvolvido por diversos autores do campo marxista. Este método utiliza como pressuposto filosófico o materialismo, corrente filosófica para a qual a matéria, a natureza, é uma realidade objetiva e primeira, que existe fora da consciência humana e independente dela (POLITZER, 2001).

Como lógica filosófica o método dialético possui, de acordo com Lefebvre (1991), cinco grandes leis. A primeira delas é a lei da interação universal, ou, em outras palavras, da mediação recíproca de tudo que existe. Nenhum fato ou fenômeno está isolado. Compreendê-los dessa forma significa destituí-los de sentido, explicação e conteúdo. A dialética, ao contrário, contempla cada fenômeno no conjunto de suas relações com outros fenômenos e na realidade da qual faz parte. Para Politzer (2001), tudo influi sobre tudo em um encadeamento de processos (o que o autor chama de lei da ação recíproca) e a dialética procura ligar o fato particular ao conjunto de processos que constitui a realidade.

A segunda lei, do movimento universal, diz respeito ao entendimento dos movimentos internos e externos dos fenômenos, considerando ambos como indissociáveis. Nesse sentido Politzer (2001) afirma que quando falamos em dialética, falamos em movimento. O que vemos em toda parte, na natureza, na história, no pensamento, é o movimento e é por esta constatação que a dialética se fundamenta. Considerar fenômenos pela lógica dialética é concebê-los como provisórios, como tendo uma história no passado e devendo ter outra no futuro, tendo um começo e devendo ter um fim.

A lei da unidade dos contraditórios busca compreender a ligação e unidade existente entre os aspectos contraditórios dos fenômenos e objetos, em seu movimento que os opõe, que faz com que se choquem (LEFEBVRE, 1991). Politzer (2001) explica que, se considerarmos as coisas em seus movimentos e ações recíprocas sobre as outras, perceberemos que as coisas transformam-se em suas contrárias. Isso porque as coisas contêm em si próprias as suas contrárias; toda

coisa é, simultaneamente, ela própria e sua contrária. Assim, no interior de cada coisa coexistem forças opostas que lutam entre si, o que corresponde ao movimento interno dos fenômenos acima mencionado.

A quarta lei, da transformação da quantidade em qualidade, ou lei dos saltos, afirma que as modificações quantitativas, lentas e insignificantes, desembocam em modificações qualitativas, de forma brusca e acelerada. A passagem do quantitativo ao qualitativo é resultado de uma crise e um salto, que implica, simultaneamente, a continuidade (movimento profundo que continua) e a descontinuidade (aparecimento do novo e fim do antigo) (LEFEBVRE, 1991). O que ocorre, segundo Politzer (2001), é a acumulação de mudanças contínuas (quantitativas) que acabam por produzir mudanças abruptas (qualitativas).

Afirmamos que o desenvolvimento dialético ocorre mediante um encadeamento de fases, em que cada uma nega a precedente. O fenômeno novo que surge é a negação do fenômeno anterior que o gerou. Este, por sua vez, será oposto por um outro fenômeno, a negação da negação. Como exemplo, Politzer (2001) se refere aos modos de produção da história da humanidade: o feudalismo foi a negação do escravismo; o capitalismo é a negação do feudalismo; o socialismo é a negação do capitalismo.

Por fim, a lei do desenvolvimento em espiral (lei da superação) enuncia o processo em que fenômenos não são meramente negados por outros fenômenos, mas sim assimilados e aprofundados (superados). Esse movimento é chamado de “espiral”, visto que um fenômeno parte de um outro anterior para dominá-lo, aprofundá-lo e elevá-lo a outro nível (POLITZER, 2001).

Portanto, no movimento dialético, no momento dos saltos revolucionários, alguns aspectos anteriores são negados, outros incorporados e elevados. É um movimento de ruptura e continuidade.

Com base nos pressupostos materialistas e dialéticos e compreendendo os fenômenos sociais em sua historicidade, isto é, relacionados às condições objetivas e materiais de vida em determinado tempo e lugar, funda-se o método materialista histórico-dialético, no qual nos deteremos a seguir.

Primeiramente, no entanto, devemos apontar que, para Marx, o conhecimento teórico é o conhecimento do objeto, com sua estrutura e dinâmica, em sua existência real. Sendo assim, a teoria consiste na reprodução ideal pelo

pesquisador do movimento real do objeto, isto é, o sujeito reproduzindo em seu pensamento a realidade do objeto. É o real reproduzido e interpretado no plano ideal; essa reprodução constitui propriamente o conhecimento teórico (NETTO, 2011)

A construção do conhecimento se inicia na aparência fenomênica, imediata e empírica do objeto, mas vai para além dela, para apreender a essência, a estrutura e a dinâmica do objeto. Isto é, parte-se da aparência para alcançar a essência do objeto, que o pesquisador reproduz, através de análises e sínteses, no plano do pensamento (plano ideal) (NETTO, 2011).

Segundo este autor, a distinção entre aparência e essência é fundamental, uma vez que, caso ambas coincidissem, não haveria necessidade da ciência, pois a essência se manifestaria imediatamente na aparência. No mesmo sentido, Tonet (2013) afirma que o conhecimento só é possível porque a realidade não é apenas aparência. É a essência que confere unidade e permanência relativas à diversidade de objetos e fenômenos. Se todas as coisas fossem mutáveis e absolutamente diferentes entre si, não seria possível conhecê-las. Assim, é a apreensão da essência que possibilita o conhecimento de um objeto.

Para chegar à essência, é necessário dissolver aquilo que aparece imediatamente, isto é, a aparência. Abstrair a imediaticidade, no entanto, só é possível pelo desvelamento do processo histórico e social que originou os fatos, dados e acontecimentos que compõem a realidade. Isso porque fatos e dados são elementos parciais, singulares e heterogêneos. É necessário buscar no processo real a lógica que os organiza e lhes dá sentido. A multiplicidade e heterogeneidade do que é percebido imediatamente não permite apreender os elementos componentes do objeto, suas articulações, conexões e a dinâmica de todo o processo. A imediaticidade é caótica e seu sentido só poderá ser apreendido quando forem compreendidas as conexões existentes entre os elementos e sua relação com a totalidade (TONET, 2013).

Esse processo de passagem da aparência em direção à essência inicia-se pelo real e concreto, que aparece como fatos e dados. Estes são analisados e, a partir da abstração, chega-se aos conceitos e às determinações mais simples dos objetos. Por fim, deve-se fazer o processo inverso, retornar ao concreto, mas desta vez este não se apresentará mais como uma representação caótica do todo, e sim

uma totalidade de determinações e relações diversas. Essa “viagem de volta” é o que caracteriza, para Marx, o método de elaboração teórica (NETTO, 2011).

Netto (2011) conceitua abstração como a capacidade intelectual que permite extrair um determinado elemento de seu contexto e totalidade, isolando-o para poder examiná-lo. Este procedimento intelectual, sem o qual a análise é inviável, possibilita retirar do elemento abstraído suas determinações mais concretas, podendo chegar às suas “determinações mais simples”, como chama o autor. Segundo Tonet (2013), no ato de isolar determinada parte de seu conjunto capturam-se as diferenças e semelhanças entre as coisas e a forma como se articulam entre si. Ao separar um elemento de sua totalidade, pode-se apreender sua natureza, importância e articulação com os outros componentes da totalidade (TONET, 2013).

Convém apontar que o método materialista histórico-dialético compreende a realidade social como um conjunto articulado de partes reciprocamente determinadas. Há uma relação dialética entre o todo e as partes, sendo, porém, o todo o momento determinante. O conceito de totalidade implica em que nada pode ser compreendido de forma isolada. O sentido de cada parte só é apreendido como momento de um conjunto, como parte de um todo. Para conhecer um objeto, portanto, deve-se apreender o processo pelo qual se constitui a totalidade desse objeto, juntamente com as partes que a compõem, a hierarquia entre o todo e as partes, as diversas relações entre as partes e a passagem de um momento ao outro (TONET, 2013).

Segundo Mészáros (2011), compreender um objeto de investigação de maneira dialética não significa afirmar apenas que “tudo está conectado a tudo”, sem demarcar “momentos” constitutivos que configuram a estrutura geral. Mas trata-se de compreender o caráter determinado daquilo que está conectado e a forma específica das conexões.

Por conseguinte, o objeto de uma investigação dialética deve ser apreendido como uma totalidade cujas partes não estão meramente interconectadas, nem são igualmente importantes, mas constituem um todo *estruturado*, com sua *ordem* interna apropriada e *hierarquia* determinadas, ainda que estas devam ser entendidas como dinamicamente em mudança e transformação, em consonância com a natureza inerente de um complexo *dialético* (MÉSZÁROS, 2011, p. 49, grifos do autor).

Tendo isso em vista, para compreender a problemática da produção de conhecimento deve-se, primeiramente, tratá-la como articulada ao processo histórico e social e vinculada a determinados interesses sociais. Para tanto, há de se compreender a forma pela qual o conhecimento e a consciência são determinados socialmente.

De acordo com Marx (2008), a um determinado estágio de desenvolvimento das forças produtivas corresponde determinada forma de organização social, de sociedade. Isso ocorre visto que os homens, ao produzirem e desenvolverem suas forças produtivas, estabelecem entre si certas relações. Nesse processo, produzem também princípios, ideias e categorias de acordo com as relações sociais estabelecidas. Portanto, conclui o autor, as ideias são produtos históricos e transitórios, pois variam conforme as relações que as produzem.

Marx (2008, p. 47-48) explica esse processo da seguinte forma:

[...] na produção social da própria existência, os homens entram em relações determinadas, necessárias, independentes de sua vontade; essas relações de produção correspondem a um grau determinado de desenvolvimento de suas forças produtivas materiais. A totalidade dessas relações de produção constitui a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se eleva uma superestrutura jurídica e política e à qual correspondem formas sociais determinadas de consciência. O modo de produção da vida material condiciona o processo de vida social, política e intelectual. Não é a consciência dos homens que determina o seu ser; ao contrário, é o seu ser social que determina sua consciência (MARX, 2008, p. 47-48).

Sendo assim, Marx e Engels (2007) demonstram que a estrutura social deriva do processo de vida dos indivíduos, do modo como atuam e produzem materialmente, como desenvolvem suas atividades sob determinadas condições materiais. As representações que constroem sobre si, sua relação com a natureza, suas relações entre si e sua condição natural são expressões conscientes de suas atividades reais, sua produção, intercâmbio, organização social e política. Se essas representações são reais ou ilusórias, isso se dá devido ao modo limitado de sua atividade material e às correspondentes relações sociais restritas. Se os homens e suas relações se apresentam, como colocam os autores, “de cabeça para baixo”, essa representação é resultado do seu processo histórico de vida. Dessa forma, a produção de ideias, representações e da consciência está intimamente relacionada à atividade material.

Mészáros (2008) aponta, no entanto, que não é suficiente afirmar uma reciprocidade entre a base material e a superestrutura sobre ela erigida, há de se indicar os aspectos dominantes da relação entre ambos. Para Marx, há a primazia das determinações materiais, o que significa que as determinações decorrentes da base material da sociedade prevalecem como “determinantes últimos” (MÉSZÁROS, 2008).

Em síntese, são os homens que produzem suas representações, mas estes homens são condicionados por um determinado desenvolvimento de suas forças produtivas e pelas relações sociais a ele correspondentes. Desse modo, por derivar das relações sociais estabelecidas, a consciência se constitui como um produto social. Também compõem essa superestrutura as várias formas de valores, sentimentos, ilusões, ideias, modos de pensar e visões de vida.

Aqui cabe uma importante ressalva acerca da relação entre objetividade e subjetividade a qual estamos nos referindo, visto que é uma temática controversa na teoria marxista. De acordo com Chagas (2012), ao contrário do que dizem muitos críticos, Marx não supervalorizou o aspecto econômico em detrimento da superestrutura, pois considerava a existência de uma recíproca influência de uma sobre a outra.

Para Marx, a subjetividade não consiste apenas em um produto econômico, mas sim um componente inseparável dos processos de formação da vida humana. É impensável a objetividade sem uma correspondência com a subjetividade: não há, no pensamento marxiano, objeto sem sujeito, da mesma forma que não há sujeito sem objeto. Nenhum deles é dado *a priori*, ambos se constituem na relação um com o outro. Por isso a teoria marxiana não pode ser reduzida a um objetivismo, um determinismo econômico e unilateral (CHAGAS, 2012). Isso se tornará mais claro quando abordaremos os conceitos de objetivação e apropriação, processos mediante os quais os homens constroem a realidade humana.

O que Marx quer mostrar é, na verdade, que a subjetividade não é nem uma instância própria, autônoma independente, abstrata, nem posta naturalmente, dada imediatamente ao indivíduo, mas construída socialmente, produzida numa dada formação social, num determinado tempo histórico. Portanto, a sua reflexão sobre a subjetividade não pode deixar de lado, por exemplo, uma análise da sociedade capitalista que a forja (CHAGAS, 2012, p. 39-40).

Para Marx, ainda, é a partir da subjetividade, da consciência das circunstâncias em que a vida é produzida, que os indivíduos reconstroem, transformam e apreendem o mundo¹ (CHAGAS, 2012).

Retornando ao processo de construção do científica, pode-se afirmar que o conhecimento é um instrumento de intervenção social, seja de forma mediata ou imediata. Ou seja, o conhecimento não é um fim em si mesmo, mas uma mediação para a intervenção sobre o mundo. Disso resulta em que a construção da cientificidade tem sérias consequências sociais. Resulta também que os objetivos do conhecimento são condicionados, direta ou indiretamente, pela própria realidade material. Ela impõe demandas que direcionam a investigação científica e a produção de conhecimentos. A ciência é sempre produzida em resposta a exigências postas pelos contextos histórico-sociais (TONET, 2013).

A relação entre conhecimento e intervenção social decorre do fato de que, para a transformação da realidade, é necessária uma explicação aprofundada da mesma. Quanto mais verdadeiro o conhecimento obtido de um determinado objeto, maior a probabilidade de atingir o fim desejado na transformação ou utilização desse objeto. Ainda que o conhecimento elaborado não tenha conexão imediata com a transformação da realidade (ou que tal conexão não seja consciente para quem produz o conhecimento), o conhecimento nunca é inteiramente autônomo em relação à prática (TONET, 2013).

Este autor aponta outra questão essencial na problemática do conhecimento: toda construção de conhecimento tem como pressuposto uma determinada ontologia, isto é, uma concepção de realidade. Sendo assim, todo conhecimento sobre a realidade deve primeiro passar pela explicação do que é a realidade, seja essa concepção explícita ou implícita. O método de Marx está intimamente ligado à sua ontologia, isto é, a perspectiva marxiana tem como ponto de partida a gênese do ser social, o ato fundante do ser social (o trabalho), visto que o conhecimento é apenas uma das dimensões deste ser. Sendo assim, compreendendo as determinações mais gerais e essenciais do ser social, chega-se

¹ Os autores da Psicologia Histórico-Cultural, baseando-se no marxismo, estudaram a formação da consciência a partir da realidade objetiva. Em especial, Leontiev (1998), segundo o qual a consciência depende do modo de vida humano, este determinado pelas relações sociais existentes e pela posição que ocupam os indivíduos nelas. Para o autor, o estudo da consciência deve partir dos fenômenos concretos da vida, da interação real que existe entre o indivíduo e o mundo a sua volta, em toda a sua objetividade.

na origem, natureza e função social do conhecimento. Todas as questões referentes à produção de conhecimento, tais como a possibilidade do conhecimento, o objeto, o sujeito, a relação entre ambos, os procedimentos que o sujeito deve empreender para conhecer o objeto, entre outras, só poderão ser respondidas a partir da análise do ser social. A ontologia do ser social, então, é condição prévia para resolução das questões relativas ao conhecimento, bem como para a produção de um conhecimento adequado da realidade social (TONET, 2013).

Dessa forma, o ponto de partida para a elaboração de uma teoria da realidade social é o indivíduo real, vivendo sob determinadas condições materiais de vida que impõem a necessidade de transformação da realidade por meio do trabalho. Dessa forma, o trabalho é o ato humano que deve ser examinado por primeiro (TONET, 2013).

Segundo este autor, todas as dimensões da atividade humana têm sua raiz no trabalho e assumem uma função específica na reprodução do ser social. Sendo a produção de conhecimento uma dessas dimensões, deve-se indagar qual sua função social em determinado momento histórico, isto é, qual o lugar que o conhecimento ocupa na produção e reprodução da vida.

Considerando as características do trabalho nesta sociedade e do correspondente modo de produção capitalista, constata-se a existência de classes antagônicas, uma possuidora dos meios de produção, e a outra expropriada destes e possuidora apenas de sua força de trabalho. Tonet (2013) aponta que o embate em torno dos interesses das diferentes classes sociais gera demandas que deverão ser traduzidas teoricamente, de modo a justificarem determinada prática social. Os indivíduos, ao elaborarem as teorias, respondem, consciente ou inconscientemente, aos interesses de alguma classe social. “Ao elaborarem as suas teorias, os indivíduos singulares estarão contribuindo, de maneira ativa, para a realização das demandas postas pelas classes sociais” (TONET, 2013, p. 92).

Nesse sentido, Mészáros (2006) afirma que determinadas linhas de pesquisa são mais profundamente estudadas devido a fatores que ultrapassam os limites da ciência. Como exemplo, podemos citar a automação, um problema que é tão social quanto científico. Segundo o autor, são necessidades e preferências sociais que definem as linhas de pesquisa a serem realmente seguidas. O mesmo autor afirma em outra obra (MÉSZÁROS, 2011) que é possível apreender a relação

entre a emergência e o desenvolvimento de certo tipo de conhecimento e as determinações sociais e históricas.

Além de responder às demandas de classe, o conhecimento produzido está sempre ligado ao ponto de vista de determinada classe social e aos interesses desta classe. Segundo Tonet (2013), há uma vinculação essencial entre conhecimento e perspectiva de classe, sendo que nenhum conhecimento pode ser produzido sem ser marcado por essa vinculação. Independente da consciência e aceitação do cientista, este sempre opera a partir de um determinado horizonte, pois os pressupostos e categorias utilizados já implicam essa vinculação. A defesa de neutralidade no processo de construção de conhecimento ignora esta relação entre ciência e perspectiva de classe.

Independente de ser admitida conscientemente, e mesmo quando explicitamente rejeitada, [a perspectiva de classe] sempre intervém no processo de conhecimento, pois não pode haver neutralidade axiológica numa sociedade perpassada pelo antagonismo das classes sociais. A própria rejeição da interferência do ponto de vista de classe já é uma tomada de posição a partir de um determinado ponto de vista, não por acaso, o da classe burguesa (TONET, 2013, p. 108).

Por fim, depende do ponto de vista de classe também a objetividade do conhecimento produzido. De acordo com Tonet (2013), não basta o empenho do indivíduo na construção do conhecimento, nem o rigor lógico, a vigilância epistemológica, a aplicação correta do método e a seriedade do cientista. A vinculação ao interesse de uma determinada classe social influenciará de forma decisiva o quão próximo da realidade o conhecimento produzido realmente está.

Ressalta-se ainda que o ponto de vista de classe não é necessariamente uma submissão deliberada aos interesses de determinada classe social, uma apologia direta à ordem social, mas sim uma visão social de mundo que orienta e estrutura o conjunto do pensamento, seja de forma consciente ou inconsciente (LÖWY, 1987).

Desse modo, afirma Löwy (1987), o conhecimento está intimamente ligado à posição social que ocupa o cientista. A produção científica está relacionada a valores, pontos de vista preliminares e pressupostos axiológicos que determinam não só a problemática da pesquisa (as questões que se colocam), como também a

análise empírica da causalidade, a determinação científica dos fatos e suas conexões, a interpretação geral da realidade e a construção de teorias.

Em outras palavras: é o *conjunto* do processo de conhecimento científico-social desde a formulação das hipóteses até a conclusão teórica, passando pela observação, seleção e estudo dos fatos, que é atravessado, impregnado, 'colorido' por valores [...] (LÖWY, 1987, p. 195, grifos do autor).

Essa questão nos remete à discussão acerca da ideologia. Marx concebeu este termo como falsa consciência, como conjunto de ideias ilusórias que os indivíduos formam sobre a realidade, sob a forma de moral, religião, filosofia, doutrinas políticas e econômicas, etc., e que são socialmente determinadas (LÖWY, 1987).

Este autor, seguindo os rumos da obra marxiana, define ideologia como uma forma de pensamento que se orienta na direção da reprodução da ordem social estabelecida. O autor opõe este conceito ao de utopia, que consiste nas representações orientadas para a ruptura da ordem vigente. Para definir tanto as ideologias como utopias, o autor se utiliza do conceito de visão social de mundo, a qual seria o conjunto de valores, representações, ideias e orientações cognitivas, internamente unificado por uma perspectiva determinada, um ponto de vista socialmente condicionado. A visão social de mundo consiste, então, em ideias sobre o homem, sua relação com a natureza, a sociedade e a história, as quais estão ligadas aos interesses de certos grupos e classes sociais.

A partir da análise dos escritos marxianos, Löwy (1987), foi capaz de generalizar suas conclusões sobre a relação entre ideologia e ciência na economia política (foco principal dos estudos de Marx) para a questão do conhecimento nas ciências sociais como um todo. O autor chega à conclusão de que só é possível compreender a evolução de uma ciência social, seus avanços e recuos do ponto de vista científico, a partir da análise sócio-histórica, especificamente no que diz respeito às classes sociais. “A história da ciência não pode ser separada da história em geral, da história da luta de classes em particular” (LÖWY, 1987, p. 100). O que significa dizer que a ciência não está imune aos condicionamentos sociais, pois não existe de forma independente do movimento histórico concreto.

Para elucidar a questão, Löwy (1987) apresenta o conceito de horizonte intelectual, que diz respeito às limitações colocadas ao pesquisador pelo ponto de

vista ideológico atrelado aos interesses de uma determinada classe social. Inserido neste horizonte de classe, delimitam-se as possibilidades reais de conhecimento da verdade, para além da vontade e empenho de quem produz este conhecimento. É como se existisse um limite intransponível do campo de visibilidade cognitiva, um nível máximo de conhecimento possível para além do qual a ideologia não permite chegar.

Ainda sobre esse ponto, é importante apontar que, segundo Tonet (2013), a manutenção do domínio de uma classe sobre outra requer que a classe dominante utilize forças tanto materiais quanto não materiais, tais como ideias e valores. Para tanto ela cria uma determinada concepção da realidade que fundamente e legitime sua dominação. Reside aí a importância do conhecimento, bem como da ideologia, visto que determinadas formas de explicação da realidade são imprescindíveis para que uma classe mantenha seu domínio sobre as outras.

No mesmo sentido, Marx e Engels (2007) pontuam que toda classe que assume o lugar de dominante em uma sociedade deve, para atingir seus objetivos de dominação, apresentar seu interesse como o interesse comum e dar às suas ideias a forma de universalidade, apresentá-las como as únicas racionais e válidas. Nesse ponto localiza-se a função social do conhecimento, acima mencionada, identificada com a ideologia, cujo objetivo é a legitimação da ordem social estabelecida.

Depreende-se disso que o conhecimento na esfera social produz consequências significativas na realidade, o que o caracteriza como importante arma na luta de classes. Revelar ou ocultar a realidade objetiva pode afetar a relação e o confronto entre as classes (LÖWY, 1987).

Aqui, é necessário atentarmos à validade científica a que se atribui à produção de conhecimentos. Não podemos recair em uma dicotomia entre ciência e ideologia; ambas podem estar mescladas. O que não significa necessariamente que a produção científica vinculada à ideologia deva ser desconsiderada em sua totalidade. Conforme aponta Löwy (1987), não se trata de opor verdade e erro, ou ciência e ideologia, mas reconhecer a hierarquia entre os diferentes pontos de vista, distinguir os horizontes científicos mais ou menos vastos, os limites mais estreitos ou amplos da visibilidade cognitiva das visões sociais de mundo.

Para Tonet (2013), na perspectiva ontológica marxista, constatada a impossibilidade de superação da vinculação entre conhecimento científico e perspectiva de classe, a questão não é como evitar essa vinculação, mas qual das perspectivas de classe permite um conhecimento mais verdadeiro da realidade em determinado momento histórico. Para tanto, deve indagar-se a quem interessa conhecer a realidade e em que nível.

Assim, a questão que se coloca é a de qual ponto de vista de classe e visão social do mundo é epistemologicamente mais propício ao conhecimento científico da realidade social. Segundo Marx, em cada período histórico, é a classe revolucionária que representa o máximo de consciência possível sobre a realidade social. No capitalismo essa classe é o proletariado. No interior dos limites impostos pela ideologia, entretanto, podem ser gerados conhecimentos científicos de grande valor. Logo, não se trata de desconsiderar a ciência produzida a partir do ponto de vista burguês. Da mesma forma, o ponto de vista do proletariado não necessariamente produz conhecimentos científicos mais verdadeiros, apenas oferece a maior possibilidade de acesso à verdade (LÖWY, 1987).

2.2 METODOLOGIA E TÉCNICA DE PESQUISA: A PESQUISA TEÓRICA E A MATRIZ DE PROCESSOS CRÍTICOS

Nesse estudo, a metodologia adotada foi a da pesquisa teórica, utilizando-se da técnica de documentação indireta – bibliográfica (MARCONI; LAKATOS, 2003).

De acordo com Demo (1996, 2000), a pesquisa teórica orienta-se para a (re)construção de teorias, conceitos, ideias, quadros de referência, condições explicativas da realidade, polêmicas e discussões pertinentes. Para Barros e Lehfeld (2000), este tipo de pesquisa corresponde à necessidade intelectual de conhecer e compreender determinados fenômenos, buscando atualizar os conhecimentos existentes.

Os estudos teóricos podem ter como objetivo ampliar generalizações de teorias existentes, definir leis mais amplas, estruturar sistemas e modelos teóricos, relacionar e enfeixar hipóteses, produzir análises críticas de teorias. Como o próprio nome já indica, a pesquisa consiste na discussão e comprovação da teoria, além de possíveis revisões de sua validade e alcance.

Este tipo de pesquisa não implica imediata intervenção na realidade, o que, no entanto, não diminui sua importância, pois possui papel decisivo na construção de condições para a intervenção. Dessa forma, seu objetivo é o de, no âmbito imediato, aprimorar fundamentos teóricos e, no âmbito mediato, aprimorar práticas (DEMO, 1996, 2000).

A pesquisa na vertente teórica tem sido largamente utilizada na saúde coletiva desde sua constituição como campo teórico².

Neste estudo, pretendemos analisar as contribuições de uma teoria, a da determinação social do processo saúde-doença, para a compreensão de um aspecto específico da realidade – a depressão. A proposta foi generalizar a aplicação da teoria para um fenômeno por ela ainda não explorado. No decorrer deste processo, buscamos problematizar esta teoria e verificar sua capacidade de explicação da realidade, contribuindo para seu enriquecimento.

Fizemos isso mediante a construção de uma matriz de processos críticos, tal como idealizada por Breilh (2006), a qual consiste em um instrumento de análise estratégica que procura enfatizar os aspectos de maior peso na determinação das condições de vida e saúde das populações estudadas. A partir de sua construção, é possível estabelecer os elementos que participam de maneira significativa na gênese de eventos que produzem a deterioração da saúde, para uma determinada coletividade.

A elaboração da matriz requer o estabelecimento da relação existente entre os processos determinantes da vida social, quais sejam, o processo laboral, os processos da vida de consumo e familiar, da vida cultural e organizacional/política e das relações ecológicas, com as especificações patológicas através das quais se desencadeiam os processos em estudo (BREILH, 2006).

Em que pese o autor refere-se, no geral, a doenças e agravos fisiológicos de saúde, neste trabalho, aplicamos sua metodologia a um problema de ordem psíquica, procurando compreender os processos críticos³ envolvidos na constituição

² Veja-se o exemplo de estudos clássicos, como “O dilema preventivista” de Sérgio Arouca; “Saúde e Sociedade” de Maria Cecília Donnangelo e Luis Pereira; e “Epidemiologia crítica: ciência emancipadora e interculturalidade” de Jaime Breilh, entre outros.

³ Para Breilh (2006), a construção da matriz abarca todos os processos críticos envolvidos no problema de saúde a ser estudado, isto é, tanto os processos destrutivos, como os protetores. Neste trabalho iremos nos focar nos processos destrutivos que podem engendrar sintomas depressivos, tendo em vista nosso objetivo de compreender os elementos da sociedade contemporânea que se relacionam aos altos níveis de depressão. Porém, é importante considerar

de quadros depressivos. Breilh (2006) aponta três domínios em que se podem verificar os processos críticos: geral, particular e individual. A saúde se desenvolve no processo concatenado entre estas dimensões (BREILH, 2010a).

Em cada um deles, o autor identifica algumas dimensões significativas para a análise do processo saúde-doença que se pretende estudar. São elas: a vida produtiva (do trabalho), vida de consumo e da cotidianidade, a vida política, a vida ideológica e a vida de relação com as condições naturais.

No domínio geral, são identificados os processos destrutivos que dizem respeito a aspectos mais estruturais, isto é, relacionados ao modo de produção e à estrutura e organização da sociedade. No domínio particular, são apontadas as consequências destes determinantes estruturais em grupos sociais específicos. Neste âmbito, Breilh (2010a) fala de modos de vida particulares dos grupos e os explica em cada uma das dimensões acima mencionadas:

- a) Condições grupais de trabalho: posição na estrutura produtiva; padrões laborais.
- b) Qualidade e desfrute de bens de consumo do grupo: tipo de taxa; construções de necessidade; sistemas de acesso; padrões de consumo.
- c) Capacidade objetiva do grupo para criar e reproduzir valores culturais e identidade (classe para si).
- d) Capacidade objetiva do grupo para empoderamento, organização e suportes de ação em benefício do grupo.
- e) Qualidade das relações ecológicas do grupo: relação com a natureza (BREILH, 2010a, p. 103, tradução nossa).

Já o domínio individual diz respeito aos efeitos dos processos nos indivíduos, às manifestações psicofísicas destes processos e ao que Breilh (2010a) denomina como estilos de vida. O autor também os categoriza de acordo com as dimensões elencadas na matriz de processos:

- a) Itinerário típico pessoal na jornada de trabalho.
- b) Padrão familiar e pessoal de consumo: alimentação, descanso, moradia, acesso e qualidade de serviços, recreação.
- c) Concepções e valores pessoais.
- d) Capacidade pessoal para organizar ações em defesa da saúde.
- e) Itinerário ecológico pessoal (BREILH, 2010, p. 104, tradução nossa).

Para o autor, é no marco dos modos de viver grupais e nos estilos de vida pessoais (isto é, nos domínios particular e individual) que se constroem os

que existem também processos benéficos e que podem estimular um desenvolvimento psíquico saudável. O conceito de processos críticos será abarcado posteriormente.

processos protetores e destrutivos da saúde. Porém, os processos que ocorrem nos domínios particular e individual estão subsumidos aos processos mais gerais, isto é, há uma relação hierárquica entre os domínios e os processos críticos que neles se originam. Ainda assim, os domínios particular e individual possuem certa autonomia para desencadear processos fisiológicos e psicológicos favoráveis ou alterações e transtornos patológicos nos indivíduos.

Em síntese, apesar de o domínio geral exercer maior peso na determinação do desenvolvimento de processos críticos, a relação entre os domínios é dialética e os domínios particular e individual também contribuem para este movimento. Isto é, a conformação do processo saúde-doença não ocorre de forma mecânica e estática, mas sim mediante complexa interação entre âmbitos estruturais, particulares e singulares. Não se trata do produto exclusivamente de um determinismo geral, tampouco de um determinismo biopsíquico.

A esse conjunto dialético de processos que ocorrem nas diversas dimensões da vida e se relacionam aos domínios geral, particular e individual, Breilh (2010a) denomina perfil epidemiológico, conceito que desenvolveremos mais adiante neste trabalho.

QUADRO 1 – MATRIZ DE PROCESSOS CRÍTICOS (PROTETORES E DESTRUTIVOS), CONFORME PROPOSTA POR BREILH (2006).

| Domínios / Dimensões | Geral | Particular | Individual |
|---|-------|------------|------------|
| Vida produtiva (trabalho) | | | |
| Vida de consumo e da cotidianidade | | | |
| Vida política | | | |
| Vida ideológica | | | |
| Vida de relação com as condições naturais | | | |

FONTE: adaptada de Breilh (2006)

3 O FENÔMENO DA DEPRESSÃO

3.1 SINTOMATOLOGIA, EPIDEMIOLOGIA E CRITÉRIOS DIAGNÓSTICOS

A depressão é um fenômeno social de extrema relevância atualmente, conforme verificado pelas altas taxas deste transtorno, pela grande quantidade de medicamentos antidepressivos prescritos, pelo custo social que causa, pelas inúmeras publicações científicas sobre o assunto e pela extensiva atenção que a mídia dá ao problema (HORWITZ; WAKEFIELD, 2010).

Para que possamos discutir a depressão nos dias atuais devemos, primeiramente, assinalar as principais características que compõem esse quadro psicopatológico. De acordo com a décima versão da Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde (ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE, 2011), independente do grau, a CID-10 considera que o indivíduo geralmente sofre de humor deprimido, perda de interesse e prazer e energia reduzida, o que resulta em fadiga aumentada e atividade diminuída. Outros sintomas comuns são: concentração e atenção reduzidas, autoestima e autoconfiança reduzidas, ideias de culpa e inutilidade, visões desoladas e pessimistas do futuro, ideias ou atos autolesivos ou suicídio, sono perturbado, apetite diminuído e cansaço marcante após esforços leves. Importante ressaltar que, segundo a CID, o humor varia pouco de dia para dia e não é responsivo às circunstâncias.

Um episódio depressivo é definido por um período mínimo de duas semanas e, a depender do número e da gravidade dos sintomas, a CID-10 o classifica em leve, moderado ou grave. O primeiro caracteriza-se pela presença de sintomas depressivos que não impeçam o indivíduo de desempenhar a maior parte de suas atividades. O episódio moderado constitui aquele em que há muita dificuldade em realizar as atividades cotidianas. Já nos episódios graves os sintomas são marcantes e angustiantes, frequentemente acompanhados de ideias e atos suicidas, podendo ser acompanhados ou não de sintomas psicóticos. Quando há ocorrência repetida de episódios depressivos, sem que estejam presentes episódios independentes de exaltação do humor e aumento de energia (episódios de mania), classifica-se como Transtorno depressivo recorrente.

O DSM-V (AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION, 2014), principal manual para classificação de transtornos mentais, define que o diagnóstico de Transtorno Depressivo Maior requer cinco ou mais sintomas que se expressam durante o mesmo período de duas semanas, sendo pelo menos um dos sintomas o humor deprimido ou a perda de interesse e prazer. Os outros sintomas da lista incluem perda ou ganho de peso, insônia ou hipersonia, agitação ou retardo psicomotor, fadiga ou perda de energia, sentimentos de inutilidade ou culpa excessiva ou inapropriada, capacidade diminuída para pensar ou se concentrar, pensamentos recorrentes de morte, ideação suicida recorrente ou tentativa de suicídio. O manual ainda permite especificar se o episódio é único ou recorrente, sua gravidade (leve, moderado ou grave), se há sintomas psicóticos e se os sintomas se encontram em remissão parcial ou total. Outros especificadores são: sintomas ansiosos, características mistas (sintomas maníacos ou hipomaníacos), melancólicas, atípicas, psicóticas incongruentes com o humor, catatonia, início no periparto e padrão sazonal.

Já Dalgalarro (2008), traz uma explicação mais ampla. As síndromes depressivas caracterizam-se por uma pluralidade de sintomas, os quais o autor agrupa de acordo com a área psicopatológica afetada. O primeiro grupo refere-se aos sintomas afetivos, tais como tristeza, sentimento de melancolia, choro fácil e/ou frequente, apatia, sentimento de falta de sentimento, irritabilidade aumentada, angústia ou ansiedade, desespero e desesperança. O segundo grupo diz respeito às alterações da esfera instintiva e neurovegetativa, as quais incluem: incapacidade de sentir prazer, fadiga ou cansaço fácil e constante, desânimo, diminuição da vontade, insônia ou hipersonia, perda ou aumento do apetite, diminuição da libido, entre outras. Ocorrem também alterações ideativas, como ideação negativa, pessimismo, ideias de arrependimento e culpa, ruminações com mágoas antigas e ideação, planos ou atos suicidas. Dentre as alterações cognitivas podem ocorrer déficits de atenção, concentração e memória. Alterações de autoavaliação também podem ser verificadas, tais como sentimentos de autoestima diminuída, de insuficiência, incapacidade, vergonha e autodepreciação. Entre as alterações da volição e psicomotricidade encontram-se sintomas como: tendência a permanecer na cama por todo o dia, aumento no tempo de latência entre perguntas e respostas, lentificação psicomotora podendo chegar ao estupor, diminuição da fala, fala lenta,

mutismo e negativismo (recusa a realizar atividades). Por fim, em casos graves, pode-se verificar a presença de sintomas psicóticos, como ideias delirantes de conteúdo negativo, alucinações com conteúdos depressivos e ideação paranoide.

Tendo em vista os principais aspectos do quadro depressivo, é importante ressaltar que a Organização Mundial de Saúde (WORLD HEALTH ORGANIZATION, 2012) estima que atualmente a depressão afeta cerca de 350 milhões de pessoas, sendo que a taxa de prevalência na maioria dos países varia entre 8 e 12%. É a principal causa de incapacitação dos indivíduos no mundo quando se considera o total de anos perdidos (8,3% dos anos para homens e 13,4% para mulheres) e a terceira causa principal da carga global de doenças em 2004. A previsão é de que subirá ao primeiro lugar até 2030 (WORLD HEALTH ORGANIZATION, 2008).

Segundo Matos, Matos e Matos (2006), a depressão é um dos transtornos mentais mais frequentes na população, chegando a ser considerada uma epidemia atualmente devido aos crescentes números de casos em todo o mundo. Podendo ocorrer em todas as faixas etárias, é responsável por altos custos de tratamento e gera diversos prejuízos tanto para o indivíduo acometido, quanto para a sociedade, devido à sua natureza crônica e alta morbimortalidade.

De acordo com Lima (1999), o impacto social da depressão abrange, além da incapacidade individual, os custos de assistência médica, o tempo de trabalho perdido e a diminuição da qualidade de vida, configurando, portanto, um problema importante de saúde pública. Ainda mais quando se considera que, desde as duas últimas décadas do século XX, estudos epidemiológicos têm demonstrado um nível de cronicidade que varia de 15 e 20% para os transtornos depressivos (AKISKAL, 2000 apud JARDIM, 2011).

Torna-se claro, assim, que a depressão é um problema de saúde de proporções extensas em nível mundial. Além do que, a sociedade contemporânea tem visto um aumento exponencial do número de diagnósticos. Disso resultou que muitas pessoas têm considerado a depressão como “o mal do século”, visto que é um transtorno de alta prevalência e uma temática excessivamente discutida nos veículos de comunicação. No entanto, a depressão como manifestação de sofrimento psíquico existe há muito tempo, apesar de ter se tornado tão relevante nos dias atuais.

3.2 TRANSFORMAÇÕES DA DEFINIÇÃO DE DEPRESSÃO COMO CONDIÇÃO PATOLÓGICA AO LONGO DA HISTÓRIA

Segundo Horwitz e Wakefield (2010), tem-se documentado um aumento do número de diagnósticos de depressão baseados em uma definição de transtorno depressivo que é falha. O domínio da depressão foi expandido e para que se possa compreender como ocorreu esse fenômeno deve-se fazer uma retomada histórica das práticas psiquiátricas e definições diagnósticas de transtorno depressivo.

Entender as mudanças históricas da concepção de depressão e as diferentes maneiras de explicá-la é importante também para desmistificar a noção de que a definição atual de depressão é a mais avançada ou desenvolvida, por ser a mais recente. Lembremos o que vimos quando falamos de produção científica e sua relação com o momento histórico em que está inserida. Cada uma dessas concepções está relacionada a um determinado período da história da humanidade e é resultado da forma como se organizava a sociedade da época. Não são, portanto, concepções a-históricas, desassociadas da realidade objetiva de cada momento histórico⁴. A definição hoje vigente não é exceção. Procuraremos estabelecer neste trabalho a relação entre o modo de produção capitalista e o conceito de depressão e suas as implicações para a sociedade.

Horwitz e Wakefield (2010) ainda pontuam que, para além de simplesmente fornecer o contexto das práticas diagnósticas e um parâmetro para comparação entre elas, a retomada histórica revela abordagens pouco rigorosas de estabelecimento dessas práticas, bem como o caráter acidental e arbitrário de alguns aspectos dos diagnósticos atuais. Os autores defendem que a abordagem mais recente referente à depressão não se fundamenta em evidências ou na lógica, chegando a ser inferior às abordagens mais antigas em importantes aspectos.

A depressão tem uma história muito antiga. Descrições sintomáticas semelhantes aos critérios diagnósticos de hoje foram registradas há mais de 2.500 anos, em textos médicos da Grécia Antiga. As abordagens antigas distinguiam a depressão de um tipo não patológico de tristeza profunda, que apresentava os

⁴ Embora compreendamos a importância de associar cada concepção ao seu período histórico, este estudo não faz parte dos objetivos do nosso trabalho e, portanto, iremos nos restringir à análise da concepção atual de depressão e sua relação com o modo de produção capitalista. Quanto às concepções anteriores, iremos apresentá-las, porém sem estabelecermos a relação com seus correspondentes modos de produção.

mesmos sintomas, porém consistia em uma reação normal a situações de perda. O transtorno depressivo diferia dessa reação por se manifestar na ausência de situações que geralmente causam tristeza, ou por terem intensidade ou duração desproporcional à circunstância que o gerou. O diagnóstico não dependia apenas da presença dos sintomas (pois poderiam ser similares à tristeza considerada normal) ou da intensidade deles (já que tristeza não patológica pode ser intensa e tristeza patológica, moderada), mas também da análise deles para determinar se eram ou não reações compreensíveis no contexto. Por isso Horwitz e Wakefield (2010) classificam essas abordagens diagnósticas como contextuais.

Importante ressaltar que, nestes textos clássicos, muitas vezes não se distinguem depressão de outros transtornos mentais. Dessa forma, muitos casos que hoje consideraríamos como transtornos psicóticos, transtorno bipolar ou transtornos de ansiedade eram enquadrados na categoria de transtorno depressivo (HORWITZ; WAKEFIELD, 2010).

Veremos, então, como as abordagens contextuais se desenvolveram e, no fim do século XX, foram substituídas pela abordagem vigente, a qual, segundo Horwitz e Wakefield (2010, p. 71) anulou milhares de anos de pensamento ao elaborar “critérios sintomáticos relativamente precisos que ignoram totalmente a complexidade do contexto, com efeitos negativos para o diagnóstico psiquiátrico”.

Segundo Teixeira (2005) melancolia é o termo mais antigo relacionado à patologia do humor triste. O estado de sofrimento melancólico pode ser encontrado em escritos muito antigos, inclusive na Bíblia e na Ilíada de Homero, mas como termo apareceu pela primeira vez nos trabalhos de Hipócrates, no século V a.C. Hipócrates elaborou a primeira definição de depressão conhecida, sob a designação de melancolia: um transtorno caracterizado pelo medo ou tristeza persistentes. Outros possíveis sintomas citados eram: falta de apetite, aversão à comida, abatimento, insônia, irritabilidade, inquietude, desejo de morte (HORWITZ; WAKEFIELD, 2010; GONÇALVES; MACHADO, 2007). Nota-se que esses sintomas são muito similares ao modo como concebemos a depressão hoje e aos critérios diagnósticos que aparecem atualmente nos manuais de psiquiatria.

Horwitz e Wakefield (2010) explicam que essa definição pressupõe a presença prolongada do medo e da tristeza, tendo, portanto, como aspecto fundamental a desproporção diante das circunstâncias. De acordo com Teixeira

(2005), a explicação para a melancolia origina-se da “teoria dos humores”, segundo a qual o temperamento é resultado do equilíbrio de quatro humores presentes no corpo: sangue, bílis amarela, bílis negra e fleuma (ou linfa). O acúmulo da bílis negra seria a causa da melancolia⁵. O tratamento, segundo Gonçalves e Machado (2007), incluía mudanças na dieta, ginástica, hidroterapia, ervas catárticas, eméticas e purgantes.

No século seguinte, Aristóteles distinguiu vários estados normais de tristeza de estados patológicos. Para ele, era clara a ideia de que a tristeza patológica deveria ser desproporcional aos acontecimentos (HORWITZ; WAKEFIELD, 2010). Em seu tratado “Problemata 30”, estabelece uma relação entre genialidade e loucura, afirmando a existência de uma “melancolia natural” que, devido à ação da bílis negra, tornaria o indivíduo genial. A melancolia é concebida como condição de genialidade, resultando em capacidades singulares para os acometidos. Aristóteles considerava a melancolia não como doença, mas como condição natural do homem (TEIXEIRA, 2005).

Em suma, Aristóteles distinguiu (1) um componente melancólico em todas as pessoas que dá origem a reações normais de tristeza e a variações normais no estado de ânimo; (2) um temperamento melancólico normal em pessoas com preponderância de bile negra e, portanto, uma inclinação inerente à tristeza; (3) uma variante extrema desse temperamento que costuma ocorrer em pessoas de talento excepcional e pode ser considerada anormal (ao menos estatisticamente), mas não configura um transtorno, em especial quando contribui para a criatividade; e (4) um estado prejudicial e patológico de tristeza desproporcional e sem motivo adequado que não tem participação benéfica num processo criativo (HORWITZ; WAKEFIELD, 2010, p. 76).

Nos séculos posteriores, médicos gregos e romanos mantiveram a definição de melancolia inaugurada por Hipócrates e Aristóteles, citando também sintomas psicóticos, como medo (paranoia) e delírios. Essas ideias predominaram por milhares de anos, mas aos poucos foram perdendo a força e a centralidade que ocupavam na medicina psiquiátrica. Apenas durante o Renascimento, no início dos séculos XVI e fim do século XVII, autores voltaram a dar ênfase à melancolia como

⁵ O termo melancolia é derivado da teoria da bílis negra. Do grego *melas*=negro, *kholé*=bile, (KRISTEVA, 1989; RODRIGUES, 2000; ROUDINESCO; PLON, 1998 apud TEIXEIRA, 2005).

transtorno e ao critério da ausência de motivo para o diagnóstico⁶ (HORWITZ; WAKEFIELD, 2010).

Conforme explicam os autores, Bright, um médico inglês, desenvolveu uma teoria acerca da melancolia que serviu como base para toda a literatura até a modernidade. Afirmava que existia, por um lado, um sentimento natural de tristeza, que surge por motivos externos adequados; por outro, a melancolia, que não possui fundamento na verdade e nem motivo justo para ocorrer. Sua hipótese era a de que o mecanismo normal que gera a tristeza deixava de funcionar corretamente nos casos de melancolia, ideia que foi repetida em diversos trabalhos posteriores.

Todavia, foi Burton que escreveu a mais importante obra da época renascentista sobre o tema. Descreveu os três componentes da depressão - humor, cognição e sintomas físicos -, elementos que até hoje são utilizados nas definições. Mantendo a tradição da ausência de motivo na determinação da melancolia, Burton afirmava que configuravam transtorno apenas os sintomas melancólicos sem motivo. Para ele, a melancolia era um aspecto normal da natureza do homem, algo que todos experimentarão eventualmente. Quando esse sentimento se tornava crônico independentemente das circunstâncias Burton identificava uma doença (HORWITZ; WAKEFIELD, 2010).

Até então, podem ser observados dois tipos diferentes de melancolia nos escritos desde a Antiguidade, em especial a partir do século XVI. Segundo Horwitz e Wakefield (2010), foi Napier quem sintetizou essas duas formas de origem dos sintomas depressivos. A primeira dizia respeito a casos que não podiam ser explicados pelo contexto em que se encontrava o indivíduo, enquanto a segunda originava-se de ocasiões legítimas, como por exemplo a morte de um ente querido, mas os sintomas apresentavam intensidade e duração atípicas.

No final século XVI e ao longo do século XVII a melancolia se tornou uma aflição comum. O filósofo italiano Ficino a concebia como um anseio pelo grande e o eterno, e afirmava que todo gênio era também melancólico (baseando-se nas obras aristotélicas). Seu trabalho ressoou pela Europa e foram surgindo diversos outros

⁶ Existem poucos relatos acerca da concepção de depressão na Idade Média. Sabe-se que a forte presença do cristianismo alterou a forma como eram compreendidos os transtornos mentais, de modo que a superstição, o misticismo e o sobrenatural se tornaram as principais fontes de explicação para o adoecimento psíquico. A depressão, ainda sob a denominação de melancolia, era indício de afastamento do sagrado, de que o indivíduo não apreciava o divino. Durante a Inquisição, no século XIII, a melancolia era considerada pecado e algumas pessoas foram multadas ou aprisionadas, pois carregavam esse “mal da alma” (GONÇALVES; MACHADO, 2007).

escritos sobre como a melancolia torna o homem melhor e mais inspirado. Shakespeare, por exemplo, em sua peça Hamlet, apresenta a melancolia como fundamental para a sabedoria (GONÇALVES; MACHADO, 2007).

Segundo Teixeira (2005), o século XVI viu um crescente aumento do interesse pelo estudo da mente e, nesse contexto, a melancolia passou a novamente ser estudada de forma intensa por médicos e filósofos. A teoria dos humores, que permaneceu hegemônica por cerca de catorze séculos, ainda predominava nesse período.

Até o momento aqui analisado, as discussões acerca da melancolia se mantiveram ligadas à teoria dos quatro humores. No final do século XVII e início do século XVIII, no entanto, com o desenvolvimento científico e o advento do racionalismo moderno, ocorre uma mudança significativa, conforme explicam Gonçalves e Machado (2007). A difusão da ideia de dicotomia entre mente e corpo resulta em que a melancolia passa a ser considerada como um aspecto físico. Nessa época surgem teorias como a de Friedrich Hoffman, de que a loucura era doença hereditária, e a de William Cullen, de que a melancolia era resultado de uma alteração da função nervosa.

No século XIX, desenvolvia-se a ideia de que a melancolia poderia existir mesmo na ausência de sintomas psicóticos. Apesar de que já se sabia desde a Antiguidade que isso poderia ocorrer, melancolia associada a delírios e alucinações foi mais enfatizada pela psiquiatria. O reconhecimento de que o transtorno também se manifestava sem psicose deu origem ao que se chamava “melancolia simples”, precursora da depressão unipolar não psicótica que conhecemos hoje (HORWITZ; WAKEFIELD, 2010).

Segundo esses autores, as definições vistas até aqui, desde a Antiguidade até o século XIX são bastante similares ao que encontramos nos manuais de diagnóstico hoje. A partir de então, no entanto, ocorreu uma mudança importante de paradigma. O divisor de águas que estabeleceu essa transformação foi a afirmação de Wilhelm Griesinger de que as doenças mentais são doenças do cérebro, fato que inaugura a medicalização moderna da melancolia⁷ (GONÇALVES; MACHADO, 2007; TEIXEIRA, 2005).

⁷ Na realidade, a melancolia já havia sido apropriada pela medicina desde a Antiguidade, como podemos constatar pelo fato de que surgiu como objeto de estudo de médicos gregos, principalmente Hipócrates. Aqui, os autores estão se referindo ao processo de utilizar a lógica

Seguindo o movimento de medicalização, isto é, de apropriação do fenômeno pela medicina, no século XIX, com Pinel, a melancolia se torna alvo dos estudos dos alienistas, sendo efetivamente adotada pela ciência médica. Foi Esquirol, discípulo de Pinel, o primeiro a sugerir a substituição do termo melancolia, iniciando um processo de substituições progressivas que culminou, no século XX, com o novo termo científico “depressão”. Este termo só se firma como definição de um quadro psicopatológico com a elaboração da CID-6 (TEIXEIRA, 2005).

Já no início do século XX, de acordo com Horwitz e Wakefield (2010), a abordagem contextual do diagnóstico de depressão começou a se dividir em duas correntes interpretativas. De um lado, Freud e seus seguidores davam ênfase à origem psicológica dos transtornos mentais; de outro, Kraepelin e a psiquiatria baseavam-se no modelo médico clássico de exame dos sintomas, da progressão e do prognóstico. A psicanálise de Freud buscava compreender os sintomas patológicos mediante os processos mentais inconscientes, postulando sua origem como psicológica. Teixeira (2005) explica que a depressão era explicada a partir da perda e dos significados subjetivos atribuídos pelos indivíduos às situações de perda. Para Freud, a depressão estaria ligada à dificuldade em elaborar perdas e vivenciar o luto. Esse raciocínio, segundo Horwitz e Wakefield (2010), rejeitou a tradição de 2500 anos de supor causas fisiológicas para a melancolia, para adotar uma teoria psicogênica. No entanto, a psicanálise manteve a tradicional distinção entre tristeza normal, consequência de uma perda, e patológica, desproporcional à perda.

Kraepelin percorreu o caminho oposto, buscando uma abordagem estritamente biomédica, cujo entendimento de transtornos mentais era o de que seriam manifestações de patologias físicas do cérebro. Criou categorias a partir dos sintomas e suas progressões, esperando que eles fossem associados a lesões anatômicas. A categorização de Kraepelin, baseada em observação cuidadosa dos sintomas, é vista hoje como precursora da transformação diagnóstica promovida pelo DSM-III. Os sintomas depressivos descritos por ele (como lentidão de pensamento, desesperança, angústia, apatia, incapacidade de sentir prazer,

biomédica para explicação de problemas de outra ordem. Inicia-se um movimento de tentar sediar no cérebro as causas do sofrimento psíquico, o qual estudaremos a fundo mais adiante, quando abordarmos o fenômeno da medicalização social.

perturbações do sono e do apetite e fadiga) são, ainda hoje, a base das classificações diagnósticas de depressão (HORWITZ; WAKEFIELD, 2010).

Chegamos, então ao período histórico em que se iniciam as classificações psicopatológicas em manuais psiquiátricos, baseando-se em listas de sintomas que compõem os critérios diagnósticos para os transtornos mentais. Tais manuais, atualmente, servem como base para o entendimento de alterações psicopatológicas, isto é, define-se o que é patológico a partir destas publicações. Dessa forma, para que compreendamos a concepção de depressão na atualidade, tal como de qualquer outra forma de sofrimento psíquico, é necessária uma rápida revisão de seus conteúdos e de seu contexto de origem.

Segundo Horwitz e Wakefield (2010), a importância de manuais como a CID e o DSM reside no fato de que quase todos os profissionais de saúde mental baseiam seus diagnósticos nas definições providas por essas publicações. Para além do âmbito clínico, essas definições também são utilizadas em estudos epidemiológicos, pesquisas sobre tratamentos diversos, comercialização de medicamentos, procedimentos jurídicos, na prática médica geral e em diversos outros contextos. Dessa forma essas definições - principalmente aquelas referidas no DSM - se tornam a autoridade máxima no estabelecimento daquilo que é ou não transtorno mental nessa sociedade, tendo consequências significativas para os indivíduos e para a forma como o sofrimento psíquico é compreendido e abordado.

A inclinação de classificar transtornos mentais surgiu no século XX, a partir da necessidade administrativa de registrar estatisticamente os pacientes hospitalizados. Os diagnósticos das primeiras classificações psiquiátricas tinham como foco esses indivíduos internados e, portanto, não abrangiam estados patológicos menos graves. O primeiro sistema de classificação de doenças padronizado nos Estados Unidos, de 1918, já continha estados depressivos entre seus diagnósticos. A distinção entre depressão normal e patológica, neste manual, não diferia muito daquela proposta por Hipócrates. Não se baseava nos sintomas em si, mas exigia que fossem mais intensos e duradouros do que na tristeza comum (HORWITZ; WAKEFIELD, 2010).

Foi no início dos anos 1950 que a Associação Americana de Psiquiatria lançou seu primeiro manual, o Manual Estatístico e Diagnóstico de Transtornos Mentais (DSM-I), abrangendo inclusive os casos patológicos menos graves, que

havam se tornado mais centrais para a psiquiatria americana. Essa primeira edição do manual foi fortemente influenciada pelas abordagens psicodinâmicas e, portanto, minimizava aspectos biológicos para enfatizar mecanismos psicológicos inconscientes. No que concerne à depressão, o manual a concebia como a forma pela qual um indivíduo tentava se defender da ansiedade.

A segunda edição do DSM, da década de 1960, manteve os mesmos moldes da primeira, definindo depressão por sua etiologia (conflitos internos e inconscientes). Reconhecia, no entanto, que perdas poderiam ocasionar reações desproporcionais e patológicas mesmo na ausência de um conflito interno. Por causa disso, Horwitz e Wakefield (2010) consideram que o DSM-II retorna, em certa medida, à tradição clássica de definir depressão como uma reação desproporcional e excessiva a uma circunstância.

Até a década de 1970, muitos pesquisadores se dedicaram à compreensão e classificação dos diferentes tipos de depressão. A diferenciação entre depressão endógena e reativa (exógena), vigente desde Hipócrates, foi sendo substituída devido ao surgimento de pesquisas que afirmavam que a maioria dos casos de depressão surgia após um acontecimento desencadeador. Os pesquisadores dessa época se concentravam na medição das manifestações sintomáticas, desconsiderando a progressão, a duração e, mais importante, o contexto em que apareciam os sintomas. Dessa forma, após ter sido predominante por muitos séculos, o critério de ausência ou presença de motivo para o diagnóstico foi sendo abandonado. Disso resultou um grande número de diagnósticos falso-positivos, isto é, indivíduos com sintomas não patológicos sendo enquadrados no transtorno depressivo. A isso, soma-se o fato de que cada vez mais a psiquiatria americana estava se voltando para indivíduos não hospitalizados e com sintomas menos graves. A transposição dos critérios diagnósticos elaborados para pacientes de hospitais psiquiátricos aos sujeitos da comunidade atendidos em consultórios psiquiátricos contribuiu para o aumento do número de diagnósticos de depressão (HORWITZ; WAKEFIELD, 2010).

Os autores explicam que, então, por volta dos anos 1970 não havia mais um consenso sobre a definição de transtorno depressivo, seus principais sintomas e diferentes tipos, nem havia uma ideia que predominasse sobre as outras. Havia apenas um entendimento de que os casos psicóticos divergiam daqueles em que

não ocorriam sintomas psicóticos. Horwitz e Wakefield (2010, p. 111) apontam para a necessidade de sistematização da concepção de depressão daquela época:

Em 1980, reagindo a esse período de debate confuso caracterizado pela incerteza nas descobertas empíricas e pela ausência de uma teoria definitiva sobre a natureza da depressão não psicótica, a psiquiatria adotaria, apesar disso, um conjunto de critérios sintomáticos definitivos para o diagnóstico de depressão que se manteve até os dias de hoje.

Em razão desse contexto de imprecisão diagnóstica e fragmentação teórica, a reivindicação científica e a legitimidade da psiquiatria estavam ameaçadas. O novo DSM procurou reagir frente a essa situação, buscando empregar bases científicas mais sólidas. Para tanto, tentou adotar uma posição teórica neutra, sem pressupor nenhuma teoria psicopatológica, para que fosse útil a todos os psiquiatras, independentemente de suas perspectivas. Os critérios diagnósticos passaram a ser descritivos, e não etiológicos, além de eliminar as referências às causas psicodinâmicas dos transtornos, abandonando a orientação psicanalítica (HORWITZ; WAKEFIELD, 2010).

Apesar de se autodeclarar “neutra”, esta versão do manual empregou uma determinada concepção acerca dos transtornos mentais, dando especial ênfase aos aspectos orgânicos. Lembremos, ainda, que não há neutralidade na ciência e a escolha por este referencial não foi ocasional.

Ferreira (2011) explica que por volta desse período, a partir da segunda metade da década de 1970, ganhou força um conjunto de ideias no qual o cérebro exerce função central nos fenômenos humanos e no adoecimento. Padrões de comportamento previamente considerados desviantes ou socialmente problemáticos se tornam categorias diagnósticas, são concebidos como perturbações mentais e passíveis de intervenção medicamentosa. A difusão e aceitação do DSM-III pela comunidade psiquiátrica foi resultado dessas ideias e da consequente hegemonia do ponto de vista biomédico, visto que esta edição classificava doenças, não indivíduos doentes. A substituição do termo “sujeito em sofrimento psíquico” por “paciente portador de transtorno mental” marca a passagem à concepção das doenças mentais como localizadas “fora dos sujeitos”.

Para a autora, a partir do DSM-III há uma continuidade nas subseqüentes revisões e versões, visto que não ocorreram alterações significativas tanto na orientação, como na estrutura dos manuais. Verifica-se, no entanto, o aumento do

número de categorias diagnósticas⁸. De acordo com Freitas (2011), a extensão de patologias listadas na classificação proposta pelo DSM-IV permite classificar como depressão situações de vida como divórcio, perda de ente querido, conflito no trabalho e outras perdas significativas. Dessa forma, acontecimentos comuns se tornam problemas médicos, com prescrições e tratamentos específicos.

Segundo Horwitz e Wakefield (2010), uma exceção é o reconhecimento por parte do DSM-IV de que casos de luto geram um quadro similar ao transtorno depressivo, e a advertência de que os sintomas deveriam ser desconsiderados nessas situações. Indivíduos estariam isentos de diagnóstico por estarem, conforme definia o manual, em um período normal de luto depois da morte de um ente querido; com a condição de que os sintomas não durassem mais de dois meses e não incluíssem aspectos mais graves, como sintomas psicóticos e pensamentos suicidas. Para os autores a exclusão do luto é o único reconhecimento presente no DSM de que tristeza normal pode se enquadrar nos critérios diagnósticos.

Os autores defendem que o maior problema da definição de transtorno depressivo contida no DSM-IV refere-se ao fato de que vários dos sintomas listados, como humor deprimido, perda de interesse, insônia e diminuição de apetite, podem ocorrer na ausência de transtorno, como reação a acontecimentos negativos comuns à vida. Disso resulta que reações de tristeza intensa podem ser erroneamente diagnosticadas como depressão.

Na tentativa de distinguir os tipos de sintoma presentes em transtornos depressivos sem referência ao contexto em que esses sintomas aparecem, a psiquiatria contemporânea tem também, inadvertidamente, caracterizado como doença o sofrimento normal intenso (HORWITZ; WAKEFIELD, 2010, p. 22).

Os autores concluem, então, que a principal falha na definição de transtorno depressivo é desconsiderar o contexto em que surgem os sintomas e, conseqüentemente, não excluir da categoria de transtorno a tristeza intensa que é reação normal a situações de vida comuns aos homens. Essa é uma expressão do fenômeno da medicalização social, o qual explicaremos mais adiante.

⁸ O primeiro DSM trazia 106 categorias diagnósticas; o segundo, 182; o terceiro, 265; a revisão do DSM-III continha 292 diagnósticos; e a quarta edição possuía 297 (Ferreira, 2011).

Prosseguindo com essa tendência, Araújo e Neto (2013) explicam que o DSM-V, publicado em 2013, adicionou novos diagnósticos no capítulo de transtornos depressivos, gerando discussões sobre patologização de reações normais e a superestimativa do número de casos de depressão. Dentre as modificações realizadas destacam-se a inclusão do diagnóstico de Transtorno Disfórico Pré-menstrual e a modificação dos diagnósticos de Depressão Crônica e Distímia, que passaram a formar um novo diagnóstico, o de Transtorno Depressivo Persistente. A alteração mais polêmica, no entanto, diz respeito à retirada do luto como critério de exclusão do Transtorno Depressivo Maior, do que decorre que indivíduos que perderam um ente querido há menos de dois meses podem ser diagnosticadas⁹.

Tendo em vista as características mais relevantes da evolução dos critérios diagnósticos presentes nas diferentes edições do DSM, e sua importância nos âmbitos clínico, epidemiológico, jurídico, entre outros, cabe frisar que o manual não fornece uma interpretação etiológica para os transtornos mentais e, especificamente, para a depressão. Conforme vimos, o objetivo era o de facilitar o diagnóstico, sem apresentar explicações concernentes à origem dos sintomas. Esta tarefa ficou a cargo de pesquisadores de diversos campos, os quais investigam diferentes teorias que possam explicar o surgimento do quadro depressivo nos indivíduos. Atualmente, pode-se afirmar que a teoria mais predominante é a do envolvimento de substâncias neuroquímicas presentes no cérebro, cujo funcionamento estaria desregulado (HORWITZ; WAKEFIELD, 2010). Trataremos em outro momento das consequências dessa explicação, de cunho biológico, sobre a sociedade; por ora, basta reforçar que perpetua a prática, nascida na década de 70, de localizar em mecanismos fisiopatológicos a causa de comportamentos e sentimentos considerados socialmente inadequados ou desajustados¹⁰.

⁹ Conforme consta no documento: “Respostas a uma perda significativa (p. ex. luto, ruína financeira, perdas por um desastre natural, uma doença médica grave ou incapacidade) podem incluir os sentimentos de tristeza intensos, ruminação acerca da perda, insônia, falta de apetite e perda de peso observados no Critério A, que podem se assemelhar a um episódio depressivo. *Embora tais sintomas possam ser entendidos ou considerados apropriados à perda, a presença de um episódio depressivo maior, além da resposta normal a uma perda significativa, também deve ser cuidadosamente considerada*” (AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION, 2014, p. 95, grifos nossos). No entanto, cabe mencionar que o manual traz alguns aspectos em que se pode diferenciar o luto de um episódio depressivo maior.

¹⁰ Discutiremos, também, a própria definição de inadequação ou desajuste nesta sociedade e de onde surge a necessidade de repará-las por meio de intervenções médicas.

Foi nos anos 1950, com a descoberta acidental dos antidepressivos, que a psiquiatria iniciou a busca para compreender a ação dessas drogas no organismo e, conseqüentemente, surgiram as proposições de associação entre funções cerebrais e funções emocionais. Assim passa-se a interpretar emoções e psicopatologias a partir da ação de substâncias chamadas neurotransmissores, relacionadas à comunicação entre neurônios. A psiquiatria, então, explica a depressão por um déficit orgânico, uma disfunção neuroquímica que deve ser corrigida pela ação de psicofármacos. Logo, baseia sua terapêutica na administração de medicamentos que regulam a produção de neurotransmissores (TEIXEIRA, 2005).

Segundo Caponi (2009), esta explicação não advém do diagnóstico ou etiologia, mas sim da terapêutica, pois foi apenas a partir da ação do antidepressivo que se passou a buscar as causas biológicas da depressão. Isso ocorreu devido ao fato de que o uso de medicamentos antidepressivos permitiu identificar os receptores neuronais afetados no transtorno depressivo e, então, foi possível postular a causa orgânica e cerebral da depressão. O estabelecimento da relação entre depressão e deficiência de serotonina (principal neurotransmissor envolvido no surgimento de sintomas depressivos, de acordo com essa hipótese) resultou da descoberta de que os medicamentos inibidores seletivos de recaptação de serotonina (ISRS) atuam nesse neurotransmissor. A autora classifica essa explicação como circular: um efeito causado por uma medicação leva ao desenvolvimento de uma teoria explicativa para a doença. Como bem colocou Angell (2011, p. 4): “[...] em vez de desenvolver um medicamento para tratar uma anormalidade, uma anormalidade foi postulada para se adequar a um medicamento”.

Para fins de elucidação, Caponi (2006, p. 6) exemplifica:

Sabemos que em determinados eventos sociais, o consumo de bebida alcoólica pode-nos transformar em sujeitos mais sociáveis e com menos inibições, podemos supor que essa mudança de comportamento se deve à ação do álcool no sistema nervoso central. Entretanto, essa certeza não nos autoriza nem a patologizar a inibição, nem a considerar o consumo de bebidas alcoólicas como terapêutico, nem a considerar que a inibição é o resultado do déficit de álcool no sistema nervoso. Pelo contrário, uma reação favorável a um ISRS permite afirmar que um sentimento de tristeza é patológico, que a terapêutica apropriada é o ISRS e, em conseqüência, que a depressão é o resultado do déficit de serotonina no sistema nervoso.

Horwitz e Wakefield (2010) apontam outros problemas nesta teoria, como, por exemplo, o fato de que os medicamentos utilizados para o tratamento da depressão alteram imediatamente os níveis de serotonina, porém seus efeitos no humor dos indivíduos levam semanas para serem sentidos. Isso leva os autores a concluir que o impacto dos medicamentos pode não ser consequência da mudança nos níveis de neurotransmissores, mas sim de outros processos associados à alteração na atividade da serotonina. Há, ainda, medicamentos que não afetam a serotonina, a dopamina ou a norepinefrina (principais neurotransmissores envolvidos na explicação biomédica), mas aliviam sintomas depressivos. Da mesma forma, medicamentos utilizados para tratar depressão também podem ser utilizados no tratamento de outros transtornos, como os de ansiedade, alimentares, de déficit de atenção, de abuso de substâncias psicoativas, de personalidade, entre outros.

Isso sugere que os medicamentos não estão corrigindo uma anormalidade neuroquímica específica que está por trás da depressão, mas agindo sobre funções cerebrais bastante genéricas que influenciam muitos sistemas emocionais e comportamentais. Nenhuma teoria explica como uma única anormalidade na química cerebral poderia estar relacionada com uma gama tão ampla de problemas resultantes (HORWITZ; WAKEFIELD, 2010, p. 198).

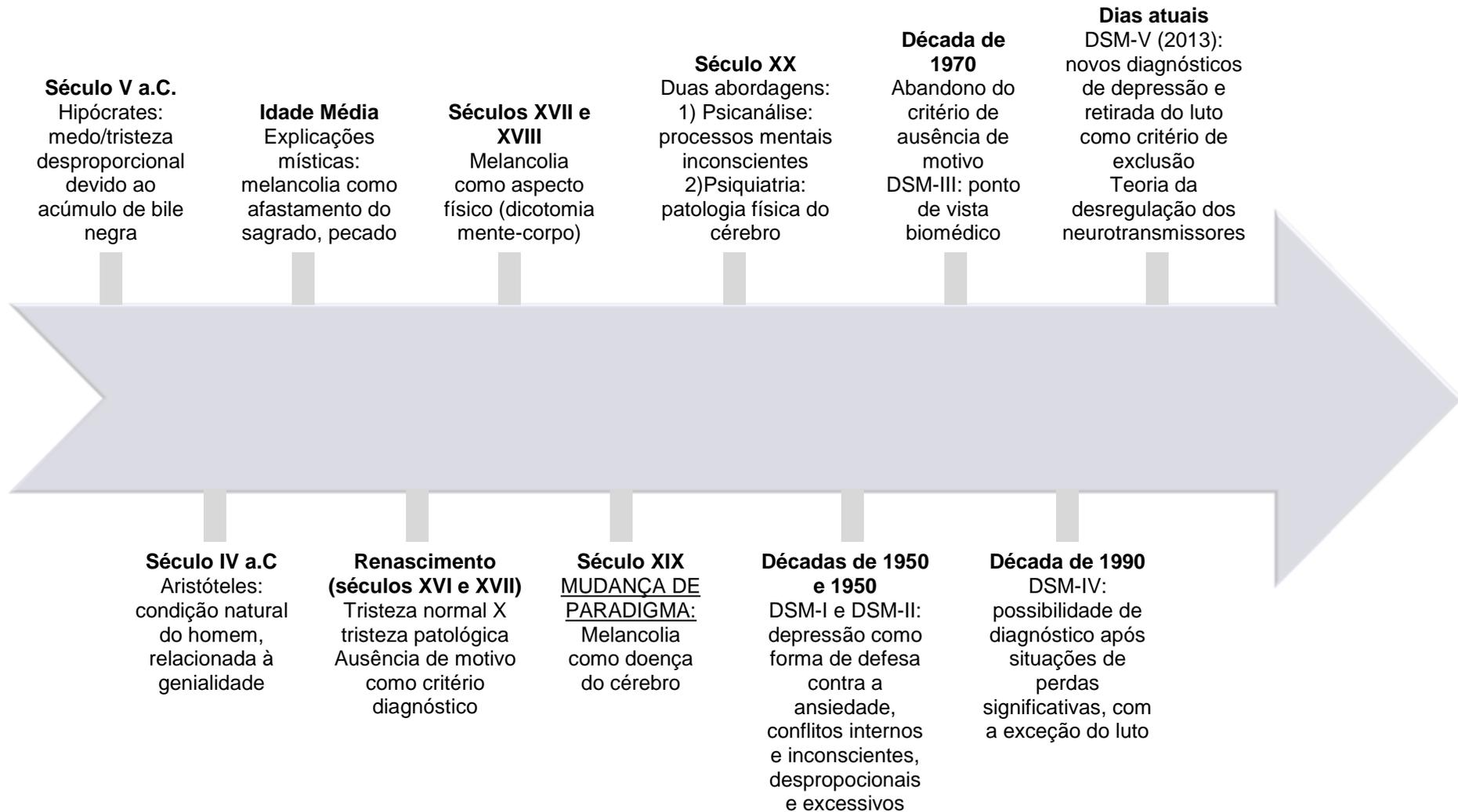
Os autores ainda apontam que as alterações nos neurotransmissores podem ser consequências, e não causas, da depressão. Não há evidências científicas que permitam afirmar que desequilíbrios químicos precedem e provocam transtornos depressivos. Contudo, o problema mais grave destas teorias para os autores é que não há padrões de referência adequados para níveis normais e patológicos de neurotransmissores.

Tendo em vista as discussões elaboradas acima, pode-se depreender que a definição de depressão vigente se baseia em critérios diagnósticos estabelecidos de forma relativamente arbitrária e pouco científica. Exemplo disso é a quantidade de sintomas requeridos para o diagnóstico e a delimitação do período de tempo em que devem ocorrer. Da mesma forma, a principal causa atribuída à depressão advém de uma explicação imprecisa e limitada, fundamentada na prática terapêutica. Sendo a depressão um importante problema de saúde, com impactos sociais significativos,

conforme vimos anteriormente, resultam dessa concepção consideráveis consequências para a sociedade.

Mencionamos que conceitos e definições são determinados pelas condições objetivas dos diferentes momentos históricos (a Figura 1 apresenta a linha do tempo das diferentes concepções de depressão ao longo da história, a fim de facilitar a visualização do movimento de mudanças paradigmáticas). Assim, para que possamos compreender a origem da concepção vigente e seus efeitos sobre os indivíduos é necessária uma análise do modo de produção atual, da sociedade contemporânea e suas principais características. Para mediar esta análise, baseamo-nos na teoria da determinação social do processo saúde-doença, exposta a seguir.

FIGURA 1 – LINHA DO TEMPO DAS DIFERENTES CONCEPÇÕES DE DEPRESSÃO AO LONGO DA HISTÓRIA



FONTE: a autora (2017).

4 A TEORIA DA DETERMINAÇÃO SOCIAL DO PROCESSO SAÚDE-DOENÇA

Este trabalho tem como referencial teórico os estudos da medicina social latino-americana e da epidemiologia crítica, correntes teóricas que, como veremos, confrontam-se com a biomedicina, principalmente no modo como compreendem a determinação de doenças e agravos de saúde. A biomedicina, ou clínica moderna, nascida da anatomoclínica e da moderna fisiologia tem como característica fundamental a imputação da sede e causalidade das doenças ao plano corporal. Essa tecnologia de intervenção sobre indivíduos, advinda do século XVIII e XIX, buscando respostas às suas limitações para explicar e abordar as doenças crônico-degenerativas, incorporará ao longo do século XX elementos de outra tecnologia, de abordagem da saúde-doença como fenômeno coletivo: a epidemiologia.

A epidemiologia clássica utiliza-se principalmente da categoria de “risco”, sob a qual erige uma abordagem voltada ao estudo dos “fatores de risco”, localizando-os, principalmente, nos indivíduos ou em elementos externos, isolados do contexto em que se insere o indivíduo.

De acordo com Breilh (2006), “risco” é uma categoria limitante, que permite apenas uma visão unilateral dos fenômenos. A teoria do risco, em sua acepção clássica, postula que existem indivíduos ou grupos com maior probabilidade de sofrer transtornos, doenças ou problemas de saúde e que são, portanto, mais vulneráveis. A vulnerabilidade é explicada a partir de características essencialmente individuais, como aspectos biológicos, genéticos, ambientais e psicossociais.

Este modelo teórico identifica nos chamados “fatores de risco” as causas das doenças e agravos de saúde. Os fatores são características individuais que “associam” as pessoas a sofrerem um determinado processo, isto é, existiria uma associação causal entre o fator de risco e o processo final (BREILH, 2006).

Para Castiel (1999 apud BREILH, 2006), a epidemiologia de risco demonstra descuido quanto à compreensão dos processos econômicos, sociais e culturais, resultando em um reducionismo biofisiológico e na dependência da biomedicina. O autor ressalta, também, a ausência de teorização rigorosa acerca da causa das doenças, visto que confunde associação empírica com causalidade. A utilização da categoria de risco, ainda, pressupõe uma dicotomia entre saúde e não-saúde, doente e não-doente. Como resultado, este enfoque acaba por culpabilizar as

vítimas, produzindo uma distorção das políticas relacionadas aos estilos de vida, descontextualizando os comportamentos tidos como “arriscados”, sem considerar a contribuição dos processos sociais. Breilh (2006) acrescenta que o paradigma de risco se caracteriza pelo esvaziamento do conteúdo histórico, reificação de fatores, ausência de explicação dos processos generativos (reducionismo probabilístico), nivelamento ontológico, metodológico e praxiológico de fatores associados e manipuláveis e ambiguidade interpretativa.

Para o autor, a limitação deste paradigma reside em que

O conceito de ‘risco’ centraliza etimologicamente a ideia de contingência dos eventos causais considerados essencialmente ‘prováveis’. Mas a rigidez da ideia de contingência não permite distinguir que, na geração das condições de saúde, alguns processos atuam de forma estrutural ou permanente, outros atuam de modo diário, embora não permanente, e outros, ainda, são de caráter eventual (BREILH, 2006, p. 199).

Sendo assim, os processos considerados como riscos seriam apenas “provavelmente” destrutivos, isto é, sua nocividade seria contingente. Como consequência, essa concepção considera que os riscos presentes na sociedade são prováveis e domináveis por meio de diversas técnicas de controle. Depreende-se, então, que nenhum risco seria permanente, pois, se fosse, deixaria de caracterizar-se como risco para constituir um feito destrutivo. Dessa forma, não reconhece na sociedade capitalista aspectos estruturais destrutivos à saúde e reproduz a ideia de que haveria margem para a plena reprodução da saúde neste modo de produção ou, pelo menos, para a esperança nesta possibilidade (BREILH, 2006). Ao estudarmos as características fundamentais do capitalismo, mais adiante, demonstraremos como há de fato elementos relacionados à estrutura capitalista que produzem danos à saúde dos indivíduos e coletividades humanas e conformam estados de saúde-doença específicos a este momento histórico.

Segundo o autor, o paradigma de risco converte em riscos ou eventualidades aquilo que constitui processos destrutivos de caráter permanente, ao mesmo tempo em que desvincula estes riscos da totalidade que os reproduz e explica. Assim, os riscos adquirem caráter de fatos externos aos indivíduos, que só poderiam agredi-los ocasionalmente, quando, na verdade, são inerentes ao modo de vida da população, sob o modo de produção capitalista. Ao utilizar este enfoque,

[...] estaríamos implicando uma concepção epidemiológica de relação linear – de causa e efeito – entre os citados ‘riscos’ e as variáveis relacionadas com a saúde, com o que reduziríamos a explicação a uma contingência ou a uma associação empírica demonstrável, quando, na realidade, trata-se de processos que, desmembrados do movimento global do modo de vida que é sua explicação básica, são automaticamente reificados em entidades desconexas e abstratas (ou fatores de risco), as quais, com isso, perdem suas relações generativas (BREILH, 2006, p. 201).

Em oposição a este paradigma, surgiu a medicina social latino-americana, vertente teórica a que pertence Breilh (2006) e que, segundo Laurell e Noriega (1989), foi a que melhor desenvolveu a compreensão do processo saúde-doença como um processo social, e não somente biopsíquico. Essa corrente retoma e desenvolve um movimento originado com a *Medicina Social* surgida na Europa no século XIX, cujos principais nomes foram Rudolf Virchow, na França, e Salomón Neuman, na Alemanha. Na esteira da revolução proletária de 1848, pela primeira vez na história irrompe a ideia da determinação social do processo saúde-doença. Esse paradigma, contudo, será contido pelo higienismo, a concepção e política de saúde adotada pelos Estados europeus. Segundo Mendes-Gonçalves (1994), a partir de então a Medicina Social se constituirá como uma fênix que periodicamente renasce para questionar a concepção naturalizante predominante a respeito da saúde-doença. Essa concepção será retomada e historicizada por alguns autores ao longo do século XX, como Sigerist (1946) e Rosen (1979). O primeiro salientará que relações sociais, hábitos alimentares, vestimentas, habitação e ocupação são fatores que desempenham papel significativo em estados de doença e saúde. Declarou que os níveis de saúde de uma população podem ser explicados pelas suas condições de vida, as quais determinam os fatores acima citados.

Sigerist (1946) ainda afirma que as condições sanitárias de uma população são determinadas por diversos fatores, sendo o social e o econômico os mais importantes. O autor cita especificamente a pobreza e a desigualdade social como significativas para a saúde:

Em um mundo onde se pode produzir todo o alimento que as pessoas poderiam consumir; em uma época em que a ciência avançou o suficiente para explorar os recursos da natureza e produzir todas as comodidades que poderiam se utilizar, a grande maioria dos habitantes da terra vivem ainda em um nível que não lhes permite uma vida saudável (SIGERIST, 1946, p. 277-278, tradução nossa).

Para o autor, então, a pobreza é a principal causa da enfermidade e, ressalta, é um fator localizado fora do alcance da medicina. Em que pese a enorme contribuição destas afirmações, principalmente considerando-se a época em que foram escritas, acreditamos que não abarcam o fenômeno em sua totalidade, uma vez que o autor não pareceu se preocupar em investigar as causas reais das condições de vida dos indivíduos e da pobreza, a saber, o modo de produção capitalista. Este fato, no entanto, não minimiza ou desmerece o imenso salto dado pelo autor no que tange à compreensão dos fenômenos de saúde e doença. Certamente este tipo de reflexão possibilitou o desenvolvimento de teorias como as utilizadas neste trabalho. Cabe destacar ainda as contribuições de Rosen (1979) na contextualização das intervenções estatais no âmbito da saúde-doença desde o século XVII, correlacionando-as às necessidades do modo de produção capitalista em suas diferentes fases.

Ao contrário do pensamento médico tradicional, o qual tem como premissa o caráter a-histórico da biologia humana, a medicina social latino-americana se baseia no reconhecimento da historicidade dos processos biológicos e psíquicos dos indivíduos. Laurell e Noriega (1989) explicam que o nexos biopsíquico, do qual são constituídos os indivíduos, é a expressão concreta na corporeidade humana da subordinação a determinado processo histórico. Conforme esta vertente, o que ocorre é a produção social das formas biológicas humanas, o que significa afirmar que o biológico está subsumido ao social.

De acordo com Breilh (2010a), é essencial trabalhar com as relações existentes entre social e biológico, bem como sociedade e natureza, para não recairmos nem em um determinismo histórico, tampouco um determinismo biológico, de modo que nenhuma das partes perca sua presença na determinação. Segundo o autor, há uma historicidade do biológico, isto é um condicionamento histórico dos fenômenos biológicos da natureza, o que não significa dizer que os processos biológicos são dirigidos somente por leis sociais.

Para compreendermos como ocorre este processo, é preciso ter em mente que, conforme afirma Breilh (1991), existem quatro tipos de determinações principais que definem os processos de saúde-doença. São eles: a determinação dialética da totalidade do processo de luta interna e síntese dos componentes opostos de um fenômeno; a determinação causal, isto é, uma causa externa que resulta em um

efeito correspondente; a interação (ou interdependência funcional), determinação do consequente pela ação recíproca; e a determinação probabilística, resultado final da ação conjunta de entidades independentes ou semi-independentes. Ao reconhecer que os processos epidemiológicos estão determinados por todas estas leis, supera-se a noção epidemiológica tradicional de causação, a qual reduz o processo saúde-doença a um efeito gerado por uma causa externa.

A epidemiologia proposta pelo autor não desconsidera a determinação causal, apenas compreende que as próprias relações causais são determinadas. A determinação epidemiológica não se restringe à causação epidemiológica, de modo que esta deve ser interpretada nos limites que lhe são impostos por outras formas de determinação superiores. Há, então, uma hierarquia, na qual as leis dialéticas ocupam posição superior na determinação da saúde-doença, que é perpassada pela relação dialética entre as distintas dimensões de determinação. Isto é, a determinação dialética teria um peso maior do que as outras formas de determinação.

A epidemiologia crítica de Breilh (1991) compreende que a produção de doenças se dá no plano coletivo e para apreender suas determinações deve-se ultrapassar o plano dos fenômenos empíricos e superar a concepção de fatores como abstrações desconexas.

Os aspectos mais importantes desta nova visão são: a formulação dos problemas epidemiológicos (que explicam a gênese da saúde coletiva como parte integrante da vida social geral) e a interpretação de que as causas de doença não são entidades estáticas que se podem abstrair formalmente, mas que têm que ser interpretadas como parte do movimento global da vida social, e para poder transformá-las é preciso compreender as leis desse movimento social global, assim como as leis específicas dos processos biológicos que se desenvolvem no seio desta vida social mais ampla (BREILH, 1991, p. 201).

Isto é, o estudo do processo saúde-doença não deve estar desvinculado da totalidade a que pertence, a saber, o contexto social, pois é produto dela. Os fenômenos epidemiológicos, portanto, fazem parte desta totalidade e são dimensões da realidade, dotadas de historicidade (BREILH, 1991).

Para o autor, é pelo movimento social geral que se pode explicar o desenvolvimento da vida nos diferentes grupos e tal compreensão contribui para apreender a produção de transtornos e agravos de saúde nos indivíduos.

[...] a interpretação epidemiológica não se reduz à busca de conexões entre as partes, como 'as condições de água' e a 'doença diarreica aguda', mas uma vez que o todo social compõe-se de partes que podemos descrever e medir empiricamente, compreende que a participação dessas partes no todo gera uma realidade complexa, superior, com qualidades diferentes às das partes, ainda que seja dependente destas para sua existência (BREILH, 1991, p. 202).

Destarte, esta concepção faz desaparecer a falsa dicotomia entre o social e o biológico. Compreende que os processos individuais se entrelaçam e surgem como resultado de forças econômicas, políticas e culturais que operam como um todo, para além de circunstâncias e vontades individuais. As condições e possibilidades individuais se fundem na totalidade social, sem que, no entanto, sejam anuladas, visto que os indivíduos contribuem para a formação de um resultante comum (BREILH, 1991).

A epidemiologia tradicional estuda a variação de fatores isolados e comportamentos individuais, convertendo-os em entidades causais, a partir de que são estabelecidas mensurações e modelos matemáticos de associação causal. Como consequência, a variável empírica adquire o caráter de causa e sua relação probabilística com o fenômeno dependente adquire caráter de lei epidemiológica (BREILH, 1991). Já

A teoria epidemiológica moderna reconhece tanto a relação dialética que ocorre entre as forças determinantes mais amplas como a possibilidade de que existam fenômenos singulares nos indivíduos; ou seja, reconhece a necessidade de observar as leis históricas da produção e organização da sociedade para explicar as causas mais profundas da doença, mas também reconhece que o único caminho para compreender o especificamente epidemiológico é saber como é que os processos da reprodução individual cotidiana e os processos biológicos atuam e se transformam no seio desse movimento mais amplo, para originar os fenômenos epidemiológicos (BREILH, 1991, p. 203).

Isto é, o fato de que leis econômicas, políticas e culturais se encontram na base do movimento epidemiológico, não significa que o individual não possui parte decisiva em sua própria realidade. Ainda que os processos biológicos subordinem-se aos processos da vida social mais ampla, integrando-os, ambos participam como determinantes desta vida e como condições significativas do comportamento epidemiológico. Sendo assim, rompe-se com a ideia de separação entre o social e o

biológico, compreendendo que entre eles há um profundo entrelaçamento (BREILH, 1991).

Na relação dialética entre o geral, o particular e o individual, ou, dito de outro modo, entre o todo e a parte, as leis do todo ou da dimensão mais ampla determinam os limites dentro dos quais pode atuar o poder determinante da parte ou indivíduo, mas estes também intermediam a determinação, especificando-a. O movimento geral determina os limites do cotidiano e do biológico; estes também participam da determinação, da especificação do movimento. O social, as leis da reprodução social, o sistema de contradições da reprodução social determinam as condições dentro das quais sucede a história pessoal e o movimento biológico subsumido; mas também as condições naturais do ambiente, os fenômenos do dia-a-dia e da biologia humana participam na determinação da saúde-doença, seja através da experiência biológica acumulada que define as normas de reação do genótipo dos indivíduos, seja através dos processos fisiológicos que são possíveis num fenótipo em circunstâncias históricas específicas [...] (BREILH, 1991, p. 207).

Dessa forma, para Breilh (1991), por mais que a vida e as possibilidades de saúde sejam definidas pelas determinações estruturais, especificam-se nas mediações particulares dos modos de vida de cada grupo social, fração de classe, comunidade, ou unidade familiar; no trabalho que desempenham, no meio geográfico em que se encontram, na vida pessoal e cotidiana, nas suas condições biológicas (algumas como características comuns dos membros das classes e outras, características especiais dos indivíduos). E concretizam-se e se tornam visíveis nos indivíduos singulares.

Assim sendo, o objeto de estudo da epidemiologia é a saúde-doença como processo coletivo particular de uma sociedade, que possui elementos gerais, particulares e individuais. Para o autor, a ciência epidemiológica busca identificar as determinações que operam na vida social, estudando, para tanto, a) os processos estruturais da sociedade que, porquanto se encontram na base do desenvolvimento social permitem a explicação das condições particulares de vida; b) os perfis de reprodução social (produção e consumo) das classes e grupos sociais e suas correspondentes potencialidades de saúde, bem como seus riscos à sobrevivência; e c) os fenômenos biológicos que configuram os padrões típicos de saúde-doença desses grupos e seus indivíduos (BREILH, 1991).

Segundo o autor, os processos estruturais dizem respeito à formação social, à qual corresponde determinado desenvolvimento das forças produtivas e das relações de produção. Em cada modo de produção de uma formação social,

estabelecem-se classes sociais. Sobre a base destas determinações estruturais, erigem-se condições naturais, políticas e de consciência.

A reprodução social analisa o movimento da vida social em um período histórico concreto, tanto a nível geral – que, no caso da sociedade capitalista, adquire o caráter histórico de acumulação de capital –, quanto no que se refere às formas particulares de reprodução social dos grupos ou classes específicas. Nestas últimas, o eixo da determinação recai sobre o movimento dialético de produção e consumo. Como veremos mais adiante, a produção é o processo que resulta em produtos de acordo com as necessidades historicamente definidas da sociedade. No consumo individual, estes produtos são convertidos em objetos de desfrute. “Na produção, as pessoas objetivam-se nos produtos; no consumo individual, os objetos (as coisas) subjetivam-se” (BREILH, 1991, p. 205).

A dialética entre produção e consumo conforma um determinado perfil epidemiológico, que é característico das formas de reprodução social daquele grupo. Dito de outra forma, os movimentos e contradições existentes nos processos de produção e consumo configuram as particularidades da reprodução social de um determinado grupo social. E, por sua vez, à reprodução social corresponde um perfil epidemiológico específico (BREILH, 1991).

O perfil epidemiológico, explica o autor, sintetiza o complexo processo de determinação histórica que se manifesta em cada classe e grupo social num perfil reprodutivo e que resume as contradições que operam tanto na dimensão natural quanto na social. Estas contradições se expressam em um perfil típico de saúde-doença, que implica manifestações individuais resultantes de todo o processo de determinação. Em suma, o perfil epidemiológico é composto pelo perfil reprodutivo do grupo e seu perfil patológico e de saúde.

Para compreender de que forma são produzidos perfis epidemiológicos específicos, e, buscando se contrapor à ideia de risco e fatores, Breilh (2006) propõe a noção de processo, que incorpora a complexidade, a contrariedade e o movimento da realidade. Segundo o autor, as formas de devir que determinam a saúde dos indivíduos se desenvolvem por meio de um conjunto de processos, os quais variam de acordo com as relações sociais de determinado período histórico. Estas relações podem ser de equidade ou não, e, portanto, os processos em que se desenvolvem a sociedade e os modos de vida da população adquirem propriedades protetoras e

benéficas (saudáveis) ou destrutivas e deteriorantes (insalubres) da saúde. Um processo protetor é aquele que é benéfico, que favorece defesas e suportes e estimula uma orientação favorável à vida humana. Por outro lado, o processo destrutivo gera privação ou deterioração da vida. Os processos podem se tornar protetores ou destrutivos conforme as condições históricas em que se ocorrem, pois se desenvolvem no seio de uma formação social e são marcados pelas possibilidades reais de cada modo de vida e suas relações.

Não se trata de que haja processos protetores e destrutivos separadamente, mas de que, em seu desenvolvimento concreto, os processos da reprodução social adquirem facetas e formas protetoras ou facetas e formas destrutivas, conforme sua operação desencadeie mecanismos deste ou daquele tipo nos genótipos e fenótipos humanos do grupo envolvido (BREILH, 2006, p. 203).

O autor acrescenta que um mesmo processo pode desencadear simultaneamente eventos protetores e destrutivos. O modo de vida e a formação social determinam qual das facetas se expressará com mais força no perfil epidemiológico; contudo, os diferentes momentos de proteção e destruição estão sempre em movimento.

O processo de produção das condições de vida é coletivo e nele se constam relações sociais que determinam a distribuição do sistema de bens dos quais depende a reprodução social. Estas relações instituem contrastes entre os modos de vida dos grupos situados nos polos sociais de uma sociedade, bem como determinam a capacidade de cada grupo de produzir e reproduzir sua vida em condições específicas. Por sua vez, a produção dos processos para a vida (protetores e destrutivos) determina a forma como se distribui entre a população o nível de bem-estar ou de sofrimento a que estão submetidos os indivíduos (BREILH, 2006).

Laurell e Noriega (1989) se atentam também para os processos de adaptação dos indivíduos, isto é, sua capacidade de responder com plasticidade a condições específicas de desenvolvimento. Estes movimentos se traduzem em mudanças nos processos corporais, as quais configuram formas biológicas características. As circunstâncias que produzem estes processos adaptativos, contudo, são sociais, porquanto resultam do modo pelo qual os homens se apropriam da natureza em determinada organização social. Em outras palavras, o

“ambiente” dos seres humanos é um produto social, ao qual estes “respondem”¹¹ de distintas formas. Os processos de adaptação, ou, como chamam alguns autores, os “modos de andar a vida”, são característicos dos diferentes grupos sociais, inseridos em diferentes contextos. Formam-se, assim, “estereótipos de adaptação”, que caracterizam as coletividades humanas e permitem o estudo do nexos biopsíquico historicamente específico dos grupos. Este nexos, então, pode ser compreendido como a forma histórica particular dos processos biológicos e psíquicos de determinado grupo social (LAURELL; NORIEGA, 1989).

Dessa forma, a teoria destes autores não se limita ao estudo do processo biopsíquico histórico das coletividades humanas, mas sim dos grupos de acordo com a forma específica com que se inserem no processo de produção social. A escolha deste objeto de estudo se justifica pelo fato de que a inserção social de cada grupo determina seus modos de andar a vida e, portanto, é a coletividade constituída a partir desta inserção que encarna o nexos biopsíquico histórico. Porém, esta afirmação requer a elucidação dos elementos que definem a posição que ocupa cada grupo social no processo produtivo e que determinam as “condições ambientais” diante das quais se constituem os modos específicos de andar a vida. Para tanto, Laurell e Noriega (1989) fazem uso da categoria “processo de trabalho”, em sua acepção marxista. Esta categoria, ao explicar as formas sociais específicas sob as quais ocorre a relação entre homem e natureza, identifica no processo de apropriação e transformação da natureza pelo homem a chave para o entendimento da produção social do nexos biopsíquico humano.

Coloca-se, pois, que é no metabolismo entre o homem e a natureza que surge o que temos chamado de ‘condições ambientais’ das coletividades humanas, através e diante das quais se constituem os modos de andar a vida. Mas justamente porque esse metabolismo ocorre sob formas sociais específicas, que significam determinados meios de produção e relações particulares entre os homens, dos homens com os meios de produção e com o produto, que essas ‘condições ambientais’ são a síntese dessas formas sociais e não as condições naturais a-históricas (LAURELL; NORIEGA, 1989, p. 103-104).

Sendo assim, para os autores, a conformação concreta do processo de trabalho permite compreender de que modo se constitui o nexos biopsíquico de uma

¹¹ Colocamos estes termos entre aspas para não correremos o risco de serem interpretados como um simples meio em que se inserem os indivíduos e ao qual estes devem se adaptar (passivamente). Estamos falando aqui de condições objetivas determinadas pelo modo de produção de cada momento histórico.

coletividade. No entanto, não basta analisar o trabalho sob seu aspecto técnico, que abrange as características físicas, químicas e mecânicas do objeto, ou os instrumentos e tecnologias envolvidos, por exemplo. Deve-se, também, procurar investigar o motivo por trás destas características, o que os autores chamam de vertente social da análise. O processo de trabalho deve ser compreendido como a materialização de uma determinada relação entre capital e trabalho. No caso do capitalismo, como expressão concreta de uma relação de exploração, como veremos mais adiante.

Para tanto, a medicina social latino-americana procurou utilizar um método de estudo que permitisse captar a complexidade do nexu biopsíquico humano, sem reduzi-lo a elementos isolados, e sim os integrando em sua dinâmica global. Vimos que a medicina tradicional utiliza a categoria “risco” para analisar, de forma isolada, os agentes nocivos presentes no processo de trabalho que causam danos à saúde dos trabalhadores. Segundo Laurell e Noriega (1989), este enfoque é insuficiente e, por esse motivo, os autores fazem uso de outra categoria, a de *cargas de trabalho*, a qual possibilita identificar, no processo de trabalho, os elementos que interatuam dinamicamente entre si e com o corpo do trabalhador. Nesta interação, são conformados os processos de adaptação já mencionados, os quais se traduzem em desgaste. Desgaste é aqui entendido como perda da capacidade potencial e/ou efetiva corporal e psíquica.

As cargas de trabalho são expressões particulares da forma específica de produção. Os autores as decompõem em diferentes tipos, compreendendo, no entanto, que a análise não se trata da simples soma das cargas, mas do movimento dinâmico dos elementos do processo de trabalho.

As cargas são divididas, de um lado, em físicas, químicas, biológicas e mecânicas e, do outro, fisiológicas e psíquicas. As primeiras possuem materialidade externa ao corpo e, ao interagirem sobre ele, adquirem nova materialidade interna, tornando-se processos intracorporais complexos. Sua importância reside nas transformações que geram no corpo, não em si mesmas. São exemplos de cargas físicas o ruído e o calor, os quais, ao serem percebidos pelo corpo, provocam mudanças em processos fisiológicos (desencadeiam mecanismos de termorregulação, por exemplo). O mesmo ocorre com as cargas físicas, tais como póis, fumaça, líquidos, etc. As cargas biológicas consistem em micro-organismos e

as mecânicas, em rupturas de continuidade instantânea do corpo, tais como fraturas e feridas (LAURELL; NORIEGA, 1989).

O segundo grupo, ao contrário, não possui materialidade externa e adquire materialidade no corpo humano apenas quando engendram transformações dos processos internos. Isto é, não existem senão através da corporeidade, mas, da mesma forma como as outras cargas, resultam na modificação de processos fisiológicos. Cargas fisiológicas podem ser exemplificadas por um esforço físico intenso ou uma posição incômoda. As cargas psíquicas são divididas em dois grupos: de um lado, os elementos que provocam sobrecarga psíquica, ou seja, tensão prolongada e, de outro, aquilo que ocasiona a impossibilidade de desenvolver e fazer uso da capacidade psíquica, isto é, que causa subcarga psíquica. Ressaltam os autores que estas cargas são produzidas socialmente e não devem ser compreendidas isoladas, à margem das condições que as geram (LAURELL; NORIEGA, 1989).

São exemplos de sobrecarga psíquica a atenção permanente, a supervisão com pressão, a consciência da periculosidade do trabalho e os altos ritmos de trabalho. A subcarga psíquica pode ser exemplificada pela perda do controle sobre o trabalho quando o trabalhador é subordinado ao movimento de uma máquina, a desqualificação do trabalho advinda da separação entre concepção e execução, a fragmentação do processo de trabalho, a repetitividade, monotonia, entre outros. Todos estes são comuns no processo de trabalho característico do modo de produção capitalista (LAURELL; NORIEGA, 1989).

De acordo com os autores, para compreender como as cargas interagem na dinâmica global do processo de trabalho, deve-se ter em vista que as mesmas atuam conjuntamente, combinam-se de modo a se somarem e incrementarem seu efeito sobre os processos biopsíquicos humanos. Isto é, potencializam-se umas às outras e, nesse processo, efetuam a mediação entre o trabalho e o desgaste do trabalhador. O desgaste, então, pode ser compreendido como o conjunto de transformações negativas advindas da interação dinâmica entre as diversas cargas, tendo como resultado a perda da capacidade, biológica e psíquica, efetiva e/ou potencial.

Como os processos biopsíquicos humanos não são estáticos, mas sim históricos e, portanto, variáveis, os autores alertam para a importância de não se

fixar uma condição ideal ótima e conceber o desgaste como desvio desta, bem como advertem contra a noção de uma normalidade a-histórica concebida como estado ideal a ser alcançado. Além do que, o conceito de desgaste não se refere necessariamente a processos irreversíveis, uma vez que a capacidade biopsíquica pode ser recuperada e/ou desenvolvida através dos chamados processos reprodutivos. Sendo assim, é esta combinação entre desgaste e reprodução que determina a constituição do nexos biopsíquico historicamente específico, o qual, por sua vez, determina o conjunto de doenças características de um grupo social, isto é, seu perfil patológico.

Finalmente, haveria que reforçar que os processos de desgaste caracterizam as coletividades e não primariamente os indivíduos. Ou seja, se bem seja certo que o padrão de desgaste se expressa através dos indivíduos que integram a coletividade, não é senão nela que adquire pleno significado e visibilidade. Assim é porque não depende das características individuais biopsíquicas de cada um, mas das condições específicas através e ante as quais a coletividade se constitui como tal (LAURELL; NORIEGA, 1989, p. 117).

Importante assinalar que, devido a suas características fundamentais, as quais serão apresentadas a seguir, no modo de produção capitalista o processo de trabalho possui um componente desgastante que é superior à reposição e ao desenvolvimento das capacidades biopsíquicas (MALAGUTY, 2013). Apesar disso, é necessário ao capital que a força de trabalho esteja viva para que possa produzir mais-valia. Isto é, o desgaste não pode ser tão superior à reprodução que os trabalhadores padeçam a ponto de não existir mais força de trabalho disponível. As formas mais fatais de desgaste, como aquelas características da Revolução Industrial no século XIX, foram, em geral, bastante reduzidas. Veja-se, por exemplo, o aumento da expectativa de vida na maioria dos países a partir do século XX. Dessa forma, mantém-se a força de trabalho viva; contudo, devemos questionar até que ponto a reprodução tem sido o bastante para repor o desgaste produzido. Em suma, estão vivos os trabalhadores, porém como é esta existência? Qual é a qualidade de suas vidas? Como se expressam seus processos saúde-doença frente a estas condições de trabalho? São as perguntas que buscaremos responder, ao menos em parte, ao longo deste trabalho.

Sintetizando todos os conceitos acima explicados, podemos afirmar que a principal ideia das teorias aliadas à medicina social latino-americana é a de que há o

condicionamento social das formas biológicas, o que significa dizer que a produção de doenças se dá no âmbito coletivo e, portanto, suas determinações principais devem ser encontradas na vida social. É isso que significa a subsunção do biológico ao social.

Sendo assim, o estudo de um determinado processo saúde-doença deve se iniciar pela análise dos processos estruturais, aqueles que dizem respeito ao modo de produção, pois eles irão determinar padrões específicos de produção e consumo de cada grupo social. Mediante estes padrões o grupo produz sua vida e possui, portanto, um perfil específico de reprodução social. Neste movimento de produzir e reproduzir-se, desenvolvem-se os processos críticos, os quais podem ser destrutivos ou protetores da saúde. A partir daí, determina-se um perfil epidemiológico específico ao grupo, o qual se manifesta no processo saúde-doença dos indivíduos pertencentes. O perfil epidemiológico é, então, a síntese do processo de determinação social e histórica que se manifesta em cada grupo social e se expressa em um perfil de saúde-doença, este entendido como as manifestações individuais resultantes de todo o processo de determinação.

Nesse sentido, entendemos o processo de trabalho como um componente gerador de diversos processos críticos, os quais, por sua vez, resultam em diferentes cargas¹². É através do processo de trabalho e sua conformação específica a cada momento histórico que se produzem o que chamamos anteriormente de “condições ambientais”¹³. A forma como se insere cada grupo nestes “ambientes” conforma seus processos de adaptação a eles, ou seja, seus “modos de andar a vida”. Cada um destes modos possui cargas diferentes e geram formas específicas de desgaste e reprodução, correspondendo a um nexos biopsíquico específico, o qual, então, encontra-se subordinado ao processo social e histórico.

Para exemplificar esta teoria, Laurell (1982) analisa as principais causas de mortalidade no México, em 1940 e 1970, e constata mudanças no perfil patológico das duas épocas, com significativa diminuição das doenças infecciosas. Ao buscar a raiz desta mudança, conclui que não se pode explicá-la em termos biológicos, e sim

¹² Compreendemos que o conceito de processos críticos de Breilh (2006) abrange questões mais amplas, enquanto o conceito de cargas de trabalho de Laurell e Noriega (1989) diz respeito a resultados destes processos. Por exemplo, a intensificação do trabalho seria um processo crítico destrutivo, que teria como consequência a intensificação das cargas (mecânicas, psíquicas, etc.) existentes em um processo de trabalho específico.

¹³ Veremos no próximo capítulo que a forma como se organiza o trabalho em uma sociedade, isto é, seu modo de produção, determina as condições de vida de seus membros.

em questões sociais, como a existência de campanhas de prevenção e vacinação contra estas doenças, ou a erradicação da varíola.

Sendo assim para estudarmos a depressão e suas causas, devemos voltar-nos às determinações estruturais, isto é, analisar o modo de produção que determina o processo de trabalho, para então podermos compreender o perfil epidemiológico da sociedade contemporânea, marcado pelas altas taxas de transtorno depressivo. Só assim é possível chegarmos à gênese deste transtorno nos indivíduos singulares. Para isso, analisaremos processos destrutivos e cargas de trabalho que geram desgaste, conforme o modo de produção capitalista os determina.

5 ANÁLISE DA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA: CARACTERÍSTICAS FUNDAMENTAIS DO CAPITALISMO

5.1 O CARÁTER ONTOLÓGICO DO TRABALHO E O FENÔMENO DA ALIENAÇÃO

Tendo nos apropriado da teoria que embasa este estudo, passaremos, agora, à análise do modo de produção capitalista. Para o referencial marxista, no qual nos amparamos, o estudo da sociedade deve ter início no conceito de trabalho e em sua concepção ontológica, pois é ele o aspecto determinante das condições de vida e em torno do qual se estrutura um modo de produção.

Para Marx (2013), trabalho consiste em um processo em que o homem se apropria da natureza de maneira útil à sua vida, para a satisfação de suas necessidades. Agindo sobre ela e modificando-a por meio de sua ação o homem modifica, ao mesmo tempo, sua própria natureza. O autor distingue essa forma de trabalho de outras atividades realizadas por animais pela presença, na mente do trabalhador, de uma representação sobre o resultado final do processo de trabalho. Isto é, antes de existir materialmente, o produto do trabalho já existia idealmente.

A finalidade é antecipada nas representações do sujeito, de forma que este prefigura o resultado de sua ação. Assim, a atividade tem como ponto de partida uma intencionalidade prévia, é uma atividade projetada, teleologicamente direcionada (NETTO; BRAZ, 2012).

Dessa forma, os autores assinalam que o trabalho implica um indissociável movimento nos planos subjetivo (a finalidade antecipada idealmente) e objetivo (a transformação material da natureza). A realização do trabalho só ocorre quando essa prefiguração ideal é transformada em objetivação.

Conforme explica Braverman (1981), isso significa que o trabalho humano é consciente e proposital, ao contrário da atividade animal, que é instintiva. Por esse motivo o trabalho é atividade exclusivamente humana.

A diferença entre as atividades dos animais e o trabalho reside no fato de que a produção animal é limitada às necessidades imediatas, está submetida a carências físicas e é determinada pelas características de cada espécie (MARX, 2004). Isto é, a atividade animal ocorre no marco de uma herança determinada

geneticamente e satisfaz, de formas geralmente fixas, necessidades estabelecidas biologicamente (NETTO; BRAZ, 2012).

De acordo com Markus (1974), o animal, assim como o homem, só pode satisfazer suas necessidades através da utilização (consumo) de um objeto. O animal, no entanto, apenas é capaz de tornar objeto de sua atividade um conjunto relativamente pequeno e de certa forma claramente circunscrito de objetos naturais, cujas propriedades satisfazem necessidades que são constantes e herdadas da espécie. Reside aí o caráter limitado da atividade animal.

O homem, no entanto, é capaz de produzir mesmo na ausência de uma carência física e biológica (MARX, 2004). Dessa forma, expande-se o conjunto de objetos a que o homem pode submeter por meio de seu trabalho, ampliando a quantidade de fenômenos para os quais a atividade humana pode se dirigir (MARKUS, 1974). É nesse sentido que Marx (2004) afirma que o homem faz da natureza seu corpo inorgânico, visto que inclui os objetos naturais em sua atividade, ampliando as capacidades humanas para além dos limites corporais biológicos.

Além disso, em que pese o homem tenha necessidades constantes, a atividade humana não é dirigida para a satisfação de necessidades imutáveis. As necessidades que motivam o trabalho não são, como nos animais, necessidades meramente naturais, mas sim originadas ou moduladas pelo próprio processo de produção e pelos demais âmbitos sociais (MARKUS, 1978).

Complementam Netto e Braz (2012) que, além de não atender a um conjunto limitado e praticamente invariável de necessidades, o trabalho não as satisfaz de formas fixas, mas sim de modos extremamente variados, implicando, inclusive, no desenvolvimento de novas necessidades, de caráter exclusivamente social. No decurso do desenvolvimento do trabalho, a natureza perde cada vez mais força de determinar o comportamento humano. As determinações naturais, apesar de continuarem a existir, adquirem papel cada vez menos relevante na vida humana. Exemplo disso é a fome, cuja satisfação nos homens é diferente dos animais, porquanto implica procedimentos de modificação do alimento, valores e rituais específicos, sob condições historicamente determinadas. Não obstante a fome ser uma necessidade natural, sua satisfação por parte dos homens é rigorosamente social.

Em síntese:

Como qualquer outra espécie animal, o homem é um produto determinado e limitado pela natureza; ele é capaz, entretanto, de elevar-se acima de tais limites, de subordinar ao seu poder o conjunto da natureza, transformando tal conjunto em seu “corpo inorgânico”. Precisamente nisso, o homem se distingue do animal: enquanto este último é tão somente uma “espécie” (*Art*), que sempre pertence a um “gênero” (*Gattung*), o homem é o gênero ao qual todo fenômeno natural pertence enquanto “espécie”. A causa dessa diferença deve ser buscada na diversa atividade vital própria do homem e do animal (MARKUS, 1978, p. 48).

Segundo Marx (2013), para que ocorra, o processo de trabalho deve ser composto de uma atividade orientada para um fim (o trabalho propriamente dito), um objeto e meios de trabalho. O objeto pode ser retirado da natureza sem intervenção de trabalho prévio, como é o caso de minérios, madeira, animais, etc.; ou pode já ter sofrido alguma modificação mediada por um trabalho anterior, sendo chamado então de matéria-prima. Meio de trabalho é qualquer coisa que o trabalhador interpõe entre si e o objeto do trabalho e que, por meio da mediação, auxilia o homem a realizar sua atividade. Em resumo: “No processo de trabalho [...] a atividade do homem, com ajuda dos meios de trabalho, opera uma transformação do objeto do trabalho segundo uma finalidade concebida desde o início” (MARX, 2013, p. 258)

O processo termina com o produto do trabalho, o qual consiste em um valor de uso, ou seja, um material natural adaptado às necessidades humanas pela ação do trabalho. Diz-se que, então, o trabalho foi incorporado ao objeto, ele está objetivado e o objeto está trabalhado. O movimento do trabalhador se manifesta como qualidade imóvel no produto do trabalho. O produto do trabalho é o trabalho fixado em um objeto, o trabalho que se fez “coisa!” (MARX, 2004, 2013). Duarte (2013) descreve este fenômeno, chamado de objetivação, como processo pelo qual a atividade humana se transforma em propriedades do objeto. O ser humano se objetiva no produto de seu trabalho, transforma-o em objeto humanizado, portador de atividade humana. A atividade de um marceneiro, por exemplo, transforma-se em uma mesa ou cadeira.

Processo inverso ao de objetivação é a apropriação, na qual ocorre a transferência da atividade que está contida em um objeto para um sujeito. Trata-se da incorporação da atividade humana às características do sujeito. Aprender a utilizar alguma ferramenta ou a produzir algum objeto são atos de apropriação (DUARTE, 2013).

O autor explica que a relação dialética entre objetivação e apropriação está presente no trabalho humano, visto que nesta atividade o homem se apropria da natureza e se objetiva nos produtos do trabalho. Ambos os processos são necessários para que o gênero humano exista e reproduza a si próprio.

Ainda de acordo com Duarte (2013), o mecanismo biológico da hereditariedade transmite aos animais as características fundamentais de sua espécie. No caso do homem, contudo, as características que permitem considerá-lo de fato ser humano não são transmitidas hereditariamente, pois não se acumulam no organismo, mas foram criadas e desenvolvidas ao longo da história pelos processos de objetivação e apropriação, razão pela qual ele deve apropriar-se delas. O autor, então, apresenta a categoria histórica de gênero humano, que engloba a categoria biológica de espécie humana, mas vai além dela. O gênero humano é constituído pelas características humanas historicamente formadas e sintetiza os resultados da autoconstrução humana ao longo da história. Consiste no conjunto de objetivações produzidas pelos homens e de que todas as pessoas devem se apropriar para poder viver em sociedade, como, por exemplo, a linguagem.

A continuidade da espécie humana é assegurada pela sobrevivência física dos indivíduos e sua reprodução biológica. Apenas dessa forma, porém, não está garantida a reprodução do gênero humano. É somente através do trabalho, dos processos de objetivação e apropriação, que a existência da sociedade se torna possível. Sem o processo de objetivação, não há cultura, sociedade, nem vida propriamente humana (DUARTE, 2013).

Foi através do trabalho que a humanidade se fundou como tal, transformando-se em algo diverso da natureza, distinguindo-se dela, sem deixar, no entanto, de possuir naturalidade própria. Mediante o trabalho, os homens produzem-se a si mesmos (NETTO; BRAZ, 2012). É nesse sentido que Mészáros (2006) afirma que a base da existência humana e dos atributos humanos é a atividade produtiva, o trabalho. Nesse aspecto reside o caráter ontológico do trabalho (GOMES, 2010). Com efeito, afirma Markus (1974) que, para Marx, é o trabalho que forma a essência do homem¹⁴.

¹⁴ Para não cairmos em um determinismo mecanicista, cabe a explicação de que, para Marx, a essência humana é formada pelo conjunto das relações sociais em que os sujeitos estão inseridos. Em última instância, o âmbito do trabalho determina essas relações e condições sociais.

Primeiramente, no entanto, o trabalho deve ser capaz de assegurar as condições materiais de existência do gênero humano que formam a base material da vida em sociedade. Isto é, o ser humano precisa produzir, por meio do trabalho, tudo aquilo que necessitar para sobreviver, os meios que permitem a satisfação de suas necessidades (DUARTE, 2013). É a isto que Marx e Engels (2007) chamam de primeiro ato histórico¹⁵: a produção dos meios de satisfação das necessidades, a produção da própria vida material. Segundo os autores, o pressuposto da história humana é, sem dúvida, a existência de indivíduos vivos e, para tanto, requer-se comida, bebida, moradia, etc. A ação de satisfazer essas “primeiras necessidades”, no entanto, resultam em novas necessidades. Esta produção constitui, igualmente, o primeiro ato histórico.

Quando começa a produzir seus meios de vida, o homem distingue-se do animal. O modo como o homem produz seus meios de vida é uma forma determinada de sua atividade, um meio de objetivar-se. É também o próprio modo de vida dos indivíduos: eles são suas objetivações e a forma como estas ocorrem. Seu modo de existência coincide com sua produção, com o que produzem e como produzem. Decorre disso que aquilo que os indivíduos são depende das condições materiais de sua produção (MARX; ENGELS, 2007).

Em síntese, o homem é um ser natural e, como tal, possui necessidades naturais e poderes naturais para satisfazê-las. É, ainda, um ser que produz as condições necessárias à sua existência. Como ser produtivo, adquire novas necessidades e novos poderes para sua satisfação. Nesse processo, transforma a realidade de forma específica, deixando nela a sua marca. A natureza se torna, assim, natureza humanizada (MÉSZÁROS, 2006).

Dessa forma, explica Duarte (2013), o homem cria, por meio do trabalho, uma realidade humana, humanizada pela sua atividade e, ao mesmo tempo, humaniza a si próprio. A realidade humanizada criada é tanto objetiva quanto subjetiva; da transformação objetiva decorre a transformação subjetiva. De acordo com Marx (2004), é precisamente neste processo de constituição da realidade humana, de elaboração do mundo objetivo, que o homem se conforma como ser genérico e o objeto de seu trabalho como objetivação da vida genérica do homem.

¹⁵ Segundo Netto e Braz (2012), história é o processo pelo qual os homens se autoproduzem como resultado de sua própria atividade – o trabalho – e se constituem como espécie humana. A história consiste, então, no próprio processo de humanização, de produção da humanidade, através de sua autoatividade.

Nesse sentido, o autor aponta que a vida produtiva, isto é, o trabalho, é a vida genérica.

Tendo em vista as características do trabalho apresentadas anteriormente, torna-se claro que esse processo independe do modo produção predominante em uma sociedade, sendo comum a todas as formas sociais. Marx (2013) afirma que a natureza do processo de trabalho não é modificada caso ocorra sob o capitalismo, ou pelo fato de que o trabalhador realiza a atividade de trabalho para o capitalista e não para si mesmo:

Como criador de valores de uso, como trabalho útil, o trabalho é, assim, uma condição de existência do homem, independente de todas as formas sociais, eterna necessidade natural de mediação do metabolismo entre homem e natureza e, portanto, da vida humana (MARX, 2013, p. 120).

No capitalismo, entretanto, o trabalho se constitui como processo de consumo da força de trabalho pelo capitalista, o que lhe confere duas particularidades. A primeira reside no fato de que o trabalhador realiza sua atividade sob controle do capitalista, a quem pertence seu trabalho. Disso decorre que o produto do trabalho é propriedade do capitalista, não de seu produtor direto, o trabalhador. Isso porque é o capitalista que detém os meios de produção, aos quais ele incorpora a força de trabalho que, por meio da compra, torna-se também valor de uso do capitalista (MARX, 2013). Essa forma específica de trabalho tem consequências para os indivíduos, advindas do fenômeno da alienação.

Importante ressaltar, como faz Duarte (2013), que não é o processo de objetivação em si que gera a alienação, mas as condições sociais que determinam a forma como esse processo ocorre. Mészáros (2006) explica que não há identificação entre objetivação e alienação, visto que a primeira é o modo necessário e natural de existência do homem.

Dessa forma, assinala Gomes (2010), o processo de alienação não é uma condição inerente ao ser humano, mas advém da existência humana sob relações específicas. Netto e Braz (2012) pontuam que a alienação é característica de sociedades onde há a divisão social do trabalho e a propriedade privada dos meios de produção, nas quais o produto da atividade do trabalhador não lhe pertence, isto é, o trabalhador é expropriado, o que consiste em uma forma determinada de exploração do homem pelo homem. Nestas sociedades, a possibilidade de

apropriação por parte dos indivíduos das objetivações criadas pela humanidade é posta de forma desigual, o que resulta na desigual humanização dos homens. “[...] ou, dito de outra maneira: até hoje, o processo de *humanização* tem custado o sacrifício da maioria dos homens” (NETTO; BRAZ, 2012, p. 58).

Este é o caso do capitalismo. As relações sociais capitalistas, conforme Duarte (2013), determinam que aqueles que constroem a realidade objetiva e humana não possam se apropriar dela completamente e nem tenham controle sobre ela.

Ou seja, sob determinados contextos histórico-sociais a objetivação se constitui como objetivação alienada e alienante e, de acordo com Marx (2004), aparece como perda do objeto e servidão a este. Gomes (2010) explica que a alienação consiste em que, sob certas relações, as objetivações são, para o agente do trabalho, percebidas como reificadas, *estranhas*¹⁶ e contraditórias com a imagem de sua subjetividade exteriorizada.

[...] se é a *inadequação* de algumas formas de objetivação que pode ser chamada propriamente de alienação, então não é verdade que a objetividade seja igual às “relações humanas estranhadas”, embora possa ser exato que a objetividade da sociedade civilizada, tal como a conhecemos *até hoje*, traz em si relações humanas estranhadas. Em contraste, uma forma adequada de objetivação humana produziria a objetividade social na forma de relações humanas objetivadas, mas não-alienadas (MÉSZÁROS, 2006, p. 158, grifos do autor).

A alienação ocorre quando os homens estabelecem com os produtos de sua objetivação uma relação de reificação e estranhamento, sendo que as objetivações ganham autonomia em relação aos indivíduos que as criaram. As objetivações podem, inclusive, fugir ao controle dos homens e voltar-se contra eles, impondo-lhes limitações (GOMES, 2010). Os produtos do trabalho, explicam Netto e Braz (2012), deixam de se mostrar como objetivações que expressam a humanidade dos homens e aparecem como algo que passa a controlá-los, como um poder que lhes é superior. “[...] *entre os homens e suas obras, a relação, que é a relação entre criador e criatura, aparece invertida – a criatura passa a dominar o criador*” (NETTO; BRAZ, 2012, p. 56, grifos do autor). Assim, por não pertencer ao trabalhador, o produto do

¹⁶ Convém ressaltar que existe divergência entre os autores de orientação marxista quanto à utilização dos termos *alienação* e *estranhamento* como sinônimos. Neste trabalho, optamos por empregar ambas as expressões para designar o mesmo processo. Para mais sobre o assunto, conferir Gomes (2010) e Duarte (2013).

trabalho aparece a ele como um ser estranho, um ente independente, um objeto poderoso e externo a si mesmo.

Frente a esse quadro, Marx (2004) pontua que a miséria do trabalhador está em relação inversa com a grandeza de sua produção: torna-se mais pobre quanto mais riqueza produz. Quanto mais objetos produz, menos pode possuir e mais fica sob o domínio do seu produto.

O estranhamento do trabalhador em seu objeto se expressa [...] em que quanto mais o trabalhador produz, menos tem para consumir; que quanto mais valores cria, mais sem-valor e indigno ele se torna; quanto mais bem formado o seu produto, mais deformado ele fica; quanto mais civilizado seu objeto, mais bárbaro o trabalhador; que quanto mais poderoso o trabalho, mais impotente o trabalhador se torna; quanto mais rico de espírito o trabalho, mais pobre de espírito e servo da natureza se torna o trabalhador. [...] O trabalho produz maravilhas para os ricos, mas produz privação para o trabalhador. Produz palácios, mas cavernas para o trabalhador. Produz beleza, mas deformação para o trabalhador. Substitui o trabalho por máquinas, mas lança uma parte dos trabalhadores de volta a um trabalho bárbaro e faz da outra parte máquinas. Produz espírito, mas produz imbecilidade, cretinismo para o trabalhador (MARX, 2004, p. 82).

A explicação para esta constatação reside em que, segundo Duarte (2013), a alienação tem como um de seus efeitos o fato de que as máximas possibilidades do gênero humano não se efetivem para todos os homens. As condições sociais que geram a alienação criam também uma barreira no acesso dos indivíduos às objetivações produzidas ao longo da história. Ocorre que o gênero humano se desenvolve às custas dos indivíduos, o que resulta em um distanciamento entre as possibilidades máximas de vida e as possibilidades reais dos sujeitos. Isto é, de acordo com Gomes (2010), os indivíduos têm possibilidades diferentes de acesso às objetivações que constituem as máximas capacidades alcançadas pelo gênero humano e nesse aspecto assenta-se a questão central da alienação, qual seja, a contradição existente entre o homem e suas objetivações. Mészáros (2006, p. 256, grifos do autor) elucida que o capitalismo “[...] encerra em si uma contradição fundamental: a contradição entre as “*potencialidades*” da humanidade e o campo, estreitamente circunscrito, das “*probabilidades*” dos indivíduos particulares [...]”. Decorre disso que, sob relações de alienação, ao enriquecimento do gênero humano corresponde o empobrecimento dos indivíduos singulares.

Marx (2004) deixa claro que a consequência disso é o empobrecimento da existência do homem em relação ao enriquecimento da realidade objetiva. Afirma o

autor que da valorização do mundo das coisas decorre a desvalorização do mundo do homem.

[...] quanto mais o trabalhador se desgasta trabalhando (*ausarbeits*), tanto mais poderoso se torna o mundo objetivo, alheio (*fremd*) que ele cria diante de si, tanto mais pobre se torna ele mesmo, seu mundo interior, [e] tanto menos [o trabalhador] pertence a si próprio. [...]. O trabalhador encerra sua vida no objeto; mas agora ela não pertence mais a ele, mas sim ao objeto. Por conseguinte, quão maior esta atividade, tanto mais sem-objeto é o trabalhador (MARX, 2004, p. 81).

No mesmo sentido:

Se humanidade é definida como atividade – pressuposto básico de Marx – então alienação significa que a humanidade existe sob a forma de inumanidade, que os sujeitos humanos existem como objetos. Alienação é a objetificação do sujeito. [...] Ao mesmo tempo, como o sujeito é transformado em objeto, o objeto que o sujeito produz, o capital, é transformado no sujeito da sociedade. A objetificação do sujeito implica também a subjetificação do objeto (HOLLOWAY, 1997, p. 146 apud ANTUNES, 2013, p. 131-132).

Até então discorreremos sobre a alienação em relação ao produto do trabalho. Esta é, no entanto, apenas um aspecto da alienação. Esse fenômeno ocorre também no próprio ato de produção, na própria atividade produtiva. Se os produtos do trabalho são alienados, então o próprio trabalho é alienação ativa (MARX, 2004).

[...] o trabalhador não poderia se defrontar com o produto de sua própria atividade como um estranho se ele não se estivesse alienando de si mesmo no próprio *ato de produção*. A atividade não pode ser uma atividade inalienada, se o seu produto é a alienação; pois o produto nada mais é do que o resultado da atividade, da produção (MÉSZÁROS, 2006, p. 136, grifos do autor).

Marx (2004) explica que, semelhantemente à alienação do produto do trabalho, a alienação em relação ao processo de trabalho consiste em que este é tido como externo ao trabalhador, não pertencente a si. O trabalhador, por não possuir os meios de produção, é obrigado a alienar sua atividade para outro, que detém a propriedade privada destes meios de produção. Consequentemente, os produtos do trabalho também deverão ser alienados (GOMES, 2010).

Ocorre, portanto, que o trabalhador não se afirma no trabalho, “mas nega-se nele, que não se sente bem, mas infeliz, que não desenvolve nenhuma energia física e espiritual livre, mas mortifica sua *physis* e arruína o seu espírito” (MARX,

2004, p. 82-83). Sendo assim, o trabalho transforma-se em uma obrigação, um simples meio de satisfazer as necessidades, um auto-sacrifício. A atividade do trabalhador não é sua auto-atividade. Segundo Duarte (2013), o trabalho perde seu caráter humanizador sob relações alienantes. Resulta disso que o trabalhador só se sente livre e ativo quando exerce suas funções mais animais, como comer, beber e procriar, e sente-se como animal em suas funções humanas (MARX, 2004).

O autor pontua ainda que, ao estranhar o homem de sua atividade vital, a alienação estranha-o de si mesmo e, como consequência, estranha do homem o gênero humano. Vimos anteriormente que a vida genérica é a vida produtiva e esta, devido à alienação, torna-se apenas meio para sobrevivência e manutenção da existência física. Recordemos que na atividade vital encontra-se o caráter genérico do homem, aquilo que o distingue dos animais e o torna humano. A própria essência humana está no trabalho e, portanto, ao estar alienado em relação a essa atividade, aliena-se também de sua vida genérica: “[...] quando arranca (*entreisst*) do homem o objeto de sua produção, o trabalho estranhado arranca-lhe sua *vida genérica*, sua efetiva objetividade genérica (*wirkliche Gattungsgegenständlichkeit*)” (MARX, 2004, p.85, grifos do autor). Assim, a vida genérica torna-se apenas um meio da vida individual, conforme explica o autor: “O trabalho estranhado inverte a relação a tal ponto que o homem [...] faz da sua atividade vital, da sua *essência*, apenas um meio para sua *existência*” (MARX, 2004, p. 85, grifos do autor). Dessa forma, o ser genérico se transforma em ser estranho ao homem, a própria essência humana torna-se estranhada.

A consequência direta de estar alienado em relação ao produto do trabalho, ao processo de trabalho e ao gênero humano é o estranhamento do homem pelo próprio homem. Do fato de estar estranhado do ser genérico decorre que um homem está estranhado do outro e todos estão estranhados da essência humana. Para entender como isso ocorre, devemos entender a quem pertencem os produtos do trabalho, bem como a própria atividade de trabalho. Ambos se defrontam com o trabalhador como externos a ele, pois pertencem a outro sujeito. Se o objeto que produz não é dele, é porque é de posse de outro alguém. Da mesma forma, se o trabalho lhe é tido como atividade não-livre, é porque está a serviço e sob domínio de outro homem (MARX, 2004).

Em síntese, os quatro aspectos da alienação aqui abordados podem ser resumidos da seguinte forma:

[...] vimos que com respeito ao trabalhador que se *apropria* da natureza através do trabalho a apropriação aparece como estranhamento, a auto-atividade como atividade para um outro e como atividade de um outro, a vitalidade como sacrifício da vida, a produção do objeto como perda do objeto para um poder estranho, para um homem *estranho* [...] (MARX, 2004, p. 90, grifos do autor).

Para Mészáros (2006), o conceito de trabalho alienado é inseparável da forma social determinada de atividade produtiva. Dessa forma, devemos contemplar o trabalho no contexto histórico, desvendando o processo pelo qual essa atividade se torna trabalho alienado, para, então, podermos vislumbrar a possibilidade de sua superação.

Segundo o autor, é característica do capitalismo não só a alienação, mas também a maximização da tendência à alienação. A superação só poderá ocorrer quando o trabalho adquirir o caráter de atividade humana autoconsciente e tornar-se um fim em si mesmo. Apenas quando a atividade vital deixar de ser regulada com base na propriedade privada e na troca, poderá adquirir o caráter de atividade do homem como ser genérico (MÉSZÁROS, 2006). De acordo com Duarte (2013), para que o homem não se aliene perante o mundo que criou, é preciso que veja a si próprio como objetivado nesse mundo, isto é, precisa reconhecer o mundo como produto de seu trabalho.

Importante ressaltar, como assinala Gomes (2010), que a alienação é um processo complexo que compreende aspectos tanto objetivos quanto subjetivos. Segundo Netto e Braz (2012), é no processo de apropriação, por parte dos sujeitos, das objetivações produzidas pela humanidade que reside o processo de construção das subjetividades. A subjetividade é elaborada a partir das objetivações existentes e às quais tem acesso o indivíduo. Sendo assim, a riqueza subjetiva de cada homem é resultado da riqueza das objetivações de que ele pode se apropriar. Se, então, as relações capitalistas de produção que geram a alienação determinam a forma como os indivíduos se apropriam das objetivações humanas, determinam também a conformação das subjetividades de uma maneira específica. Trataremos mais adiante desta especificidade.

5.2 O PROCESSO DE TRABALHO

Passaremos agora à exposição das principais características do trabalho sob o capitalismo.

Vimos anteriormente que o processo de trabalho requer objetos e meios de produção. Estes, somados à força de trabalho, isto é, a energia humana que é utilizada para empregar os meios de trabalho e transformar os objetos em bens úteis à satisfação de necessidades, constituem as forças produtivas. Tais forças, entretanto, operam nos limites de determinadas relações entre os homens e a natureza e entre os próprios homens. Estas relações são subordinadas ao regime de propriedade dos meios de produção. Na sociedade capitalista, a propriedade é privada, o que resulta em que as relações sociais sejam de antagonismo, uma vez que os proprietários se apropriam dos resultados do trabalho dos produtores diretos, os quais são, portanto, explorados por aqueles. Sendo assim, a propriedade privada dos meios de produção divide os membros da sociedade em dois grupos, com interesses antagônicos, a saber, os proprietários e os não-proprietários dos meios de produção. É na propriedade privada, então, que reside a raiz das classes sociais, de forma que a situação de cada indivíduo depende de sua posição em relação à propriedade dos meios de produção (NETTO; BRAZ, 2012).

As forças produtivas juntamente com as relações de produção constituem o modo de produção. O modo de produção atualmente dominante é o capitalista, o qual, segundo Marx (2013), acumula riquezas por meio de mercadorias. Portanto, a investigação acerca do capitalismo deve se iniciar pela análise da mercadoria¹⁷. Esta consiste em um objeto que satisfaz algum tipo de necessidade humana e sua utilidade faz dela um valor de uso. Para que se caracterize como mercadoria o valor de uso deve ser produzido para outrem, deve servir para satisfazer a necessidade de outro alguém que não seu produtor. E deve, portanto, ser transferido a este outro

¹⁷ Sweezy (1983) esclarece que não se pode confundir a produção de mercadorias com o capitalismo. No modo de produção capitalista, todos ou a maioria dos produtos assumem a forma de mercadorias, podendo-se inferir que o capitalismo implica a produção de mercadorias. Esta, no entanto, não implica necessariamente no capitalismo, uma vez que mercadorias já eram produzidas antes do surgimento deste modo de produção (inclusive o alto de grau de desenvolvimento da produção de mercadorias foi uma pré-condição para o advento do capitalismo). Isto é, nem toda produção mercantil é produção capitalista, mas toda produção capitalista é mercantil. Segundo Netto e Braz (2012), o que caracteriza o modo de produção capitalista é, além da produção de mercadorias, o fato de estar fundamentada sobre o trabalho assalariado, como veremos mais adiante.

por meio da troca. Assim, a mercadoria contém também um valor de troca, isto é, uma proporção na qual valores de uso são trocados por outros valores de uso.

Quando duas ou mais mercadorias são trocadas no mercado, seus valores de troca devem ser expressos de forma que sejam permutáveis entre si, isto é, que uma quantidade x de uma mercadoria seja equivalente a uma quantidade y de outra mercadoria. Para tanto, faz-se necessário que os valores de troca sejam reduzidos a alguma característica que as mercadorias têm em comum. Tal característica não pode ser uma propriedade física, pois esta só importa na medida em que reveste o objeto de utilidade, fazendo dele um valor de uso. Ao abstrair as características concretas de um valor de uso e, conseqüentemente, os trabalhos realizados anteriormente para torná-lo valor de uso, resta apenas uma propriedade: a de ser produto de trabalho (MARX, 2013). Desconsideram-se as qualidades sensíveis do objeto e o aspecto concreto do trabalho realizado previamente para obter, conforme enuncia o autor, uma “massa amorfa [*Gallerte*] de trabalho humano indiferenciado, *i.e.*, de dispêndio de força de trabalho humana, que não leva em conta a forma desse dispêndio” (MARX, 2013, p. 116).

Esse atributo das mercadorias, no qual está representado o acúmulo de trabalho humano, chama-se valor. O valor é o elemento comum que está presente nas relações de troca e se manifesta através do valor de troca. Cria-se valor durante o processo de trabalho, quando os valores das mercadorias utilizadas para a produção são transferidos para o produto final. Sua grandeza é medida pela quantidade de trabalho contida na mercadoria, isto é, pelo tempo de trabalho despendido em sua produção. Trata-se, no entanto, do tempo de trabalho socialmente necessário para a produção de uma mercadoria, um tempo médio estimado sob condições normais de uma dada sociedade e com grau médio de intensidade do trabalho. Dessa forma, tem-se que mercadorias que são produzidas no mesmo tempo de trabalho têm a mesma grandeza de valor (MARX, 2013).

Quando falamos em valor de uso, portanto, estamos nos referindo a propriedades que tornam um objeto útil ao homem, às suas qualidades úteis. Ao valor, tais características concretas não importam, apenas o tempo de trabalho que foi requerido em sua produção (MARX, 2013).

Portanto, se em relação ao valor de uso o trabalho contido na mercadoria vale tão somente qualitativamente, em relação à grandeza de valor ele vale

apenas quantitativamente, depois de ter sido reduzido a trabalho humano sem qualquer outra qualidade. Lá, trata-se do “como” e do “quê” do trabalho; aqui, trata-se de seu “quanto”, de sua duração (MARX, 2013, p. 123)¹⁸.

Mercadoria de grande importância para o sistema capitalista é o dinheiro, o qual adquire o papel de equivalente universal das mercadorias, isto é, a mercadoria pela qual todas as outras mercadorias são trocadas, de acordo com sua equivalência de valor. Os produtores só podem trocar suas mercadorias mediante seus valores e, portanto, somente quando as relacionam antagonicamente com outra mercadoria qualquer possua valor equivalente. É apenas por meio dessa mercadoria equivalente que expressa universalmente o valor de todas as outras mercadorias, que os produtos do trabalho podem ser efetivamente equiparados e trocados entre si. A função do dinheiro é, então, representar os valores das mercadorias como grandezas de mesmo denominador, qualitativamente iguais e quantitativamente comparáveis. E como medida de valor, o dinheiro é a forma de manifestação do tempo de trabalho¹⁹ (MARX, 2013).

Do exposto acima se torna claro que a condição de existência da produção de mercadorias é a divisão social do trabalho associada à propriedade privada dos meios de produção, visto que apenas produtos de trabalhos privados, separados e independentes entre si, podem se confrontar no mercado como mercadorias. Isto é, valores de uso só se caracterizam como mercadorias quando são produtos de trabalhos privados independentes entre si. Isso porque apenas seus donos podem comprar ou vender mercadorias e, para que sejam donos de mercadorias, devem possuir os meios de sua produção. Ao conjunto destes trabalhos privados chama-se trabalho social total. Em sociedades produtoras de mercadorias, os diferentes trabalhos, executados isoladamente como negócios privados de produtores independentes, se desenvolvem de modo a formar um sistema complexo (MARX, 2013).

Convém ressaltar que a divisão do trabalho já existia antes do capitalismo, no entanto, conforme aponta Braverman (1981), a divisão do trabalho no capitalismo

¹⁸ Netto e Braz (2012) ressaltam que não estamos falando de dois trabalhos diferentes, mas sim de dois ângulos diferentes sob um mesmo trabalho: o ângulo do valor de uso, trabalho concreto, e o ângulo do valor de troca, trabalho abstrato.

¹⁹ O tempo de trabalho requerido para a produção de uma mercadoria determina o seu valor, o qual é expresso, na troca, por uma certa quantidade de dinheiro. O preço de uma mercadoria é, então, a denominação monetária do trabalho objetivado na mercadoria.

não coincide com a distribuição de tarefas, ofícios e especialidades da produção no interior de uma sociedade. Apesar de que todas as sociedades tenham dividido seu trabalho em especialidades produtivas, o que Marx chama de divisão social do trabalho, somente o capitalismo subdividiu o trabalho de cada especialidade em operações limitadas. A divisão social do trabalho consiste na separação de diferentes ofícios e é consequência do caráter social do trabalho humano, isto é, de sua característica de ser realizado sempre de forma coletiva. A divisão do trabalho peculiar ao capitalismo, por outro lado, consiste no parcelamento dos processos de produção em operações distintas e executadas por diferentes indivíduos. O autor explica:

A divisão social do trabalho divide a sociedade entre ocupações, cada qual apropriada a certo ramo de produção; a divisão pormenorizada do trabalho destrói ocupações consideradas neste sentido e torna o trabalhador inapto a acompanhar qualquer processo completo de produção. No capitalismo, a divisão social do trabalho é forçada caótica e anarquicamente pelo mercado, enquanto a divisão do trabalho na oficina é imposta pelo planejamento e controle. Ainda no capitalismo, os produtos da divisão social do trabalho são trocados como mercadorias, enquanto os resultados da operação do trabalhador parcelado não são trocados dentro da fábrica como no mercado, mas são todos possuídos pelo mesmo capital. Enquanto a divisão social do trabalho subdivide a *sociedade*, a divisão parcelada do trabalho subdivide o *homem*, e enquanto a subdivisão da sociedade pode fortalecer o indivíduo e a espécie, a subdivisão do indivíduo, quando efetuada com menosprezo das capacidades e necessidades humanas, é um crime contra a pessoa e contra a humanidade (BRAVERMAN, 1981, p. 72, grifos do autor).

O autor conclui, então, que não é o trabalho que é dividido, mas sim o homem; é o que Marx (2013) chama de trabalhador parcial.

Essa divisão [capitalista] conduz à especialização das atividades e, ao mesmo tempo, à destruição dos saberes de ofício que permitiam ao trabalhador o conhecimento do *conjunto* das operações necessárias à produção de certo bem; alocado a uma única e determinada tarefa, que repetirá ao longo de todas as jornadas de trabalho, o trabalhador será despojado dos seus conhecimentos e perderá o controle de suas tarefas (e, portanto, perderá muito do seu poder de barganha em face do capitalista) (NETTO; BRAZ, 2012, p. 125, grifo dos autores).

Esta fragmentação do indivíduo tem consequências subjetivas importantes para nosso estudo e voltaremos a essa questão mais adiante.

Tendo em vista o acima exposto, Marx (2013) aponta que os produtos do trabalho adquirem, nesta sociedade, um caráter enigmático advindo do fato de

serem mercadorias. Na produção de mercadorias os trabalhos humanos assumem a forma material de simples objetividade de valor dos produtos do trabalho. Da mesma maneira, a medida do dispêndio de força humana pela sua duração assume a forma de grandeza de valor dos produtos do trabalho. Sendo assim, a relação social entre os produtores assume a forma de relação social entre os produtos do trabalho. O caráter social do trabalho aparece, para os homens, como caráter objetivo dos produtos do trabalho, isto é, a relação social de trabalho humano é reduzida a uma relação entre objetos; aquilo que é social é tomado como propriedade natural das coisas. Isso ocorre porque os produtores privados só se relacionam mediante a troca entre seus produtos e o caráter social de sua relação só se torna evidente nessa troca. “Ou, dito de outro modo, os trabalhos privados só atuam efetivamente como elos do trabalho social por meio das relações que a troca estabelece entre os produtos do trabalho e, por meio destes, também entre os produtores” (MARX, 2013, p. 148). Nessa relação de troca os indivíduos apresentam-se uns para os outros como meros representantes de mercadorias. Disso decorre que as mercadorias parecem ser dotadas de vida própria, objetos independentes que se relacionam uns com os outros e com os homens. A esse caráter enigmático o autor chamou de fetichismo da mercadoria, fenômeno que ocorre quando produtos do trabalho são produzidos como mercadorias e que, portanto, é inseparável da produção de mercadorias. Como consequência, segundo Netto e Braz (2012), os homens não são valorizados e não se valoram a si mesmos pelo que são, mas pelo que têm, o que possui implicações subjetivas significativas, tal como analisaremos posteriormente. Os autores complementam que, no modo de produção capitalista, está posta a possibilidade de mercantilizar as relações sociais, isto é, introduzir a lógica mercantil em todas as relações entre indivíduos. Nesse contexto, tudo se torna objeto de compra e venda, há a universalização da relação mercantil.

Importante ressaltar que a produção de mercadorias não visa apenas à produção de valores de uso: “[...] os valores de uso só são produzidos porque e na medida em que são o substrato material, os suportes do valor de troca” (MARX, 2013, p. 263). O objetivo do capitalista é produzir um valor de uso que tenha também valor de troca. Além disso, a mercadoria produzida deve ter valor maior do que a soma dos valores das mercadorias envolvidas na produção, para a compra das quais o capitalista já adiantou dinheiro no mercado. Se as mercadorias

produzidas tivessem o mesmo valor dos meios de produção empregados no processo do trabalho, o capitalista não veria nenhuma vantagem em produzi-las. O propósito final da produção capitalista é, então, produzir mais valor do que foi investido na produção. A esse incremento chama-se mais-valia e resulta na transformação do dinheiro em capital, em um processo de valorização do valor. Capital é, então, o valor que se autovaloriza, que altera sua própria grandeza, dinheiro que cria dinheiro (MARX, 2013).

Não é, no entanto, no ato da circulação que o dinheiro se transforma em capital, visto que na compra e venda são trocados equivalentes. Marx (2013) conclui que a mudança de valor que sofre o dinheiro para se transformar em capital deve ocorrer no consumo de um valor de uso, isto é, faz-se necessário que exista uma mercadoria cujo valor de uso consista em ser fonte de valor. Esta mercadoria é a força de trabalho ou, como explica o autor, o “complexo [*Inbegriff*] de capacidades físicas e mentais que existem na corporeidade [*Leiblichkeit*], na personalidade viva de um homem e que ele põe em movimento sempre que produz valores de uso de qualquer tipo” (MARX, 2013, p. 242).

A força de trabalho caracteriza-se, então, como uma mercadoria²⁰ que possui valor, como todas as outras, determinado pelo tempo de trabalho socialmente necessário para sua produção e, conseqüentemente, reprodução. A produção da força de trabalho consiste na própria reprodução ou manutenção dos indivíduos vivos através dos meios de subsistência. Sua característica particular de gerar valor ocorre devido ao fato de que os trabalhadores utilizam apenas uma parte de sua jornada de trabalho para produzir valores equivalentes à sua força de trabalho. Durante o resto da jornada produzem valores excedentes, isto é, mais-valia, resultado de um excedente quantitativo de trabalho. Ao tempo de trabalho excedente corresponde uma certa quantidade de trabalho nele despendido, ao que se denomina mais-trabalho (MARX, 2013). O que ocorre é tão somente um prolongamento do tempo de trabalho para além do ponto em que o trabalhador produziu seu equivalente (BRAVERMAN, 1981).

²⁰ Braverman (1981) aponta que a compra e venda da força de trabalho existe desde a Antiguidade. A constituição de uma classe considerável de trabalhadores assalariados, no entanto, data do século XIV, apesar de que só se tornou numericamente significativa com o advento do capitalismo industrial no século XVIII e com a produção de mercadorias (em oposição ao capitalismo mercantilista, que apenas trocava produtos excedentes). Esta é, portanto, uma relação social relativamente recente na história da humanidade.

Do mesmo modo como, para a compreensão do valor em geral, é indispensável entendê-lo como mero coágulo de tempo de trabalho, como simples trabalho objetivado, é igualmente indispensável para a compreensão do mais-valor entendê-lo como mero coágulo de tempo de trabalho excedente, como simples mais-trabalho objetivado (MARX, 2013, p. 293).

O capitalista pode, então, retirar na venda das mercadorias mais dinheiro do que utilizou na produção e, assim, o dinheiro se torna capital. Vimos anteriormente que o processo de produção de mercadorias é também processo de formação de valor. No capitalismo a produção não só cria valor, como também mais-valor (mais-valia) (MARX, 2013).

O processo de produção, como unidade dos processos de trabalho e de formação de valor, é processo de produção de mercadorias; como unidade dos processos de trabalho e de valorização, ele é processo de produção capitalista, forma capitalista de produzir mercadorias (MARX, 2013, p. 273).

Destarte, segundo Braverman (1981), o processo de trabalho, embora ocorra em geral com a finalidade de criar valores de uso, torna-se processo de expansão do capital, de criação de lucro. E, conforme Netto e Braz (2012), o lucro é a força motriz do modo de produção capitalista.

Com relação à compra e venda da força de trabalho existem, segundo Marx (2013), algumas condições que devem estar dadas para que esta se transforme em mercadoria. A primeira é que ela deve ser colocada à venda no mercado por seu próprio possuidor, o que requer que ele seja o livre proprietário de sua capacidade de trabalho. O proprietário da força de trabalho deve vendê-la por um determinado período apenas, pois se a vende inteiramente vende-se a si mesmo e, então, deixa de ser livre para se tornar escravo. A segunda condição é a de que o proprietário da força de trabalho não tenha outras mercadorias para vender, sendo assim obrigado a oferecer sua capacidade de trabalho no mercado. A única forma de vender mercadorias diferentes de sua força de trabalho é possuindo os meios de produção, por exemplo, matérias-primas, instrumentos de trabalho, etc. Em razão disso, Braverman (1981, p. 55) explica que “O trabalhador faz contrato de trabalho porque as condições sociais não lhe dão outra alternativa para ganhar a vida”.

Dessa forma, a produção mercantil capitalista opõe dois sujeitos historicamente determinados, a saber, o capitalista, que possui dinheiro e meios de

produção, e o trabalhador, que é compelido a vender sua força de trabalho (NETTO; BRAZ, 2012).

Para Braverman (1981), trabalho e capital são os polos opostos da sociedade capitalista. Com a compra e venda da força de trabalho, cria-se uma dualidade de classes que domina a estrutura social, ao mesmo tempo em que há uma relação de identidade entre elas.

Seja qual for a sua forma, como dinheiro ou mercadorias ou meios de produção, o *capital é trabalho*: é trabalho que foi realizado no passado, o produto concretizado de precedentes fases do ciclo de produção que só se torna capital mediante apropriação pelo capitalista e seu emprego na acumulação de mais capital. Ao mesmo tempo, como trabalho vivo que é comprado pelo capitalista para acionar o processo de produção, o *trabalho é capital*. Aquela parcela de capital monetário separada para pagamento do trabalho, a parcela que em cada ciclo é convertida em força de trabalho viva, é a parcela de capital que representa a população trabalhadora e a ela corresponde, e sobre a qual subsiste (BRAVERMAN, 1981, p. 319, grifos do autor).

Importante ressaltar que essas condições não são fruto da natureza, mas produções sociais. Marx (2013) afirma que a natureza não produz, de um lado, possuidores de dinheiro e mercadorias e, do outro, indivíduos que não possuem nada além de sua própria força de trabalho. Essa relação não é natural e nem comum a todos os períodos históricos, é produto de determinadas condições históricas e sociais.

Segundo Sweezy (1983), o que é específico ao capitalismo não é a exploração de uma classe pela outra mediante a compra e venda da força de trabalho, mas sim a forma que assume esta exploração, a saber, a produção de mais-valia.

Retornando a esta questão, pode-se afirmar que a mais-valia é a fonte do lucro capitalista, uma vez que, como vimos, é em sua extração que o capitalista obtém maior grandeza de valor do que aquela que investiu no processo de produção. Por este motivo, o capital busca sempre novas formas de aumentar este valor, elevando, assim, seus lucros obtidos. Uma dessas formas consiste no prolongamento da jornada de trabalho, a qual estende o período de mais-trabalho, resultando em maior quantidade de trabalho excedente, que produz maior grandeza de mais-valia. É o que Marx (2013) chama de mais-valia absoluta.

Outro modo de extração de mais-valia é a partir da redução do tempo de trabalho necessário e do conseqüente aumento do tempo de mais-trabalho, sem que seja alterada a jornada de trabalho. É a chamada mais-valia relativa, a qual deriva do aumento da força produtiva do trabalho (MARX, 2013).

Segundo o autor, é a força produtiva do trabalho que determina o grau de eficácia da atividade produtiva adequada a um fim, em um determinado período de tempo. Por sua vez, ela é determinada por diversos aspectos da produção, tais como a destreza dos trabalhadores, o desenvolvimento da ciência, sua aplicabilidade tecnológica, a organização social da produção, o volume e a eficácia dos meios de produção e as condições naturais que influenciam na produção. Quanto maior a força produtiva, menor o tempo de trabalho necessário à produção de um objeto e, portanto, menor seu valor. Produzem-se mais mercadorias em menos tempo, criando maior quantidade de valor ao mesmo tempo em que, entretanto, cada mercadoria incorpora menos valor em si mesma (uma vez que requer menos tempo para ser produzida e, como vimos, o valor é o tempo necessário à sua produção). De acordo com Braverman (1981), diversos meios de ampliação da força produtiva podem ser empregados, desde obrigar o trabalhador a jornadas mais longas de trabalho (como era comum no início do capitalismo), até a utilização de instrumentos de trabalho mais produtivos ou aumento da intensidade do trabalho. “Seja como for, sempre com vistas a produzir a partir do potencial inerente à força de trabalho o mais valioso efeito do trabalho, porque é isto que lhe renderá o maior excedente e, assim, o maior lucro” (BRAVERMAN, 1981, p. 58).

Com o aumento da força produtiva, a produção de maior quantidade de valor em um determinado período de tempo diminui o tempo necessário à reprodução da força de trabalho, considerando que este tempo é de certa forma estável em uma determinada sociedade. Conseqüentemente, ocasiona o aumento do tempo de trabalho excedente, no qual é produzido mais-valia, em uma jornada de trabalho que se mantém inalterada. Quanto às mercadorias, tornam-se cada vez mais baratas, visto que possuem menos valor nelas incorporado. Portanto, residem na extração de mais-valia relativa o impulso e a tendência capitalistas de aumentar a força produtiva a níveis cada vez maiores para baratear as mercadorias e extrair mais lucro da produção (MARX, 2013).

Em síntese:

O desenvolvimento da força produtiva do trabalho no interior da produção capitalista visa encurtar a parte da jornada de trabalho que o trabalhador tem de trabalhar para si mesmo precisamente para prolongar a parte da jornada de trabalho durante a qual ele pode trabalhar gratuitamente para o capitalista (MARX, 2013, p. 395-396).

A extração de mais-valia absoluta, atualmente, é obstaculizada em grande parte pelas leis trabalhistas. Com efeito, afirmam Netto e Braz (2012) que, em que pese os dois modos de extração de mais-valia não se excluem, a verificação histórica demonstra que a forma relativa tende a predominar, devido ao crescimento das organizações operárias e seu amadurecimento político. De qualquer forma, em ambos os casos trata-se do aumento da exploração da força de trabalho. Tal fato gera consequências significativas para o processo de produção e contribuirá para discutirmos o fenômeno da depressão na sociedade capitalista.

A primeira decorrência desta forma de extração de mais-valia é a intensificação do trabalho. Uma das maneiras que o capital encontrou para tal foi a introdução de máquinas no processo de trabalho²¹, conforme explica Marx (2013, p. 482):

Assim que a revolta crescente da classe operária obrigou o Estado a reduzir à força o tempo de trabalho e a impor à fábrica propriamente dita uma jornada normal de trabalho, ou seja, a partir do momento em que a produção crescente de mais-valor mediante o prolongamento da jornada de trabalho estava de uma vez por todas excluída, o capital lançou-se com todo seu poder e plena consciência à produção de mais-valor relativo por meio do desenvolvimento acelerado do sistema de maquinaria.

Ocorre, no entanto, uma mudança importante. Se antes o método de extração da mais-valia relativa era o de produzir mais mercadorias com o mesmo dispêndio de trabalho no mesmo tempo, passa-se, com a forçada redução da jornada de trabalho, a impor, no mesmo período de tempo, um dispêndio aumentado de trabalho, uma maior quantidade de trabalho. Isso se deu, principalmente, pelo preenchimento mais denso dos poros do tempo de trabalho, isto é, pela

²¹ A produção capitalista baseia-se na venda por parte do trabalhador de sua força de trabalho como mercadoria, como vimos. Quando se generalizou o uso de máquinas na atividade produtiva industrial, a força de trabalho perdeu seu valor de uso e, juntamente, seu valor de troca, porquanto perde parte de sua utilidade à produção e torna-se, como consequência, invendável. A maquinaria, então, transforma uma parcela da população trabalhadora em supérflua, não mais necessária à valorização do capital (MARX, 2013).

condensação do trabalho (MARX, 2013). Este quadro constituiu um aumento importante do nível de desgaste dos trabalhadores, como veremos mais adiante.

Neste processo, a maquinaria serve de ferramenta para extração de mais trabalho, seja com o aumento da velocidade de funcionamento das máquinas, pela ampliação da escala de maquinaria a ser supervisionada pelo trabalhador, ou até mesmo pelo alargamento do campo de trabalho do operário (MARX, 2013).

Convém mencionar que, segundo o autor, todos os métodos para aumentar a força produtiva e propiciar a acumulação de capital são aplicados às custas do trabalhador e se convertem em meios de sua dominação e exploração, mutilam-no, degradam-no à condição de apêndice da máquina, tornam-no um ser parcial, transformam o trabalho em sofrimento. Esta constatação será valiosa à nossa análise.

De acordo com Braverman (1981), a compra e venda da força de trabalho resulta, ainda, em que o processo de trabalho torna-se responsabilidade do capitalista, porquanto é sua a necessidade de obter a “plena utilidade” da força de trabalho que comprou, isto é, consumir seu valor de uso de forma a responder a seus interesses de acumulação. Torna-se, então, fundamental que o capitalista controle o processo de trabalho para que possa extrair a maior quantidade de lucro possível. E surge, a partir de então, uma relação de antagonismo que estrutura o processo produtivo: “[...] entre aqueles que executam processo e os que se beneficiam dele, os que administram e os que executam, os que trazem à fábrica a sua força de trabalho e os que empreendem extrair dessa força de trabalho a vantagem máxima para o capitalista” (BRAVERMAN, 1981, p. 69).

Voltemos ao processo de produção. Estando em posse da mercadoria que cria valor – a força de trabalho –, o capitalista deve possuir também outras mercadorias a serem empregadas na produção – os meios de trabalho –, que consistem em, por exemplo, matérias-primas, maquinaria, ferramentas, espaço de trabalho, energia para alimentar as máquinas, etc. Durante o processo de trabalho, os meios de produção serão transformados, por meio da atividade produtiva do trabalhador, em produtos. Sendo assim, o processo de produção consiste no consumo dos meios de produção e da força de trabalho com a finalidade de criar um novo objeto, o produto final (MARX, 2013).

Segundo o autor, os diferentes fatores do processo de trabalho acima mencionados – a força de trabalho e os meios de produção – participam de formas diferentes na formação do valor dos produtos. O trabalhador adiciona novo valor ao objeto por meio da adição de uma certa quantidade de trabalho. Ao fiar, por exemplo, o fiandeiro adiciona tempo de trabalho e, conseqüentemente, valor ao fio. A criação de valor, segundo o autor, é a transformação de força de trabalho em trabalho. Já os meios de produção apenas transferem seus valores ao objeto durante sua transformação em produto. No exemplo citado, o valor do fio, somado ao valor da máquina de fiar, compõe o valor do produto final. Seus valores reaparecem como componentes do valor do produto ao serem utilizados no processo de produção.

Dessa forma, no processo de trabalho, ocorre o acréscimo de novo valor simultaneamente à conservação dos valores anteriores incorporados no produto. Ressalta-se que ambos os resultados são atingidos de uma só vez pelo processo de trabalho e que isso se dá pela duplicidade do trabalho, o qual deve, ao mesmo tempo, criar valor e conservar/transferir valor (MARX, 2013).

Esse processo de criação e transferência de valor resulta, como vimos, na produção de um valor excedente (mais-valia), devido ao fato de que o processo de trabalho estende-se para além do tempo necessário para reproduzir o valor da força de trabalho. Este excedente do valor total do produto em relação aos valores dos seus elementos formadores (força de trabalho e meios de produção) consiste no excedente do capital valorizado em relação ao valor do capital previamente desembolsado na compra da força de trabalho e dos meios de produção. Isto é, os meios de produção e a força de trabalho são formas de existência do valor do capital originalmente investido que se converte nos fatores do processo de trabalho. Parte do capital se converte em meios de produção, os quais não alteram a grandeza de valor durante o processo de produção e são, portanto, chamados de capital constante. A outra parte do capital é convertida na força de trabalho, a qual, no entanto, modifica seu valor no processo de produção. Esta não reproduz apenas o equivalente de seu próprio valor, mas produz mais-valia, que pode variar de acordo com as circunstâncias do trabalho. É, por isso, chamada de capital variável (MARX, 2013).

Em suma:

Os mesmos componentes do capital que, do ponto de vista do processo de trabalho, distinguem-se como fatores objetivos e subjetivos, como meios de produção e força de trabalho, distinguem-se, do ponto de vista do processo de valorização, como capital constante e capital variável (MARX, 2013, p. 286).

O autor, então, explica que a composição do capital pode ser considerada em dois sentidos:

Sob o aspecto do valor, ela se determina pela proporção em que o capital se reparte em capital constante ou valor dos meios de produção e capital variável ou valor da força de trabalho. Sob o aspecto da matéria, isto é, do modo como esta funciona no processo de produção, todo capital se divide em meios de produção e força viva de trabalho; essa composição é determinada pela proporção entre a massa dos meios de produção empregados e a quantidade de trabalho exigida para seu emprego. Chamo a primeira de composição do valor e a segunda, de composição técnica do capital (MARX, 2013, p. 689).

A composição do valor, também chamada de composição orgânica do capital, é determinada pela composição técnica e reflete suas modificações.

De acordo com Marx (2013), o crescimento do capital implica o crescimento de seu componente variável, uma vez que parte da mais-valia transformada em capital adicional deve se reconverter em capital variável para que produza quantidades cada vez maiores de mais-valia. Segundo Netto e Braz (2012), os capitalistas que não expandem seus negócios sucumbem à competição. Por esse motivo, parte da mais-valia extraída é reconvertida em capital e utilizada para ampliar a escala da produção. Essa reconversão é chamada de acumulação, sem a qual não há capitalismo.

A contínua reconversão de mais-valia em capital representa sua grandeza crescente e o aumento da produção de mais-valia forma o elemento constitutivo da acumulação (MARX, 2013).

Considerando que a composição do capital permaneça inalterada, isto é, que seja necessária a mesma massa de força de trabalho para pôr em movimento determinada massa de meios de produção, torna-se irrefutável a afirmação de que a demanda de trabalho aumenta simultaneamente ao crescimento do capital. Ocorre, então, que as necessidades de acumulação do capital superam o crescimento da força de trabalho e a demanda de trabalhadores ultrapassa sua oferta, o que acarreta o aumento dos salários. Este aumento significa apenas a diminuição

quantitativa do trabalho não pago que o trabalhador executa. Não se altera, no entanto, o caráter fundamental da produção capitalista: capitalistas de um lado e assalariados do outro. O aumento da escala da produção, portanto, apenas reproduz esta relação, resultando em mais capitalistas (ou capitalistas maiores) e mais assalariados. Conclui Marx (2013, p. 690) que “A acumulação do capital é, portanto, multiplicação do proletariado”.

Por sua vez, a elevação do preço do trabalho, segundo Marx (2013), obstrui a obtenção de lucro e resulta na diminuição da acumulação de capital. Com isso, desaparece a causa do decréscimo da acumulação, a saber, a desproporção entre capital e força de trabalho explorável. O preço do trabalho, então, reduz-se novamente a um nível compatível com as necessidades de valorização do capital. Ressalta-se que não ocorre um aumento no crescimento absoluto ou proporcional de trabalhadores, tornando insuficiente o capital, mas, ao contrário, a diminuição do capital torna excessiva a força de trabalho.

Este movimento da acumulação de capital se reflete em movimentos da força de trabalho explorável e consiste na lei da produção capitalista, qual seja, a de que a relação entre capital, acumulação e salário é a relação entre trabalho não pago (trabalho excedente, que gera mais-valia e se transforma em capital) e trabalho adicional, requerido para movimentar capital adicional (MARX, 2013).

O autor explica:

Não se trata, portanto, de modo nenhum de uma relação entre duas grandezas entre si independentes – de um lado, a grandeza do capital e, de outro, o tamanho da população trabalhadora –, mas antes, em última instância, da relação entre os trabalhos não pago e pago da mesma população trabalhadora. Se a quantidade de trabalho não pago fornecida pela classe trabalhadora e acumulada pela classe capitalista cresce com rapidez suficiente de modo a permitir sua transformação em capital com apenas um acréscimo extraordinário de trabalho pago, o salário aumenta e, mantendo-se constante as demais circunstâncias, o trabalho não pago diminui proporcionalmente. Mas tão logo essa redução atinja o ponto em que o mais-trabalho, que alimenta o capital, já não é mais oferecido na quantidade normal, ocorre uma reação: uma parte menor da renda é capitalizada, a acumulação desacelera e o movimento ascensional do salário recebe um contragolpe. *O aumento do preço do trabalho é confinado, portanto, dentro dos limites que não só deixem intactos os fundamentos do sistema capitalista, mas assegurem sua reprodução em escala cada vez maior* (MARX, 2013, p. 697, grifos nossos)

Conclui o autor que a lei da acumulação capitalista demonstra que a exploração da força de trabalho está submetida à reprodução constante do capital,

em escala sempre ampliada. Assim, a diminuição do grau de exploração ou a elevação dos salários só pode ocorrer caso não ameace seriamente a produção capitalista. Para Marx (2013), não podia ser diferente, visto que, neste modo de produção, o trabalhador serve às necessidades de valorização do capital.

Ainda segundo o autor, o aumento de capital sempre alcança um ponto em que o desenvolvimento da produtividade do trabalho se transforma no maior incentivo à acumulação. Como vimos, a produtividade é expressa no volume relativo de meios de produção que o trabalhador transforma em produto, em um determinado período de tempo, com o mesmo dispêndio de trabalho, ou seja, é tanto mais produtivo o trabalhador que transforma maior quantidade de meios de produção em mais produtos, em dado tempo. Sendo assim, o aumento da produtividade é resultado da diminuição da massa de trabalho proporcionalmente à massa de meios de produção que ela movimenta. Em outras palavras, resulta da diminuição do fator subjetivo do processo de trabalho, em comparação aos fatores objetivos.

A essa alteração da composição técnica do capital corresponde uma alteração em sua composição de valor: ocorre o aumento do componente constante do capital em detrimento de seu componente variável. Esta modificação ocorre apenas em termos relativos, isto é, com a acumulação diminui a grandeza relativa da parte variável do capital em relação à parte constante, mas isso não exclui o aumento de sua grandeza absoluta (MARX, 2013).

Com o avanço da acumulação modifica-se, portanto, a proporção entre as partes constante e variável do capital; se originalmente era de 1:1, agora ela passa a 2:1, 3:1, 4:1, 5:1, 7:1 etc., de modo que, à medida que cresce o capital, em vez de $\frac{1}{2}$ de seu valor total, convertem-se em força de trabalho, progressivamente, apenas $\frac{1}{3}$, $\frac{1}{4}$, $\frac{1}{5}$, $\frac{1}{6}$, $\frac{1}{8}$ etc., ao passo que se convertem em meios de produção $\frac{2}{3}$, $\frac{3}{4}$, $\frac{4}{5}$, $\frac{5}{6}$, $\frac{7}{8}$ etc (MARX, 2013, p. 704).

O que ocorre em vista do que foi acima exposto é que o capital adicional formado nesse processo de acumulação atrai, proporcionalmente a seu volume, cada vez menos trabalhadores ou repele aqueles que anteriormente contratava. Isso porque a demanda de trabalho é determinada pelo componente variável do capital. Com o aumento do capital global (volume total de capital investido na produção), seu componente variável também aumenta, porém em proporção cada vez menor. Assim, a demanda de trabalho diminui em relação à grandeza do capital total e

decrece cada vez mais com o crescimento dessa grandeza. A acumulação do capital cria, portanto, uma população trabalhadora adicional relativamente excedente, supérflua para as necessidades de valorização do capital (MARX, 2013).

É o que o autor chama de superpopulação relativa, ou exército industrial de reserva. Pode adotar a forma mais explícita da repulsão de trabalhadores ocupados anteriormente, ou, menos evidente, de absorção dificultada de trabalhadores suplementares. É, segundo Marx (2013), um produto necessário da acumulação e, ao mesmo tempo, alavanca da acumulação de capital. A superpopulação fornece ao capital material humano de acordo com suas necessidades de valorização, provendo trabalhadores disponíveis a serem alocados nas diversas esferas da produção. A maior ou menor absorção do exército de reserva à produção varia conforme os ciclos da produção²², os períodos de grande produtividade e os momentos de crise e estagnação.

Nos períodos de estagnação e prosperidade média, o exército industrial de reserva pressiona o exército ativo de trabalhadores; nos períodos de superprodução e paroxismo, ele barra suas pretensões. A superpopulação relativa é, assim, o pano de fundo sobre o qual se move a lei da oferta e da demanda de trabalho. Ela reduz o campo de ação dessa lei a limites absolutamente condizentes com a avidez de exploração e a mania de dominação próprias do capital (MARX, 2013, p. 714).

Segundo Braverman (1981), então, no capitalismo o desemprego não é uma anormalidade, mas sim uma parte necessária do trabalho sob este modo de produção. Complementam Netto e Braz (2012) que não há modo de produção capitalista sem desemprego. Embora suas taxas possam variar, o capitalismo sempre apresentou um ineliminável contingente de trabalhadores desempregados²³. A função primária do exército industrial de reserva é o de permitir ao capitalista pressionar os salários a níveis inferiores, intensificando, assim, a exploração da força de trabalho. A superpopulação relativa também oferece ao capital um contingente de trabalhadores disponíveis para serem incorporados à produção a

²² Estes ciclos, de acordo com o autor, são recorrentes e suas fases se estendem por anos, culminando em crises que marcam o fim de um ciclo e início do outro. Já inferiu Marx (2013) que a duração dos ciclos é variável e tende a se encurtar gradualmente, o que de fato é evidente nos dias atuais, como veremos a seguir.

²³ Contudo, deve-se atentar para o fato de que o desemprego na sociedade capitalista não é produto do progresso tecnológico em si. Apesar de que a modificação da composição orgânica do capital signifique o aumento da força produtiva e provoque o desemprego em massa, é, na verdade, o desenvolvimento das forças produtivas *sob relações sociais de produção capitalistas* que resultam necessariamente em desemprego (NETTO; BRAZ, 2012).

qualquer momento. Dessa forma, se o exército industrial de reserva se formou inicialmente como resultado da acumulação, posteriormente se torna indispensável à sua continuidade.

Além de determinar a oferta e demanda de trabalho, a formação da superpopulação relativa é ponto central para a compreensão das formas de desgaste no trabalho, uma vez que exerce forte pressão sobre a população trabalhadora, forçando-a a trabalhar mais intensamente e a submeter-se a condições precárias de trabalho, em razão do medo de desemprego. É também indispensável ao entendimento dos movimentos de aumento e diminuição do salário que mencionamos acima, os quais são, geralmente, regulados pela expansão e contração do exército de reserva, de acordo com a alternância periódica do ciclo industrial (MARX, 2013). Estes movimentos

Não se determinam, portanto, pelo movimento do número absoluto da população trabalhadora, mas pela proporção variável em que a classe trabalhadora se divide em exército ativo e exército de reserva, pelo aumento ou redução do tamanho relativo da superpopulação, pelo grau em que ela é ora absorvida, ora liberada (MARX, 2013, p. 712-713).

Por fim, o autor afirma que da produção da superpopulação relativa decorre a produção da esfera do pauperismo, composta pelo sedimento mais baixo do exército de reserva, seu peso morto, aqueles indivíduos considerados inválidos para o trabalho. A produção do pauperismo “está incluída na produção da superpopulação relativa, sua necessidade na necessidade dela, e juntos eles formam uma condição de existência da produção capitalista e do desenvolvimento da riqueza” (MARX, 2013, p. 719).

Segundo Netto e Braz (2012), a análise da acumulação capitalista mostra que seu resultado tem sido um enorme crescimento da riqueza social e, ao mesmo tempo, um igualmente enorme crescimento da pobreza. Isto é, produz uma polarização entre uma riqueza social que se expande exponencialmente e uma pobreza social que reproduz cada vez mais uma ampla massa de indivíduos cujo acesso aos bens necessários à vida é extremamente restrito.

Quanto maior a riqueza social e o crescimento do capital, maior a grandeza absoluta do proletariado e, portanto, maior a superpopulação relativa. Quanto mais trabalhadores compõem o exército industrial de reserva, mais pauperismo haverá. Para Marx (2013), essa é a lei geral e absoluta da acumulação capitalista. Segue-se,

então, que esta lei, a qual produz e mantém a superpopulação relativa, cria uma acumulação de miséria correspondente à acumulação de capital.

Portanto, a acumulação de riqueza num polo é, ao mesmo tempo, a acumulação de miséria, o suplício do trabalho, a escravidão, a ignorância, a brutalização e a degradação moral no polo oposto, isto é, do lado da classe que produz seu próprio produto como capital (MARX, 2013, p. 721).

Sendo este o quadro geral da produção capitalista, deve-se mencionar que a forma de acumulação, isto é, o modo como se organiza o processo produtivo, sofreu modificações desde a instauração do capitalismo como hegemônico. Atualmente, vivemos na fase em que predomina a acumulação flexível, com destaque ao modelo japonês toyotista de produção. Para que possamos compreender o contexto em que se inserem os trabalhadores nos dias atuais, é imprescindível uma análise desta nova fase do ciclo produtivo capitalista.

5.3 A FASE ATUAL DA ACUMULAÇÃO DE CAPITAL: REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA, ACUMULAÇÃO FLEXÍVEL E TOYOTISMO

Segundo Netto e Braz (2012), a história do capitalismo é permeada por crises econômicas, revelando uma dinâmica profundamente instável, com períodos alternados de expansão e crescimento da produção com depressões mais ou menos profundas.

As crises no capitalismo são ocasionadas pela queda tendencial da taxa de lucro e pela superprodução de valores de uso expressa na ausência ou diminuição de consumidores que possam pagar seu valor de troca. Quando a oferta é excessiva em relação à demanda, os capitalistas tendem a restringir a produção (NETTO; BRAZ, 2012).

O ciclo econômico de produção se distingue em quatro fases: a crise, a depressão, a retomada e o auge. Segundo os autores supracitados, até a Grande Depressão de 1929 os ciclos tinham duração média entre 8 a 12 anos, mas encurtaram-se a partir da Segunda Guerra Mundial, ao mesmo tempo em que os impactos das crises se tornaram menos catastróficos que os daquela de 29.

Afirmam Netto e Braz (2012) que não há uma única causa para as crises, elas são o resultado da dinâmica contraditória do modo de produção capitalista. Um

dos fatores mais determinantes para as crises é o de que não há planejamento ou controle da produção global, uma vez que a produção é comandada por cada capitalista, visando apenas ao seu lucro. Outro aspecto determinante é a tendência à queda da taxa de lucro. Esta é ocasionada pelo aumento do investimento em capital constante e a consequente modificação da composição orgânica do capital, como vimos anteriormente²⁴.

A análise teórica e histórica do modo de produção capitalista comprova que a crise não é um acidente de percurso, não é aleatória, não é algo independente do movimento do capital. Nem é uma enfermidade, uma anomalia ou uma excepcionalidade que pode ser suprimida no capitalismo. Expressão concentrada das contradições inerentes ao modo de produção capitalista, a crise é *constitutiva* do capitalismo: **não existiu, não existe e não existirá capitalismo sem crise** (NETTO; BRAZ, 2012, p. 170, grifos do autor).

Dessa forma, de acordo com Netto e Braz (2012), no início da década de 1970, instaurou-se uma crise profunda no sistema capitalista, decorrente da queda das taxas de lucro. O crescimento econômico diminuiu e, concomitantemente, a pressão organizada dos trabalhadores aumentou, o movimento sindical cresceu e passou a demandar melhorias salariais, bem como contestar a organização da produção conforme o fordismo/taylorismo. Além disso, movimentos sociais passaram a exercer importante papel na reivindicação de melhores condições de vida, especialmente no que tange às “minorias”.

Antunes (2013) aponta diversos fatores que ocasionaram este quadro. Primeiramente, o aumento do preço da força de trabalho, conquistado no período pós Segunda Guerra Mundial, e a intensificação das lutas sociais na década anterior. Em segundo lugar, o padrão de acumulação vigente (fordista/taylorista) se esgotava, devido à sua incapacidade de responder à diminuição do consumo, esta, por sua vez, consequência do extenso desemprego que se instalava. Também aumentou a monopolização, com fusões entre empresas e, consequentemente, maior concentração de capitais. O Estado de Bem-Estar Social e seus mecanismos de funcionamento entraram em crise, o que gerou a necessidade de redução dos gastos públicos e sua transferência ao capital privado. Por fim, o autor menciona o

²⁴ De acordo com Netto e Braz (2012), Marx, em sua análise político-econômica da sociedade capitalista, chega à conclusão de que a taxa de lucro (p) é expressa pela relação entre mais-valia (m) e a soma do capital constante (c) e variável (v) investido na produção. A fórmula elaborada pelo autor é: $p = \frac{m}{c+v}$. Aumentando-se c , torna-se clara a diminuição de p .

acentuado aumento de privatizações, a tendência generalizada às desregulações e à flexibilização do processo produtivo, dos mercados e da força de trabalho.

Segundo Harvey (2003), haviam indícios de problemas sérios no modelo fordista-taylorista já em meados dos anos 60. Contudo, foi no período entre 1965 e 1973 que se tornou mais evidente a incapacidade desta forma de acumulação de conter as contradições inerentes ao capitalismo. Para o autor, as dificuldades do fordismo-taylorismo podem ser compreendidas como tendo origem na rigidez deste modelo.

Em resposta à crise, o capital empreendeu um processo de reorganização própria e de seu sistema ideológico-político de dominação, a partir da reestruturação da produção e do trabalho, visando prover ao capital o instrumental necessário à reposição dos níveis de expansão anteriormente atingidos. Importante ressaltar que esse período de reorganização do capital caracterizou-se por uma ofensiva generalizada contra a classe trabalhadora, que passou a contar com enormes contingentes de trabalhadores precarizados ou à margem do processo produtivo, com significativo aumento dos níveis de desemprego (ANTUNES, 2013).

Explica o autor que, em que pese a crise fosse apenas a expressão de uma crise do capital, a resposta a ela limitou-se à esfera fenomênica, isto é, procurou reestruturar seu ciclo reprodutivo, sem transformar de modo profundo as bases do modo de produção capitalista. Portanto, a reestruturação restringiu-se de forma a afetar apenas o padrão de acumulação fordista/taylorista.

Sendo assim, a recessão da década de 70 pôs em movimento um conjunto de processos que representaram a passagem a um novo regime de acumulação, marcado pelo confronto direto com a rigidez do fordismo-taylorismo. Harvey (2003) chamou este novo regime de acumulação flexível, porquanto se apoia na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo.

Caracteriza-se pelo surgimento de setores de produção inteiramente novos, novas maneiras de fornecimento de serviços financeiros, novos mercados e, sobretudo, taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional (HARVEY, 2003, p. 140).

Para o autor, a maior flexibilidade e mobilidade permitem aos empregadores exercerem pressões mais fortes de controle do trabalho, sobre a força de trabalho já enfraquecida pelo aumento do desemprego a níveis sem precedentes após a Segunda Guerra Mundial.

A acumulação flexível parece implicar níveis relativamente altos de desemprego 'estrutural' (em oposição a 'ficcional'), rápida destruição e reconstrução de habilidades, ganhos modestos (quando há) de salários reais e o retrocesso do poder sindical (HARVEY, 2003, p. 141).

Para compreendermos esta nova forma de acumulação é preciso nos determos brevemente nas principais características do padrão anteriormente dominante, o fordismo/taylorismo. Segundo Antunes (2013), este se assenta na produção em massa de mercadorias, a partir da produção homogeneizada e verticalizada. É característica desta forma de produção a intensificação da exploração, com aumento dos ritmos de trabalho e racionalização máxima das operações. Para tanto, o trabalho é parcelado e fragmentado, mediante a decomposição de tarefas, o que resulta em que as ações dos trabalhadores são reduzidas a atividades repetitivas. Acresce-se a isso a conversão do operário em apêndice da máquina. Como consequência, o capital extrai com maior intensidade o sobretrabalho, com a intensificação da extração relativa de mais-valia. Consolida-se, então, a subsunção real do trabalho ao capital, visto que este padrão de produção expropria o operário de forma intensa, destituindo-o de qualquer participação na organização do processo produtivo, o qual se resume à realização de uma atividade repetitiva e sem sentido.

Contudo, a nova forma flexível de acumulação não consiste em uma ruptura com o padrão de desenvolvimento anterior, mas sim uma reposição de elementos essenciais da produção capitalista, frente às novas condições de desenvolvimento do capital e de sua crise. Ainda assim, a reestruturação produtiva constitui uma nova materialidade do capital na produção. Surgem diversos experimentos produtivos ao redor do mundo representando o novo regime de acumulação flexível, como a especialização flexível na Itália e o kalmarianismo na Suécia. Dentre estas experiências, destaca-se o toyotismo, fundado no Japão nos anos 1950, o qual assume, durante a década de 1980, valor universal como nova racionalidade produtiva do capital (ALVES, 2011).

O valor universal a que se refere o autor diz respeito às regras e valores de gestão do trabalho vivo e aos procedimentos técnico-organizacionais que são adotados pela grande maioria dos empreendimentos capitalistas. Para o autor, os capitalistas tendem a ser coagidos pela concorrência a utilizar-se da lógica toyotista, a qual se tornou “senso comum” da gestão do capital. Exemplo disso é o fato de que, mesmo não fazendo parte do processo de criação de valor, organizações de serviços públicos acabam incorporando valores toyotistas.

A partir daí, ele [o toyotismo] perde sua singularidade restrita e seu valor ontológico para a produção capitalista e projeta-se como uma categoria universal, que articula em si um complexo de particularidades regionais, nacionais (e locais), seja de setores ou de empresas (ALVES, 2011, p. 58).

Em síntese, com a crise do capital, o toyotismo se tornou o “momento predominante” do regime de acumulação flexível. Este novo regime satisfaz as novas exigências do capitalismo mundial, adequando-se às novas condições de concorrência e de valorização do capital (ALVES, 2011).

Para compreender os motivos que levaram o toyotismo a assumir um valor universal para a produção de mercadorias, o autor explica que suas condições histórico-ontológicas determinaram suas possibilidades de universalização. Isso quer dizer que o fato de o sistema toyotista ter se instaurado sob a lógica dos “mercados restritos” (devido às características do capitalismo japonês dos anos 1950, marcado por um mercado interno débil), tornou-o adequado às condições do capitalismo nos anos 80, determinadas pela crise de superprodução. “Foi o desenvolvimento (da crise) capitalista que constituiu, portanto, os novos padrões de gestão da produção de mercadoria, tal como o toyotismo, e não o contrário” (ALVES, 2011, p. 59).

Ao se universalizar, entretanto, o toyotismo não se constitui como “modelo puro” de organização da produção, mas sim tende a se adaptar a cada condição nacional, regional e setorial da indústria capitalista. Tende, inclusive, a se articular e mesclar com outras formas de racionalização do trabalho, especialmente com o fordismo-taylorismo. Sendo assim, a instauração do toyotismo consiste em um processo de continuidade/descontinuidade em relação às formas previamente dominantes de acumulação de capital. Como pontua Alves (2011, p. 62),

[...] o ‘aspecto original do toyotismo’ é articular a continuidade da racionalização do trabalho, intrínseca ao taylorismo e ao fordismo, com as

novas necessidades da acumulação capitalista numa etapa de crise de superprodução.

De acordo com Antunes (2013), o toyotismo se diferencia do fordismo/taylorismo pelo fato de que a produção é vinculada à demanda e procura atender a exigências mais individualizadas do mercado, diferente da produção fordista/taylorista, em série e em massa. Ao contrário da produção homogênea, o toyotismo produz de forma variada e heterogênea. Além disso, baseia-se no trabalho em equipe e com multivariada de funções, rompendo com o caráter parcelar típico do modelo anterior. São organizados, ainda, Círculos de Controle de Qualidade, nos quais os trabalhadores são instigados a discutir seu trabalho e desempenho, visando melhorar sua produtividade. Nestes espaços, o capital apropria-se do conhecimento do trabalhador, o qual era desprezado na produção fordista/taylorista. A produção é estruturada de forma flexível, possibilitando ao trabalhador operar várias máquinas simultaneamente, sob o princípio do *just in time*, para o melhor aproveitamento possível do tempo de produção.

Para Alves (2011), uma das mais importantes premissas do toyotismo é evitar os desperdícios. Por trás desta “obsessão”, como coloca o autor, está, no entanto, a velha preocupação fordista-taylorista em incrementar a extração de mais-valia, mediante a eliminação dos tempos mortos na produção. Para o autor, é a mesma lógica em ambas as fases da acumulação capitalista: a busca pela “eficiência”, através do aumento da produtividade do trabalho.

Segundo Harvey (2003), a atual tendência do mercado é reduzir o número de trabalhadores em tempo integral, com condição permanente e que gozam de maior segurança no emprego, e contratar cada vez mais uma força de trabalho “flexível”, subcontratada, facilmente empregada e demitida.

Diante da forte volatilidade do mercado, do aumento da competição e do estreitamento das margens de lucro, os patrões tiraram proveito do enfraquecimento do poder sindical e da grande quantidade de mão-de-obra excedente (desempregados e subempregados) para impor regimes e contratos de trabalho mais flexíveis (HARVEY, 2003, p. 143).

Ao contrário da estrutura verticalizada do fordismo/taylorismo, o toyotismo instaura a horizontalidade em seu interior. As empresas se tornam responsáveis por parcelas menores da produção, transferindo a terceiros grande parte do que antes

era produzido no interior da fábrica. A estrutura produtiva, então, torna-se mais flexível, recorrendo-se com frequência à desconcentração produtiva e às empresas terceirizadas (ANTUNES, 2013).

O autor afirma que passam a ser utilizadas novas formas de gestão da força de trabalho, técnicas de trabalho em equipe (células de produção, times de trabalho, grupos semiautônomos), requerendo, assim, o envolvimento participativo dos trabalhadores (o qual é, na verdade, uma participação manipuladora). Instituiu-se uma estrutura mais horizontalizada e integrada, exigindo-se trabalhadores polivalentes, multifuncionais, qualificados. As empresas tornam-se “enxutas”²⁵, passando a dispor de menor contingente de força de trabalho. A finalidade dessas alterações é a redução do tempo de trabalho e, conseqüentemente, a intensificação das condições de exploração da força de trabalho, com a redução ou eliminação do trabalho improdutivo (que não cria valor). Este quadro que se instala tem como repercussões, para a classe trabalhadora, a desregulamentação dos direitos trabalhistas, o aumento da fragmentação entre os trabalhadores, a precarização e terceirização da força humana de trabalho e a destruição do sindicalismo de classe.

De acordo com Alves (2011), apesar das múltiplas dimensões da categoria flexibilidade, um dos pontos centrais para a acumulação do capital, a partir da reestruturação produtiva, é a flexibilidade da força de trabalho, relacionada à legislação e regulamentação social. O autor compreende esta flexibilidade do trabalho como a capacidade do capital de tornar a força de trabalho domável, complacente e submissa.

Para o autor, este aspecto expressa a necessidade indispensável do capital de subsumir o trabalho à lógica da valorização. Isso se expressa na constatação que, de forma nunca antes vista, esta fase da acumulação capitalista direciona seu foco à gestão do trabalho vivo.

Acresce-se aos aspectos acima mencionados a eliminação de todo o tempo desperdiçado durante o processo de produção e tem-se como resultado uma intensificação da exploração do trabalho mediante a intensificação do ritmo produtivo (ANTUNES, 2013).

²⁵ Empresa enxuta é aquela que restringe o trabalho vivo ao mesmo tempo em que amplia o maquinário tecnocientífico (trabalho morto). Nesta empresa, requer-se um diferente tipo de trabalhador, não mais altamente especializado, como no fordismo/taylorismo, e sim multifuncional. A polivalência do trabalhador, no entanto, reflete a intensificação dos ritmos, tempos e processos de trabalho (ANTUNES, 2013).

[...] similarmente ao fordismo vigente ao longo do século XX, mas seguindo um receituário diferenciado, o toyotismo reinaugura um novo patamar de intensificação do trabalho, combinando fortemente as formas relativa e absoluta da extração da mais-valia (ANTUNES, 2013, p. 58).

Também são características desta fase do capitalismo as formas precárias de emprego, os trabalhos informais e trabalhos em tempo parcial, nenhum dos quais possui garantias e direitos sociais. Com o crescimento do desemprego e a transformação do desemprego maciço em fenômeno permanente, conforma-se um quadro extremamente precário e de pauperização para os trabalhadores, contendo, inclusive, formas de exploração que se assemelham às do passado, como aumento de jornadas, exploração infantil e trabalho escravo ou semiescravo (NETTO; BRAZ, 2012).

Segundo Netto e Braz (2012), outra característica central da reestruturação produtiva é a incorporação de tecnologias advindas de avanços técnico-científicos, o que reduz consideravelmente a demanda de trabalho vivo. Para Katz e Coggiola (1995), a modernização tecnológica que se deu nas fábricas, principalmente a partir da década de 1970, só pôde ocorrer devido a algumas circunstâncias históricas.

O progresso técnico está submetido, como todo fato social, às determinações provenientes do modo histórico de estruturação da sociedade em que ele se dá. Não obedece, portanto, a leis que lhe sejam exclusivas, isto é, não pode, em nenhum sentido, ser entendido como uma 'variável autônoma' do sistema econômico em que está presente, mas deve ser caracterizado como uma relação específica a cada forma histórica de organização da produção. Cada modo de produção dota o processo de trabalho de uma estrutura técnica que impõe o ritmo e a direção; daí a própria natureza do progresso técnico (TOLIPAN, 1975 apud KATZ; COGGIOLA, 1995, p. 56).

Afirmam os autores que uma condição indispensável para a modernização recente foi a perda da independência política dos sindicatos, uma vez que só assim os trabalhadores “se envolveriam” diretamente em atividades que reduzem o número de empregos. Dessa forma, as novas tecnologias e seus correspondentes métodos de gestão podem ser considerados como uma tentativa de enfraquecer a resistência operária contra os ritmos de trabalho e a desqualificação crescente.

Segundo Katz e Coggiola (1995), é comum defender que a automação e a gestão de trabalho correspondente libertariam os trabalhadores da fadiga e os proporcionaria maior grau de autonomia. No entanto, o que se observa é um

crescente desinteresse pelo trabalho, bem como o surgimento de doenças do trabalho, muitas fatais, relacionadas à fadiga e ao esgotamento nervoso. Esta constatação será analisada mais a fundo no próximo capítulo.

Dessa forma, explicam os autores, a introdução de novas tecnologias na produção possui, simultaneamente, potencial de libertação do trabalho humano e de destruição do mesmo (inclusive devido ao desemprego).

Disso resulta que, dos trabalhadores, exige-se uma qualificação mais alta e a capacidade de participar de atividades múltiplas simultaneamente. A força de trabalho deve ser qualificada e polivalente. Por outro lado, algumas atividades laborativas são desqualificadas e empregam uma força de trabalho que é substituível a qualquer momento. Como consequência, tem-se, de um lado do conjunto dos trabalhadores, uma parte extremamente qualificada, que em geral obtém um mínimo de segurança no emprego, e, do outro, grande parcela de trabalhadores precarizados (ANTUNES, 2013). Com efeito, afirma o autor que se tem observado em diversos países do mundo a diminuição do proletariado industrial tradicional, paralelamente ao aumento do que o autor chama de subproletariado, composto pelos trabalhadores parciais, precarizados e temporários.

Na sociedade capitalista, defendem Katz e Coggiola (1995), o resultado da automação não poderia ser outro: o operário 'automatizado', o qual

[...] efetua uma tarefa que não exige jamais qualquer intervenção inteligente, mas que exige a mais extrema atenção, numa total ausência de espírito. A instalação de dispositivos eletrônicos de controle do processo produtivo traz também a destruição de toda a autonomia no trabalho e transforma o homem em simples apêndice da máquina. O universo do trabalho se torna aquele da monotonia, da fadiga sensorial e nervosa, do aborrecimento [...] (SOUYRI, 1983 apud KATZ; COGGIOLA, 1995, p. 58).

Ainda segundo estes autores, é parte fundamental da produção nos últimos anos o uso de tecnologias informáticas. Para eles, a informação sempre foi essencial à economia capitalista, porém, recentemente, tem-se registrado um crescimento exponencial das necessidades e usos informáticos nas grandes empresas, devido ao aumento da velocidade da produção e da circulação de mercadorias.

Contudo, o aumento da influência da informação da economia não significa a conversão do capitalismo em uma “sociedade da informação”, como afirmam diversos outros autores.

A crescente valorização de um recurso em detrimento de outros na produção generalizada de mercadorias não altera a natureza da reprodução do capital. A ‘sociedade da informação’ é uma sociedade de classes, economicamente regulada pela lei do valor e socialmente assentada na extração da mais-valia. Por esta razão, os parâmetros que regem o manejo, distribuição e conhecimento (ou desconhecimento) da informação são comuns às regras dominantes em qualquer outra atividade social (KATZ; COGGIOLA, 1995, p. 73).

Isto é, as tecnologias de informação passam a ser utilizadas na produção capitalista, a favor de seu desenvolvimento, com a finalidade de aumentar a extração de mais-valia e, conseqüentemente, os lucros. Neste sentido, Katz e Coggiola (1995) afirmam que empresários capitalistas investem na utilização de outras tecnologias avançadas, como, por exemplo, a robótica. A utilização de autômatos, segundo os autores, tem como objetivo debilitar a influência dos sindicatos e reforçar o controle do capital sobre o trabalho, tendo como consequência o aumento da instabilidade de emprego e a introdução de cortes salariais²⁶.

A questão das novas tecnologias deve ser vista, no quadro da crise história mais profunda do capitalismo, como uma tentativa extrema do capital de se adaptar às condições de sua própria crise e, ao mesmo tempo, de sair dela através do único método que o capital conhece: a recomposição da taxa de lucros [...]. No quadro capitalista [...] as novas tecnologias não sinalizam a tendência para ‘o fim da sociedade do trabalho’, mas a tendência para a super-exploração da classe operária.

É um paradoxo que, no máximo do avanço técnico, a perspectiva do fim da sociedade do trabalho conviva com o aumento extensivo de jornadas de trabalho e a ressurreição de formas pré-diluvianas de exploração da força de trabalho, como a terceirização, que revive uma obviedade ressaltada por

²⁶ Katz e Coggiola (1995) atentam para a importância de não se confundir as inovações tecnológicas com a produção de desemprego ou com a flexibilização do trabalho. Segundo os autores, estas características são inerentes da atual fase de acumulação capitalista e não são conseqüências da utilização de tecnologias avançadas na produção. Isto é, não há nenhum imperativo das novas tecnologias que requeira a diminuição de trabalho vivo ou a flexibilização do processo de trabalho. Ambas resultam tanto da lógica inerente ao capitalismo, quanto dos novos procedimentos adotados a partir da reestruturação produtiva. Pelo contrário, afirmam os autores que as inovações tecnológicas poderiam significar a diminuição das jornadas de trabalho, pois sua utilização no processo de produção impõe maiores exigências aos trabalhadores, maior concentração, do que as atividades do maquinismo tradicional. No entanto, o processo de trabalho está submetido à lógica capitalista da valorização e extração cada vez maior de mais-valia, o que sempre induz à intensificação ou prolongamento do tempo de trabalho.

Marx em *O Capital*: o salário por peça (SECCO, 1994 apud KATZ; COGGIOLA, 1995, p. 125).

Antunes (2013) ainda aponta como específica deste padrão de acumulação, a necessidade de redução do tempo de vida útil dos produtos, com vistas a aumentar a velocidade do circuito produtivo e da produção de valores de troca. Esta lógica aplicada à produção

[...] converte em descartável, supérfluo e desperdiçado aquilo que deveria ser preservado, tanto para o atendimento efetivo dos valores de uso sociais quanto para evitar uma destruição incontrolável e degradante da natureza, da relação metabólica entre homem e natureza. Isso sem mencionar o enorme processo de destruição da força humana de trabalho [...] (ANTUNES, 2013, p. 54).

Ainda de acordo com Antunes (2013), alguns autores defendem que se instaurou uma nova forma de relacionamento entre capital e trabalho, mais favorável se comparada ao fordismo/taylorismo, uma vez que a reestruturação produtiva possibilitou o advento de um trabalhador mais qualificado, participativo, multifuncional, mais realizado no trabalho. O que ocorre, no entanto, é o contrário: a introdução de tecnologias não resulta em trabalho qualificado, mas sim na consolidação da produção em larga escala e das formas de acumulação intensiva. A ideia de que o trabalho seria mais qualificado é mais uma manifestação ideológica do que uma necessidade efetiva do processo de produção. “A qualificação e a competência exigidas pelo capital muitas vezes objetivam de fato a *confiabilidade* que as empresas pretendem obter dos trabalhadores, que devem entregar sua subjetividade à disposição do capital” (ANTUNES, 2013, p. 54, grifo do autor).

Modificou-se também a forma de gestão da força de trabalho. Em substituição ao despotismo fabril, próprio da acumulação rígida, passa-se a apelar à participação e ao envolvimento do trabalhador. Faz isso mediante discursos de que a empresa é a segunda casa, de que o êxito pessoal está vinculado ao êxito da empresa, como veremos adiante. Como consequência, fragmenta-se a consciência de classe dos trabalhadores, enfraquecendo sua luta contra o capital (NETTO; BRAZ, 2012). Tal quadro tem consequências subjetivas importantes para os indivíduos inseridos neste contexto e é relevante para nossa discussão acerca da depressão na sociedade contemporânea.

Este cenário apresenta também repercussões para os indivíduos fora da esfera do trabalho, no âmbito da reprodução social, no qual o consumo de mercadorias, sejam elas materiais ou imateriais, é estruturado pelo capital. Até mesmo os momentos de lazer estão subordinados à necessidade capitalista de venda de mercadorias. Outro exemplo do domínio do capital na vida para além do trabalho é a crescente imposição de qualificação aos trabalhadores, cujo tempo livre volta-se cada vez mais ao objetivo de adquirir maior “empregabilidade” (ANTUNES, 2013).

Para Antunes (2013), todas estas modificações não modificam a estrutura do capital a ponto de alterar o quadro de alienação vivenciado pelos indivíduos desta sociedade:

[...] o *estranhamento (Entfremdung) do trabalho* encontra-se, em sua essência, preservado. Ainda que fenomenicamente minimizada pela redução da separação entre a elaboração e a execução, pela redução dos níveis hierárquicos no interior das empresas, a subjetividade que emerge na fábrica ou nas esferas produtivas contemporâneas é expressão de uma *existência inautêntica* e estranhada. Contando com mais ‘participação’ nos projetos que nascem das discussões dos círculos de controle de qualidade, com maior ‘envolvimento’ dos trabalhadores, a subjetividade que então se manifesta encontra-se *estranhada* em relação ao *que se produz e para quem se produz* (ANTUNES, 2013, p, 130, grifos do autor).

Devido ao contexto de extrema pauperização acima mencionado, a alienação atinge as diferenças parcelas da força de trabalho de forma diversa. Para aqueles aparentemente mais “estáveis”, localizados na ponta do ciclo produtivo, a alienação permanece, e mesmo se complexifica. É, no entanto, mais “humanizada” em sua essência desumanizadora. Para os estratos mais precarizados, que se encontram à margem do processo de trabalho, que vivem nas condições mais desprovidas de direitos, em situações de instabilidade cotidiana, o estranhamento é ainda mais intenso e se expande: é mais desumanizada e brutalizada (ANTUNES, 2013).

De acordo com Ramtin (1997 apud ANTUNES, 2013), ao contrário da interpretação segundo a qual o avanço da tecnologia se move em direção a uma sociedade próspera e harmoniosa, vivenciamos um processo histórico de desintegração, tendendo ao aumento do antagonismo, ao aprofundamento das contradições e à incoerência. Para este autor, quanto mais avança o sistema tecnológico da automação, mais a alienação tende a limites absolutos. Ao mesmo

tempo, o avanço das forças produtivas e o aprofundamento dos antagonismos de classe também produzem as bases materiais da possibilidade de outro modo de produção.

À luz da teoria da determinação social do processo saúde-doença, e tendo nos apropriado das principais características do capitalismo, com ênfase na fase vigente de reestruturação produtiva, pode-se traçar um quadro aproximado de como tais características afetam a saúde dos indivíduos. Passaremos, então, a uma breve análise do processo saúde-doença na sociedade capitalista, a partir da qual iniciaremos nossa discussão acerca da depressão nesta sociedade.

6 PROCESSO SAÚDE/DOENÇA NO CAPITALISMO: A CONSTRUÇÃO DA MATRIZ DE PROCESSOS CRÍTICOS RELACIONADOS À DEPRESSÃO

6.1 A CONFORMAÇÃO DO PROCESSO SAÚDE-DOENÇA SOB O CAPITALISMO

Tendo em vista as características da sociedade capitalista acima expostas, e com base na teoria da determinação social do processo saúde-doença, pode-se traçar um panorama geral da forma como vem se conformando o processo saúde-doença dos indivíduos sob o capitalismo.

Vimos que o nexos biopsíquico humano tem caráter histórico, isto é, determina-se pela formação social e pelo momento histórico em que se encontra. Em outras palavras, os indivíduos respondem ao “ambiente” em que se inserem, o que requer a análise profunda deste contexto para que se compreendam os processos de sofrimento que se formam a partir dele, inclusive com seus atributos biológicos e psíquicos que se formam a partir dele. Foi isso o que procuramos fazer no capítulo anterior, ao analisarmos a sociedade capitalista.

Cabe, aqui, uma ressalva acerca da centralidade que o trabalho assume na vida das pessoas, ocupando parte importante do espaço e do tempo em que desenvolve a vida humana contemporânea. Além de ser o meio para a satisfação das necessidades, o trabalho é fonte de identificação e autoestima, de desenvolvimento das potencialidades humanas e de sentimento de participação nos objetivos da sociedade (NAVARRO; PADILHA, 2007).

Importante também, compreender que as emoções e os sentimentos estão intimamente relacionados às atividades que os indivíduos desempenham, incluindo-se aí o trabalho. Para Blagonadezhina (1960), as emoções e os sentimentos são originados na realidade objetiva. “O sujeito tem uma atitude emocional em relação aos objetos e fenômenos do *mundo real* e os sente de distinta maneira segundo as relações objetivas particulares em que se encontra com eles” (BLAGONADEZHINA, 1960, o. 355, grifos da autora, tradução nossa).

Conforme explica a autora, reações emocionais são motivadas por tudo aquilo que, direta ou indiretamente, serve para satisfazer necessidades dos indivíduos e está relacionado às exigências sociais. Objetos e fenômenos que permitem a satisfação das necessidades ou correspondem às exigências sociais

causam vivências emocionais positivas. Por outro lado, o que dificulta a satisfação de necessidades ou não está de acordo com as exigências da sociedade, desencadeia emoções negativas. Quando falamos de necessidades, não estamos nos referindo apenas às necessidades vitais que, geralmente, correspondem a processos fisiológicos, tais como comer, dormir, descansar, etc. Estamos falando, também, de necessidades sociais, psicológicas, construídas a partir da atividade social, como as necessidades de se relacionar, necessidades educacionais, de lazer, espirituais, entre outras.

Compreender que a realidade objetiva motiva emoções e sentimentos, a partir das necessidades, das exigências sociais e da atividade desempenha, é essencial para que possamos proceder à nossa análise das altas taxas de depressão na sociedade contemporânea. É fundamental, ainda, desmistificar as ideias de que o sofrimento psíquico é uma questão puramente individual, descolada da realidade objetiva em que se encontram os indivíduos.

Além disso, faz-se importante compreender também a relação existente entre o trabalho e a consciência. Conforme elucida Leontiev (1998), a estrutura da consciência está intimamente ligada à estrutura da atividade humana (o autor, inclusive, estuda as formas como se desenvolveu a consciência com o aparecimento do trabalho e o surgimento do ser social). A atividade humana (o trabalho) é, por sua vez, determinada pelo modo de produção e pelas relações sociais por ele engendradas. Esta constatação justifica a análise da sociedade capitalista, pelo fato de que é através da compreensão das formas como assume o trabalho hoje que podemos compreender as particularidades psicológicas da estrutura da consciência.

Segundo Martins (2007), a personalidade também é afetada pelas condições objetivas, sendo esta resultado da relação entre fatores extrínsecos – as condições materiais de vida e as relações sociais – e fatores intrínsecos, os processos biológicos e psíquicos que se desenvolvem em consequência da atividade humana. Isto é, a personalidade é a síntese de aspectos objetivos e subjetivos. Ela é formada, explica Leontiev (1998), a partir das relações sociais que o indivíduo estabelece por meio de sua atividade.

Outro conceito que aparece em nosso estudo é o de identidade. Muitos dos autores nos quais nos apoiaremos o utilizam, sem, contudo, situar o que consiste na identidade e como ela é formada. Nosso referencial teórico, partindo do método

materialista histórico-dialético, ao contrário, não faz uso deste termo. Os autores da Psicologia Histórico-Cultural (teoria psicológica de base marxista) que estudam a subjetividade e a personalidade utilizam outros conceitos que, a nosso ver, são correlatos do termo “identidade”.

O primeiro deles é a consciência de si, compreendida como um sistema de representações que um indivíduo constrói sobre si mesmo, a partir da delimitação de propriedades externas e internas. Ao final deste processo, o indivíduo chega ao conhecimento dos traços ou propriedades individuais. Para além da consciência de si, há também a autoconsciência, a qual implica o estabelecimento de nexos entre o conhecimento de si e o sistema de relações sociais na qual se insere o indivíduo. Ou seja, consiste no autoconhecimento diante das condições objetivas de vida. Ressaltamos que ambas compõem a personalidade (MARTINS, 2007).

Tendo isso em vista, iremos manter o uso do termo “identidade” quando os autores aos quais nos referimos o fizerem. Porém, a compreensão que temos acerca deste fenômeno psíquico é a acima mencionada.

Verifica-se, assim, que a centralidade do trabalho não se dá apenas na esfera econômica, como fonte de renda para a maioria da população, mas também na esfera psíquica (NAVARRO; PADILHA, 2007). Como atividade principal do gênero humano, ela engendra processos de formação da personalidade e da consciência, bem como desperta emoções e sentimentos. Além de ser a atividade em torno da qual se organizam todas as outras atividades dos indivíduos, bem como espaço no qual se desenvolvem diversas e significativas relações interpessoais (CHAHAD; CHAHAD, 2005).

Ainda assim, por muito tempo o trabalho não era considerado como aspecto significativo na vida das pessoas, bem como não era visto como fato importante para a constituição de sofrimento psíquico. Os problemas neste campo eram explicados geralmente por aspectos orgânicos, herança genética, história familiar e de vida dos indivíduos. Ainda hoje, muitos profissionais da área da saúde não concebem a relação existente entre trabalho e saúde mental. Contudo, o indivíduo que ingressa no mundo do trabalho, organiza sua vida em função das exigências que o trabalho lhe faz e deixa no emprego a maior parte de suas melhores horas do dia, durante a maior parte de sua vida (BORSOI, 2007).

Para além disso, é o trabalho que determina os contextos sociais que conformam os diferentes modos de vida, o que reforça a relevância do estudo dos processos de apropriação e transformação da natureza para a compreensão da produção social do nexó biopsíquico humano.

Mencionamos anteriormente a existência de cargas de trabalho, as quais, ao atuarem umas com as outras e com os corpos dos trabalhadores, produzem desgaste. Mesmo as cargas físicas, químicas, mecânicas e biológicas, que, lembremos, possuem materialidade externa ao corpo, podem ter efeitos psíquicos nos trabalhadores a elas submetidas, como afirma Seligmann-Silva (2011) ao se referir a questões como ruído, calor, poeira, vibrações, gases, ventilação e luminosidade.

Além destas condições do “ambiente de trabalho”, devem ser consideradas também as questões relacionadas à gestão do trabalho, a qual, na forma como está organizada hoje (a partir dos procedimentos da acumulação flexível), pode impactar significativamente na saúde dos trabalhadores. Para Seligmann-Silva (2011), as diretrizes de trabalho para a máxima produtividade, o alcance de metas, as exigências decorrentes de cada atividade específica, como esforços físicos ou cognitivos, podem resultar em quadros expressivos de desgaste.

Por exemplo, é bastante previsível que o cansaço seja maior quando o trabalho requer uma concentração de atenção por períodos prolongados. Ou quando um número de cálculos matemáticos deva ser desenvolvido em períodos sucessivos, sob certa pressão de tempo. Ou, ainda, quando raciocínios e decisões precisem ser assumidos, rápida e continuamente, acompanhados por movimentos como apertar botões, acionar alavancas, etc (SELIGMANN-SILVA, 2011, p. 264).

Também são características marcantes da gestão do trabalho a exacerbação do controle e a instrumentalização do medo de demissão, as quais se convertem em intensificação do trabalho, segundo Franco, Druck e Seligmann-Silva (2010). Seligmann-Silva (não publicado) ainda pontua que trabalhos realizados sob pressões de tempo geralmente suscitam demasiada ansiedade, a qual é ainda maior em atividades que exijam atenção constante a riscos em tarefas em que haja perigo de se acidentar e pouca (ou nenhuma) segurança.

Malaguty (2013) aponta que, como consequência das novas formas de gestão do trabalho, procedeu-se ao aumento das cargas psíquicas, tais como a

pressão advinda do estabelecimento de metas, ou mesmo dos próprios colegas de trabalho; a “internalização”, por parte dos trabalhadores, das regras da empresa; a exigência de alta produtividade e a atenção permanente que dela decorre; a concentração exigida pelo aumento do número de máquinas que o indivíduo deve operar; os altos ritmos de trabalho, nos quais se eliminam quaisquer períodos de suposta “improdutividade”²⁷ (momentos relacionados ao descanso do trabalhador). Paralelamente, ocorre a acentuação das subcargas psíquicas referentes à impossibilidade de desenvolvimento das capacidades psíquicas, tal como se observa na subordinação dos indivíduos aos movimentos das máquinas e na ausência de planejamento das ações (estas são reguladas pela demanda e pelas tecnologias aplicadas à produção).

Com relação à subordinação dos trabalhadores às máquinas, vimos que o processo de trabalho é controlado pelo capital, para que este possa extrair maiores quantidades de mais-valia, da onde retira seu lucro. Depreende-se, então, que os trabalhadores não possuem controle sobre suas ações no processo de produção, o que pode ter consequências significativas para a saúde mental.

Aronsson (1989) estudou como o controle que os indivíduos possuem nas situações de trabalho afeta sua saúde e verificou que, quando há pouco ou nenhum controle sobre o processo de trabalho, os indivíduos apresentam desmotivação. Isto é, não esperam que suas ações surtam o efeito esperado e, portanto, tendem a não agir ou tentar modificar a situação que se apresenta. O efeito cognitivo deste quadro é a dificuldade dos indivíduos em enxergarem a relação entre suas ações e eventos subsequentes, resultando em uma concepção de que o mundo existe independente de suas ações. Mesmo que as ações afetem a realidade à sua volta, tendem a associar estas mudanças à sorte, destino, etc. Este sentimento de impotência dificulta a motivação à ação. Como consequências emocionais da falta de controle o autor aponta, como primeira reação, a ansiedade e o medo. Caso esta circunstância persista, pode dar lugar à depressão ou somatizações.

²⁷ Como vimos, o processo de trabalho é simultaneamente produção e consumo: produção de alguma mercadoria (valor de uso e valor) e consumo da força de trabalho. Os momentos do processo de trabalho considerados pelo capital como improdutivos (pausas, descansos etc.) são improdutivos de mercadorias e, conseqüentemente, de lucro. Mas são, simultaneamente, momentos de não-consumo da força de trabalho. Esses períodos não são, portanto, improdutivos, visto que representam espaços importantes de re-produção da força de trabalho, de restauração dos trabalhadores.

O desgaste gerado no processo de trabalho se manifesta física e/ou psicologicamente de diversas formas. De acordo com Seligmann-Silva (2011), as manifestações mais comuns são: a fadiga, sentida pelos trabalhadores como cansaço e irritabilidade, expressando-se também em desânimo e descontrole; os distúrbios do sono, cuja acentuação, segunda a autora, contribui para o agravamento da fadiga patológica e o surgimento de quadros psicopatológicos; o desencadeamento de crises (psicóticas, epilépticas, de agitação psicomotora, etc.), causadas principalmente por situações de aumento extremo da jornada de trabalho (prolongamento da jornada, supressão de folgas, dobras de turno)²⁸ e pela intensificação do ritmo de produção; os acidentes de trabalho²⁹; e os transtornos mentais (incluindo-se, aí, a depressão).

Segundo Franco, Druck e Seligmann-Silva (2010), muitos dos regimes de trabalho atuais, principalmente no que se refere aos ritmos e à intensidade, estão em contradição com os biorritmos dos indivíduos, o que resulta em adoecimentos³⁰. Um exemplo claro disso é o caso da Lesão por Esforço Repetitivo, agravo que acomete muitos indivíduos atualmente. Os transtornos do ciclo vigília-sono são comuns em trabalhadores em regimes de turnos alternados ou trabalho noturno. Hipertensão arterial e doenças coronarianas têm sido associadas em estudos epidemiológicos à pressão temporal em profissionais submetidos ao estresse excessivo. Quadros de fadiga patológica e o Esgotamento Profissional (Síndrome de *Burnout*) também são exemplos da incompatibilidade entre o trabalho e a capacidade biopsíquica humana. A depressão inclui-se neste contexto, podendo ter sua gênese em processos de trabalho altamente penosos e produtores de sofrimento (FRANCO; DRUCK; SELIGMANN-SILVA, 2010).

²⁸ Seligmann-Silva (2011) verificou em seus estudos que em vários casos de crises mentais agudas os sintomas foram desencadeados em períodos em que os trabalhadores estavam submetidos e jornadas prolongadas de trabalho.

²⁹ O desgaste gerado no trabalho pode prejudicar a atenção, memória, raciocínio e a capacidade de tomar decisões rapidamente em situações emergenciais, o que pode contribuir para ocasionar acidentes. Os próprios acidentes podem originar, direta ou indiretamente, transtornos mentais, devido aos desdobramentos das perdas e constrangimentos vivenciados após o acidente. São mais comuns os quadros de reação aguda ao estresse, quadros dissociativos, episódios depressivos, transtorno de estresse pós-traumático, quadros psicóticos e de dependência de substâncias psicoativas (SELIGMANN-SILVA, 2011).

³⁰ O que as autoras entendem como incongruência entre o trabalho e os biorritmos individuais, nós compreendemos como cargas de trabalho incidindo no nexos biopsíquico de forma a desgastá-lo. Referimo-nos aqui à questão acerca das exigências que a produção capitalista tem feito aos corpos humanos e ao fato de que tudo o que não se adéqua a estas exigências é considerado patologia, conforme explicamos anteriormente.

Para compreender como o trabalho pode produzir quadros depressivos, Seligmann-Silva (2011) destaca os processos que suscitam frustração, perdas de sentido do trabalho, vivências de fracasso e autodesvalorização profissional. Segundo a autora, os quadros depressivos relacionados ao trabalho muitas vezes não se revelam de forma típica, isto é, com as manifestações mais evidentes de tristeza e desânimo; mas sim de formas mais sutis, como mediante expressões somáticas de mal-estar e doenças, acidentes de trabalho, ingestão excessiva de álcool ou pelo fenômeno do absenteísmo (reiteradas faltas ao trabalho).

Devemos destacar que este tipo de análise não pode ser dissociado das condições sociais que o produzem, isto é, não basta identificar nos processos de trabalho os elementos que podem se relacionar ao surgimento de quadros depressivos sem que se considere que tais processos são determinados pelo modo de produção capitalista. Conforme aponta Malaguty (2013, p. 119):

Entendendo a importância do trabalho para a construção do psiquismo e do ser humano como gênero, a análise do sofrimento pelo trabalho deve ir além de pensar somente que aspectos do 'local' de trabalho produzem sofrimento. O trabalho é entendido como estruturado a partir de um dado modo de produção e por isso estruturante de todos os modos de vida. E, ainda, como a atividade do trabalhador para sua própria sobrevivência, por meio da venda da sua força de trabalho. E é nesses aspectos entrelaçados que deve ser compreendido.

Contudo, esta é uma tarefa difícil, especialmente no que se refere ao campo da Saúde do Trabalhador, o qual se propõe a identificar nos processos de trabalho aspectos que prejudicam a saúde dos trabalhadores (o que, de acordo com a citação acima, é insuficiente). Para Borsoi (2007), se é difícil estabelecer o chamado "nexo causal" entre trabalho e adoecimento, no campo da saúde mental a dificuldade é ainda maior, porquanto o adoecimento psíquico não possui caráter palpável e é menos visível que problemas de saúde que atingem diretamente o corpo. O estabelecimento do nexos depara-se ainda com a dificuldade em conceituar saúde, adoecimento mental e sofrimento psíquico. Sato e Bernardo (2005) afirmam que outra dificuldade em associar problemas de saúde mental com o processo de trabalho reside na lógica positivista hegemônica e na visão de que a gênese destes problemas encontra-se na esfera intra-individual.

Ainda hoje a área da saúde está permeada por profissionais que questionam a relação entre saúde mental e trabalho e o fato de que os processos de trabalho

possam ocasionar sofrimento e adoecimento psíquico. Para Paparelli, Sato e Oliveira (2011), este posicionamento é motivado por, pelo menos, duas compreensões distintas acerca da relação saúde-doença e trabalho: a primeira defende que a causa última para o adoecimento de trabalhadores deve ser identificada no indivíduo, em suas características fisiológicas, psíquicas, sociais e em seu contexto de vida; já a segunda refere-se à naturalização da ideia de que o trabalho produz sofrimento e que este quadro não pode ser mudado, pois é uma determinação inquestionável e intransponível.

Além disso, muitas vezes o próprio indivíduo não consegue identificar seu sofrimento como sendo da ordem psíquica. E mesmo que o perceba como tal, o indivíduo pode não procurar ajuda ou, quando o faz, não associa seu sofrimento ao trabalho. Seligmann-Silva (não publicado) ainda aponta o fenômeno do presenteísmo, no qual muitos trabalhadores, mesmo adoecidos, permanecem trabalhando em virtude do medo de perder o emprego. Como consequência, tem-se o agravamento dos quadros clínicos e a associação de outros agravos. Este quadro dificulta ainda mais a visibilidade do sofrimento e adoecimento psíquicos relacionados ao trabalho.

Há, ainda, outro ponto a se considerar. Dada a lógica da produtividade que é disseminada nos ambientes de trabalho, adoecer devido aos processos de trabalho passa a ser visto como fraqueza inadmissível, fato que leva muitos trabalhadores a esconderem seus sintomas de adoecimento e se forçarem a trabalhar para além de seus limites biopsíquicos. E pode evitar ou protelar a busca de ajuda por parte do trabalhador que vivencia mal-estares e sofrimentos relacionados ao trabalho (SELIGMANN-SILVA, não publicado).

Por fim, muitos trabalhadores apenas buscam assistência de serviços de saúde quando são acometidos de problemas físicos. Segundo Sato e Bernardo (2005), são raras as ocasiões em que a demanda inicial é o sofrimento psíquico; porém, após análise dos casos, por diversas vezes os sintomas psicológicos já estão existentes antes dos físicos e muitos trabalhadores associam ambos os sintomas às mesmas causas.

Com isso em vista, tem-se a configuração de um campo de trabalho e estudos que enfrenta diversos problemas, tanto de ordem teórica quanto prática. Cabe, aqui, uma ressalva de grande importância. Segundo Malaguty (2013), o

campo dos estudos que procuram estabelecer relações entre o sofrimento psíquico e o trabalho é fortemente marcado pelo ecletismo e pela imprecisão teórica e metodológica, resultante da tentativa de combinação de diferentes conceitos de diversas teorias. Acresce-se a isso o fato de que, em geral, estes estudos fragmentam o psicológico em relação ao físico e biológico, recaindo em um dualismo entre mente e corpo próprio da tradição cartesiana. Utilizam-se teorias psicológicas para compreender somente o fenômeno do adoecimento psíquico em relação ao trabalho, tomando como objeto apenas a subjetividade, não a totalidade do trabalhador, como se fosse possível a separação entre os elementos do processo de trabalho que causam problemas psicológicos e aqueles que resultam em agravos físicos. Sendo assim, estes estudos revelam somente parte do problema. Grande parte das teorias, ainda, analisa os aspectos causadores de sofrimento, sem, no entanto, considerar as condições materiais que lhes dão origem. Isto é, citam elementos do processo produtivo que podem ter implicações psicológicas importantes aos trabalhadores, contudo não explicitam o modo de produção que os possibilita e que, inclusive, incentiva tais práticas. Por exemplo, mencionam o fenômeno do assédio moral, ou as metas dificilmente alcançáveis que são estabelecidas, sem trazer à discussão a extração da mais-valia e o lucro capitalista. Com isso, analisam os fenômenos em sua aparência, não em sua essência.

Compreendemos que, ao realizar uma análise da aparência do fenômeno, essas teorias recaem em erros teóricos que podem ter como consequências práticas (que elas mesmas criticam) a culpabilização do indivíduo trabalhador e a constatação de que mudanças nos processos de trabalho dentro do capitalismo podem trazer saúde e satisfação aos trabalhadores, já que o problema é só a *forma* de organização do trabalho. Nesse sentido, estas teorias podem ser consideradas ideológicas (MALAGUTY, 2013, p. 35-36, grifo da autora).

Contudo, não devemos desconsiderar as contribuições dos estudos amparados por essas teorias para o entendimento das condições de adoecimento relacionadas ao trabalho, principalmente devido à importância dos dados empíricos que produzem/sistemizam.

Nossa concepção, amparada pela medicina social latino-americana e epidemiologia crítica, pressupõe o oposto. Primeiramente, consideramos o indivíduo como constituído por um nexos biopsíquico, como vimos anteriormente, o que significa afirmar que não há efetiva fragmentação entre os aspectos biológicos e

psíquicos humanos, mas sim relação dialética de mútua influência. Da mesma maneira, sendo este nexos determinado socialmente, não há separação entre o biopsíquico e o social, ambos fazem parte do processo saúde-doença (em que pese, lembremos, o social encontra-se em posição hierárquica superior, dada sua capacidade de subsumir a dimensão biológica). Sendo assim, por mais que consideremos as importantes contribuições dos trabalhos sobre saúde do trabalhador e saúde mental do trabalhador aqui utilizados como referências, devemos posicionar nosso estudo como pertencente a um outro enfoque acerca dos fenômenos de saúde-doença. Partimos da compreensão de que as formas de produção capitalistas, inclusive a partir da reestruturação produtiva, geram cargas psíquicas significativas, que se relacionam à produção de sofrimento e, conseqüentemente, à depressão.

Importante ressaltar que o processo de desgaste a que estão submetidos os trabalhadores pode gerar sofrimento e/ou adoecimento, conforme as diferentes cargas envolvidas e as formas como estas se relacionam entre si. Isto é, alguns processos podem ser destrutivos a ponto de produzirem sofrimento intenso, enquanto outros podem elevar este sofrimento a um patamar de adoecimento. Sofrimento e adoecimento psíquicos são processos diferentes (ainda que partes de uma mesma totalidade) e ambos serão abordados de certa forma neste trabalho.

Para auxiliar na compreensão da forma como ocorre este processo, utilizaremos como ferramenta a matriz de processos críticos, como já mencionado. Tendo em vista que o objetivo deste trabalho é identificar no modo de produção a possível constituição de estados depressivos nos indivíduos, iremos nos focar nos domínios geral e individual da matriz. O domínio particular será específico a cada grupo social, categoria profissional e até mesmo local de trabalho, o que impede a construção de uma matriz que abarque todas essas condições. Já o domínio geral, diz respeito à sociedade como um todo, sendo possível, então, identificar os processos a ele correspondentes.

No eixo das dimensões, damos maior destaque à vida produtiva, por compreender o trabalho como princípio constituidor da vida social e do modo de produção. Como vimos, é a partir dele que se estabelecem as relações sociais e o conjunto da superestrutura, do mesmo modo que o trabalho (e, mais especificamente, a forma como ele ocorre em uma sociedade) determina condições

de vida e de reprodução social. Iremos identificar, então, os processos críticos relacionados ao trabalho na sociedade capitalista (com ênfase aos processos de trabalho introduzidos a partir da reestruturação produtiva) e que correspondem ao domínio geral. Além disso, analisaremos as implicações desses processos sobre o âmbito individual, produzindo, entre outros aspectos o adoecimento mental.

Em seguida, nos deteremos na dimensão da vida de consumo e cotidiano, espaço em que abordaremos questões acerca da sociabilidade, relações sociais e vida privada dos indivíduos (para além do trabalho). Na dimensão da vida política incluem-se aspectos relacionados à organização política, às leis e direitos trabalhistas e à luta da classe trabalhadora contra a exploração. No momento posterior trataremos da vida ideológica, isto é, das ideias, valores e representações que são disseminadas na sociedade e, como vimos, podem ter duas perspectivas: podem disseminar uma percepção falseada da realidade, com vistas a legitimar a ordem social vigente, ou, por outro lado, podem explicitar os fundamentos dessa ordem, questionando-a e tensionando-a rumo a transformações mais ou menos profundas.

Por fim, trataremos da vida de relação com as condições naturais. A concepção de Breilh (2010a, 2010b) sobre esta dimensão não se refere a uma simples interação entre o ser humano e seu meio ecológico, mas diz respeito às relações que os homens estabelecem com a natureza ao produzirem suas vidas. Isto é, o gênero humano desenvolve um intercâmbio com a natureza que é tanto material, quanto social e, portanto, não é puramente natural ou biológico, mas mediado por relações sociais. Estas, ao determinarem os modos de vida da sociedade, determinam também as formas de construção dos espaços sociais e naturais e a construção de padrões de desenvolvimento da vida humana nestes espaços. No modo de produção capitalista, as relações sociais de antagonismo e o caráter da produção resultam em que esta relação com a natureza seja voltada à produção de lucro, o que tem consequências ecológicas significativas.

Neste trabalho, na dimensão da vida de relação com as condições naturais, tomaremos a categoria central de Breilh (2010a, 2010b), o espaço, em uma concepção que se estende a um contexto mais amplo do que apenas as relações naturais.

Passemos, então, à análise dos processos críticos relacionados à produção da depressão.

6.1.1 A extração de mais-valia e a exploração da força de trabalho

O primeiro processo crítico, e talvez um dos mais significativos na análise do desgaste gerado no processo produtivo, é a extração de mais-valia, o objetivo principal da produção capitalista. Vimos que esta extração significa, na realidade, a exploração da força de trabalho. Visando extrair taxas crescentes de mais-valia, justifica-se a intensificação cada vez maior do trabalho, mediante ritmos mais intensos de produção. Como consequência, tem-se maior grau de desgaste para os trabalhadores. Segundo Seligmann-Silva (2011), os ritmos frenéticos de trabalho, as pressões de tempo e tensões provocadas pela gestão geram ansiedade nos trabalhadores. Os resultados dos estudos da autora atestam que a intensificação do ritmo de trabalho é considerada pelos trabalhadores como um dos principais fatores na produção do cansaço e suas complicações sobre a saúde mental.

Vimos anteriormente que uma das características dos processos de trabalho sob a reestruturação produtiva é o preenchimento quase total dos poros do processo de trabalho por atividades produtivas e a eliminação do tempo supostamente “improdutivo”, incluindo-se aí as pausas para descanso e folgas, as quais possibilitam a recuperação da capacidade biopsíquica dos trabalhadores e, quando não ocorrem suficientemente, podem exacerbar seu desgaste. Segundo Franco, Druck e Seligmann-Silva (2010), os impedimentos de repouso e recuperação do cansaço geram medo, ansiedade e irritabilidade, frente à percepção da própria queda de desempenho podem originar, ainda, autodesvalorização e vivências de fracasso.

6.1.2 A mudança na composição orgânica do capital

Vimos também que vem ocorrendo uma modificação na composição orgânica do capital, que corresponde ao aumento do capital constante (trabalho morto) em relação ao capital variável (trabalho vivo), decorrente do desenvolvimento tecnológico. Esse processo, sob relações de produção capitalistas, apresenta

implicações contraditórias. Por um lado, é esse maior emprego de tecnologia, e o menor emprego relativo de trabalhadores, que gera o aumento de produtividade e a conseqüente diminuição do valor unitário das mercadorias, dado que o valor depende da quantidade de trabalho. Isso possibilita o aumento do acesso às mercadorias pelo conjunto da classe trabalhadora, mesmo que o salário real se mantenha sem aumento significativo, ou mesmo tenha redução. Esse fato pode ter implicações positivas sobre a saúde. Por outro lado, o incremento tecnológico da produção sob relações capitalistas não implica a redução da jornada de trabalho, mas seu contrário: a ampliação da jornada e intensificação do trabalho. Isso cria um cenário que, à primeira vista, pareceria ilógico. O contexto em que menos trabalho vivo é necessário, ao invés de representar uma redução média da jornada, representa de fato um fenômeno duplo: a manutenção ou, o que é muito comum, a ampliação de jornada para os trabalhadores empregados; e o desemprego para os demais. Na prática, isso se expressa em contingentes menores de trabalhadores sendo atraídos à produção, paralelamente à repulsa de trabalhadores que já estavam inseridos no mercado de trabalho. Isto é, ocorre a diminuição da demanda de trabalho e, como conseqüência, a criação da superpopulação relativa.

Este fato produz implicações significativas na saúde dos indivíduos. Primeiramente, porque gera um quadro de miséria e pauperismo, como vimos. A vulnerabilidade socioeconômica submete as pessoas a condições precárias de saúde, tanto no que se refere a questões alimentares, habitacionais, de saneamento, por exemplo, quanto ao acesso à informação e serviços de saúde.

Segundo Seligmann-Silva (2011) existem, hoje, poucos estudos voltados aos contextos de pobreza no que tange aos transtornos mentais relacionados ao trabalho. Para a autora, em contextos em que predominam trabalhadores pobres e de pouca escolaridade, estas duas condições determinam uma maior vulnerabilidade ao adoecimento advindo do trabalho precarizado, tanto no que se refere a questões orgânicas (como, por exemplo, deficiências nutricionais), como pela falta de acesso ao conhecimento e a instâncias de suporte social.

A precariedade das condições de vida também pode afetar o componente da reprodução ao dificultar a recuperação das capacidades biopsíquicas. Seligmann-Silva (2011) verificou inter-relações entre a fadiga apresentada por trabalhadores industriais e aspectos decorrentes da situação de trabalho e das condições gerais de

vida. Estas condições estão relacionadas ao trabalho e à capacidade destas em minimizar seus efeitos negativos. Por exemplo, para a autora, contribuem para a constituição do quadro de fadiga: questões de moradia, que, muitas vezes, não possibilita ao trabalhador descanso adequado; distância entre local de trabalho e residência, bem como transporte, o que, sob condições precárias, pode exacerbar a exaustão; e nível salarial, o qual, segundo a autora, é condição crucial para garantir a recuperação do cansaço e uma qualidade de vida capaz de neutralizar impactos psicossociais negativos do trabalho.

O exército industrial de reserva ainda exerce forte pressão sobre os trabalhadores empregados, fazendo com que se submetam a condições extremamente precárias de trabalho, devido ao medo de desemprego. Tal quadro reproduz cada vez mais um contexto de trabalho que gera altos níveis de desgaste ao nexo biopsíquico humano (LEÓN; IGUTI, 1999) e, conforme pontua Seligmann-Silva (2011), prolonga as circunstâncias desgastantes até o esgotamento ou adoecimento.

Anteriormente explicamos que a mudança na composição orgânica do capital, ao formar a superpopulação relativa, resulta em uma taxa de desemprego que é necessária ao capital e, portanto, ineliminável. Conforme pontua Wickert (1999), na sociedade capitalista os indivíduos passam a ser valorados conforme sua participação no processo de produção, isto é, eles devem ser produtivos para serem reconhecidos e só serão merecedores de respeito se desempenharem funções necessárias ao capitalismo. No mesmo sentido, Chahad e Chahad (2005) defendem que o trabalho, por ser muito valorizado nesta sociedade³¹, é visto como fonte de dignidade e honestidade. Sendo assim, o desemprego pode originar sentimentos de culpa, constrangimento, desesperança e perda de controle; o indivíduo pode não se sentir reconhecido socialmente. Este quadro pode resultar em forte sofrimento psíquico, podendo chegar a sintomas depressivos de ansiedade.

Segundo Caldana e Figueiredo (2002), a situação de desemprego estigmatiza e culpabiliza o sujeito, o qual é marcado com o sinal da incompetência, visto como fracasso. Este quadro pode interferir na saúde física e mental dos trabalhadores, bem como em seus relacionamentos pessoais.

³¹ Lembremos que esta valoração positiva do trabalho decorre do fato de ser ele a fonte de extração da mais-valia e, conseqüentemente, dos lucros capitalistas.

Além do sentimento de perda decisão sobre a própria vida, por se tornarem dependentes de outros indivíduos para a satisfação de suas necessidades básicas, os indivíduos em situação de desemprego geralmente relatam perdas também no convívio social, bem como mencionam sentimentos de desespero, perda de esperança, desamparo, tristeza, revolta e desorientação. A situação de desemprego é, no geral, sentida como uma experiência negativa e geradora de sofrimento excessivo (TUMOLO; TUMOLO, 2004).

Aos desempregados, são comuns sentimentos de vergonha, desânimo, tristeza pelas perdas, raiva, revolta, injustiça, insegurança e autodesvalorização, bem como uma sensação de instabilidade, inclusive por parte dos trabalhadores inseridos no mercado de trabalho formal (SELIGMANN-SILVA, 2011; não publicado; BERNARDO; NOGUEIRA; BÜLL, 2011).

Este quadro tem como uma de suas consequências subjetivas o processo de isolamento social, o qual, para Seligmann-Silva (2011), é marcado duas ordens de fenômenos. A primeira diz respeito à privação material, aprofundada pela perda ou redução extrema de rendimentos, quando, por exemplo, faltam ao indivíduo condições financeiras para participar de espaços sociais (como não ter dinheiro para o transporte público ou roupas apropriadas para sair de casa). A segunda refere-se a fenômenos de ordem subjetiva e intersubjetiva que, segundo a autora, atingem a identidade e a saúde dos indivíduos.

Como consequências psicopatológicas do isolamento social durante o desemprego prolongado Seligmann-Silva (2011) aponta a depressão e o alcoolismo como as mais referidas na literatura. Fried (1966 apud SELIGMANN-SILVA, 2011) também constatou que durante crises econômicas observa-se considerável aumento dos índices de suicídio e taxas de transtornos mentais, além do crescimento de problemas psicossomáticos. Este autor verificou, ainda, uma maior ocorrência de hospitalizações psiquiátricas como consequência quase imediata à elevação dos níveis de desemprego e ao declínio da estabilidade econômica.

O estudo de Reeves, McKee e Stuckler (2014) verificou que depois da recessão de 2007 as taxas de suicídio aumentaram em quase todos os países da Europa. Segundo os autores, choques econômicos podem piorar a saúde mental e levar ao suicídio, principalmente devido ao desemprego (o suicídio é 2.5 vezes mais comum em desempregados) e ao endividamento.

Seligmann-Silva (2011) cita ainda outros estudos que corroboram a afirmação de que há a sobremortalidade de desempregados, na forma de suicídio, bem como atestam a existência de correlação positiva entre a incidência das tentativas de suicídio e a magnitude do desemprego³².

É importante compreender os resultados destas pesquisas no contexto sócio-cultural em que se inserem, para não recairmos no erro de inadvertidamente depositar nas condições de trabalho e no desemprego a causa de sofrimento e adoecimento psíquico, sem apreendê-las dentro do modo de produção em que se reproduzem. Se é certo que o trabalho nesta sociedade tem causado altas taxas de sofrimento e adoecimento, é também certo que isto ocorre devido à forma como se organizam os processos de trabalho, o que é determinado pelo modo de produção capitalista. O capitalismo determina as condições de vida em que se inserem o trabalho e a forma como este é organizado (visando ao lucro e ao aumento da extração da mais-valia), bem como determina a desigualdade social e a pobreza, ao expropriar dos trabalhadores os meios de produção. Em síntese, é necessária a análise da totalidade para que não vejamos a relação entre trabalho e sofrimento/adoecimento como uma relação mecânica, de causa-efeito, mas sim compreendê-la de forma dialética, estreitamente ligada ao modo de produção e à forma como se organiza a sociedade.

6.1.3 A “captura da subjetividade” e a interiorização do controle

A crise do capital na década de 1970 incitou, segundo Alves (2011), uma série de transformações sócio-históricas, as quais envolveram diversas esferas do ser social. Como vimos, a reestruturação produtiva surge a partir da necessidade do capital de enfrentar as condições críticas de seu desenvolvimento, instaladas devido à crise do capital. Para o autor, a acumulação flexível consiste em novo impulso à produção capitalista, compondo, simultaneamente, uma nova base tecnológica, organizacional e sociometabólica para a exploração da força de trabalho. É uma

³² Um dos casos mais conhecidos da atualidade é o da empresa francesa France Télécom, onde um total de 60 trabalhadores cometeram suicídio, em um período de 3 anos. São apontadas como principais causas a grande quantidade de demissões e as reestruturações no processo de trabalho (RADIO FRANCE INTERNATIONALE, 2016).

nova ofensiva do capital³³ nas várias instâncias do ser social, com vistas a constituir novo controle sociometabólico do capital adequado às condições de sua crise.

Em que pese a lógica toyotista trate da gestão da produção, tem como parte essencial a gestão do trabalho vivo, implicando em aumento da taxa de exploração da força de trabalho. Na realidade, segundo Alves (2011), tanto o fordismo-taylorismo, como o toyotismo estariam preocupados com o controle do elemento subjetivo na produção, buscando utilizar 'cientificamente' o trabalho vivo.

Apesar de o toyotismo pertencer à mesma lógica de racionalização do trabalho, o que implica considera-lo uma 'continuidade' com respeito ao taylorismo-fordismo, ele tenderia, nesse caso, a surgir como um controle de novo tipo do elemento subjetivo da produção capitalista que estaria posto no interior de uma 'nova subsunção real do trabalho ao capital'. No tocante ao controle do elemento subjetivo, o toyotismo seria um taylorismo às avessas. Ele buscaria restaurar o que o Taylor rompeu [...] (ALVES, 2011, p. 62).

Isso porque o toyotismo exige, ao contrário do fordismo-taylorismo, trabalhadores capazes de intervir no processo de produção, inclusive (e em especial) intelectualmente, instaurando, simultaneamente, o processo de "captura" da subjetividade. Para o autor, então, o toyotismo expõe a necessidade de constituição de um novo nexos psicofísico, a unidade orgânica entre ação e pensamento no local de trabalho.

Sendo assim, Alves (2011) afirma que uma dimensão essencial do toyotismo é a imprescindibilidade do "engajamento" dos trabalhadores na produção, mobilizando sua subjetividade também, não somente seu corpo. É mediante este engajamento que se opera a "captura da subjetividade", termo utilizado pelo autor para se referir ao envolvimento subjetivo que requer o toyotismo. E é a partir do engajamento que o capital se apropria do "saber-fazer" dos trabalhadores, com vistas a aprimorar o processo de produção. A "captura"³⁴ da subjetividade seria, para

³³ Alves (2011) explica que, a rigor, a ofensiva do capital sobre o trabalho assalariado é intrínseca à lógica da valorização, de modo que seria uma tautologia discorrer sobre este embate entre capital e trabalho. Ainda assim, o autor tem utilizado o termo "ofensiva do capital" para se referir mais especificamente ao nexos essencial da acumulação flexível e às tendências políticas e sociais de desenvolvimento do capitalismo nesta fase de sua acumulação.

³⁴ O autor explica o uso do termo "captura da subjetividade" e das aspas em torno dele: "É importante destacar que, ao dizermos "captura" da subjetividade, colocamos "captura" entre aspas para salientar o caráter problemático da operação de captura, ou seja, a captura *não* ocorre, *de fato*, como o termo poderia supor. Estamos lidando com uma operação de produção de consentimento ou unidade orgânica entre pensamento e ação que *não* se desenvolve de modo perene, sem resistências e lutas cotidianas. Enfim, o processo de "captura" da subjetividade do trabalho vivo é um processo intrinsecamente contraditório e densamente complexo, que articula mecanismos de

Alves (2011), a conformação de uma nova subjetividade, uma implicação subjetiva intensa e persistente que é requerida pela produção.

O autor explica que a nova base técnica da produção capitalista, isto é, as novas tecnologias, exigem uma nova disposição subjetiva dos trabalhadores, um novo tipo de envolvimento operário, uma nova subordinação formal-intelectual do trabalho ao capital. Dos trabalhadores, requer-se uma mudança de atitude frente ao processo produtivo, a adoção de uma nova cultura e nova visão de mudança baseada na inevitabilidade das transformações em curso. O trabalhador é instigado a pensar, porém segundo a racionalidade instrumental do capital. “Incentivam-se habilidades cognitivas-comportamentais pró-ativas e propositivas no sentido adaptativo aos constrangimentos sistêmicos” (ALVES, 2011, p. 65).

O que se procura “capturar”, no toyotismo, não é apenas o “fazer” e o “saber” do trabalhador, mas sua disposição intelectual-afetiva, constituída para cooperar com a lógica da valorização. Busca-se mobilizar conhecimentos, capacidades, atitudes e valores dos trabalhadores, para que estes possam se adaptar aos novos dispositivos organizacionais do toyotismo e intervir no processo de produção de modo favorável à acumulação capitalista. Segundo o discurso toyotista, o local de trabalho deve se tornar um espaço de aprendizagem contínua, que requer das equipes de trabalho inteligência instrumental e atitude pró-ativa na resolução de problemas (ALVES, 2011).

Em meio a isso, ocorre uma sutil mudança de identificação: se no fordismo/taylorismo ela ocorria entre os trabalhadores, no toyotismo há a identificação do trabalhador com a empresa, em um processo que é corriqueiramente chamado de “vestir a camisa” (SOUZA, 2006, 2009). Para a autora, não basta vender apenas sua força de trabalho, deve-se vender também sua “alma”.

Teixeira (1998 apud ALVES, 2011) sintetiza as mudanças ocorridas a partir do toyotismo como perda de importância das habilidades manuais em favor de habilidades cognitivas, tais como leitura e interpretação de dados, lógica funcional e sistêmica, abstração, dedução, expressão oral, escrita e visual; e habilidades comportamentais, como responsabilidade, lealdade, comprometimento, capacidade de argumentação, de trabalho em equipe, iniciativa, autonomia e habilidade para negociação.

coerção/consentimento e de manipulação, não apenas no local de trabalho, [...] mas nas instâncias socio-reprodutivas [...]” (ALVES, 2011, p. 114, grifos do autor).

Neste contexto, o controle da força de trabalho ocorre mediante estratégias de ressocialização e aculturação pela conformação das subjetividades à lógica do capital. Para tanto, o toyotismo utiliza-se de práticas como: ênfase na identificação dos interesses dos trabalhadores, constituição de uma “comunidade social de colaboradores”, autogestão pela internalização da disciplina, controle exercido sobre os trabalhadores por seus próprios colegas no trabalho em equipe e sobrevalorização de aspectos atitudinais (DELUIZ, 2001 apud ALVES, 2011).

Segundo Antunes (1995 apud ALVES, 2011), a sujeição do indivíduo no toyotismo é qualitativamente distinta daquela da era fordista-taylorista. A toyotista é mais consensual, envolvente, participativa e, em realidade, manipulatória. Na lógica toyotista, o trabalhador deve pensar e agir para o capital, para a produtividade, o que (falsamente) aparenta eliminar o distanciamento entre elaboração e execução do processo de trabalho. Isto é, opera-se a “[...] constituição de um novo nexo psicofísico capaz de moldar e direcionar ação e pensamento de operários e empregados em conformidade com a racionalização da produção” (ALVES, 2011, p. 111).

Deve-se ter em conta, ainda, que a gestão do trabalho que invoca a participação do trabalhador e apela à sua subjetividade para envolvê-lo no processo de trabalho, faz com que os indivíduos associem seu sucesso ao sucesso da empresa e transfiram a ela funções significativas na conformação de suas identidades e autoestima (ALVES, 2011). A repressão ocorre por meio da internalização de regras, com a utilização das emoções dos trabalhadores pelo capital, constituindo, assim, um processo de cooperação/cooptação, de envolvimento manipulatório (SOUZA, 2006, 2009).

Dessa forma, afirma Alves (2011), o capitalismo é capaz de mobilizar, intensa e profundamente, a subjetividade, contribuindo inclusive para a epidemia de doenças psicossomáticas, como o estresse e a depressão.

Nos estudos de Seligmann-Silva (2011), a mesma pôde identificar duas maneiras pelas quais as empresas obtêm a submissão de seus empregados. A primeira, característica de formas pretéritas de gestão do trabalho (como fordismo-taylorismo, os quais, lembremos, não foram extintos), é o que a autora chama de repressão explícita. Consiste na presença de indivíduos encarregados da ordem disciplinar, em que a constituição de sentimentos de medo ocupa papel central.

Há, por outro lado, a dominação sutil, mais “civilizada”, conforme a autora. Trata-se da manipulação de sentimentos como afeto, gratidão, culpa, e da instrumentalização de valores, como obediência aos superiores e lealdade aos chefes e à empresa. A dominação sutil também pode ocorrer sob o discurso da eficiência, eficácia e ordem, sendo que as regras são estabelecidas em nome de uma racionalidade organizacional. O medo, aqui, não é o mesmo da violência da dominação explícita, é o medo de perder prestígio e oportunidades de progredir na carreira, ser excluído e discriminado por produzir menos, ser culpado por sofrer acidente de trabalho e ser considerado elemento fraco e pouco produtivo. O sentimento de insegurança referente à manutenção do emprego também pode ser instrumentalizado nesta forma de dominação. “Os afetos e desejos são direcionados para o cumprimento de objetivos da empresa através de um planejamento cuidadoso, em que estratégias para a criação e o manejo de uma ‘cultura da Organização’ merecem atenção especial” (SELIGMANN-SILVA, 2011, p. 268).

Para Lima (1995), os dispositivos utilizados para controle da força de trabalho são muitas vezes implícitos, como, por exemplo, a pressão exercida pelos colegas, a existência de princípios que devem ser por todos compartilhados, a exigência de precisão e flexibilidade, a redução de divisões, que facilita maior controle, entre outros.

Pode ocorrer, ainda, a submissão mediante benefícios ofertados, os quais geram sentimentos de dependência do trabalhador em relação à empresa. “A dependência é assim criada por um emaranhado de laços, que, cada vez mais fortemente, prendem e controlam o trabalhador, de forma permanente, mesmo durante as horas do não trabalho” (SELIGMANN-SILVA, 2011, p. 268-269).

A autora também afirma que seus estudos revelam a exploração dos sentimentos como uma das formas mais frequentes de dominação.

Na verdade, o controle se tornou ainda mais rigoroso e continuado – apenas passou a ser invisível, embutido na cultura da excelência, na organização do trabalho e em equipamentos sofisticados [...]. Mas o poder maior desse controle se dá pela sua *interiorização* na mente do assalariado. Essa *internalização* da dominação [...] se torna forte obstáculo à percepção da exploração sofrida e, por conseguinte, também, a qualquer iniciativa de resistência que se oponha à situação desgastante. Em outras palavras, o que sucede é que o controle intenso e permanente é como que absorvido, interiorizado na subjetividade do trabalhador que passa a ser o *controlador de si mesmo* (SELIGMANN-SILVA, 2011 p. 500, grifos da autora).

O que a autora se referiu como “cultura da excelência” consiste em um discurso direcionado à busca pela excelência, no qual oculta-se a exigência de dedicação total por parte dos trabalhadores. Para a autora, esta lógica possui implicações significativas sobre a saúde mental dos trabalhadores, constituindo-se em forma de violência e coerção:

Quando a empresa se torna a *dona* e o centro de sua vida, a percepção da fadiga e o temor de não conseguir manter a própria *excelência* significam horror e podem ser a véspera de um horror maior – perda de prestígio, *ser barrado* na competição interna ou até ser despedido. É também o momento em que deixa de receber estímulos sedutores para tornar-se alvo de ironias e de pressões portadoras de ameaças inicialmente veladas, mas que, em pouco tempo, se transformam em manifestações de uma violência psicológica mais explícita: zombaria, humilhação ou ameaça – de rebaixamento funcional ou de demissão. Depressões, esgotamento profissional (*burnout*) e outros agravos psíquicos e psicossomáticos têm emergido nesses percursos (SELIGMANN-SILVA, 2011, p. 495, grifos da autora).

A ideologia da excelência consiste, para a autora, na imposição de determinadas “culturas” como ferramenta de controle que visa à submissão dos indivíduos aos paradigmas organizacionais. Estes, então, assumem peso significativo na constituição de processos que conduzem ao adoecimento mental.

De acordo com Sato (2002), o discurso que requer o envolvimento dos trabalhadores e seu comprometimento com os objetivos da empresa é incompatível com a adoção de mecanismos de controle externos e, por isso, são utilizadas ferramentas de controle mais sutis, simbólicas.

Sendo assim, conforme Alves (2011), devido ao fato de que o toyotismo exige a mobilização da inteligência e iniciativa dos trabalhadores, os métodos coercitivos externos não são adequados, pois são insuficientes para constituir um novo nexos psicofísico. O “inspetor externo” característico das formas fordistas-tayloristas de produção, torna-se “inspetor interno”.

Isto é, conforme explica Souza (2006, 2009), o controle é exercido de cada um sobre si mesmo e sobre o outro. Para a autora, este quadro dificulta, apesar de não tornar impossível, as possibilidades de rompimento dos trabalhadores com as regras e formas de organização do trabalho, pois “não há como burlar aquilo que não se reconhece como controle, não há como burlar a autovigilância” (SOUZA, 2006, p. 94).

Segundo Sennet (2006), as empresas flexíveis tendem a fugir da figura de autoridade clássica e gestores procuram se comportar mais como “treinadores”, “facilitadores”, “mediadores” do processo de trabalho. Ao fazerem isso, eximem-se de responsabilidade e a colocam completamente sobre os trabalhadores.

6.1.4 O trabalho em equipe: competitividade e deterioração das relações de trabalho

Em seus estudos, Seligmann-Silva (2011) constatou que um dos aspectos apontados pelos trabalhadores como gerador de tensão no trabalho é a intensa competitividade existente entre os colegas de trabalho, a qual é estimulada pela gestão mediante a competição entre equipes de trabalho. Para Franco, Druck e Seligmann-Silva (2010) a maximização da competitividade exacerba o individualismo, o que tem implicações negativas importantes para a sociabilidade e a saúde mental, bem como engendra violência e leva os trabalhadores a não enxergarem seu próprio desgaste que é gerado no processo.

Sob estas circunstâncias, o ambiente de trabalho se torna mais agressivo e as relações de trabalho, mais difíceis, frias, distantes, permeadas pela individualidade e desconfiança (LEÓN; IGUTI, 1999). Como consequência, segundo as autoras, os trabalhadores podem apresentar quadros de sofrimento, podendo chegar a quadros depressivos. Para Barreto e Heloani (2015), fixa-se a indiferença ao sofrimento do outro, o isolamento dos indivíduos, a supressão da ajuda mútua, o rompimento dos laços afetivos, do espírito coletivo e do senso de comunidade.

Alves (2011) menciona que é importante ao toyotismo estimular o comprometimento dos trabalhadores pela pressão coletivamente exercida pela equipe. Trata-se, então, de uma forma de intensificação do trabalho. Esta forma de pressão, exercida pelos trabalhadores sob eles mesmos, pode gerar, segundo León e Iguti (1999), nervosismo, ansiedade, depressão, insegurança, perturbações no sono e sintomas psicossomáticos.

Como consequência deste quadro a perda de suportes sociais e afetivos, as perdas relacionais e perda de confiança, o que resulta em isolamento, podendo ter impactos significativos na saúde mental dos trabalhadores (FRANCO; DRUCK; SELIGMANN-SILVA, 2010).

Por outro lado, o incentivo ao trabalho em equipe, característica marcante das formas toyotistas de trabalho, resulta, segundo Sennet (2006), no estabelecimento de relações supérfluas, adequadas às constantes mudanças de equipes. Além de criar a ficção de que não há competidores entre os membros da equipe e de que chefes e trabalhadores não são antagônicos.

Por fim, em que pese pregue-se a participação de todos os trabalhadores (“colaboradores”) para o alcance das metas de produção, esta participação é falsa e suas formas “[...] escondem a dominação ao mesmo tempo que a fortalecem” (SELIGMANN-SILVA, 2011, p. 499). A ilusão da participação desmobiliza de forma importante os trabalhadores no que tange ao enfrentamento das condições precárias de trabalho.

6.1.5 O princípio da “polivalência” e multifuncionalidade

Um dos pontos essenciais das mudanças empreendidas pela reestruturação produtiva é o princípio da “polivalência”. Utilizamos o termo entre aspas por compreender, como veremos a seguir, que a “polivalência”, na realidade, se expressa mais como multifuncionalidade do que de fato a diversificação das atividades que o trabalhador desenvolve no processo produtivo.

Segundo Rodrigues (1998), reproduz-se a ideia de que as mudanças tecnológicas incorporadas ao processo de trabalho poderiam potencialmente

[...] livrar os trabalhadores de únicas e tarefas repetitivas pelo deslocamento das atividades do processo produtivo em si para aquelas tarefas de controle dos processos automatizados.

Dada a simplificação das tarefas mediadas pela máquina, pela uniformização dos processos de trabalho, o trabalhador teria a possibilidade de percorrer (isto é, de atuar, de trabalhar em) todas as etapas da produção. O desenvolvimento atual dos meios e instrumentos de produção demandaria a *polivalência* do trabalhador (RODRIGUES, 1998, p. 64, grifo nosso).

Para o autor, no entanto, esta “polivalência” refere-se ao conceito de homem unilateral, formado a partir das necessidades do mercado de trabalho, e estaria relacionada, portanto, ao conceito de funcionalidade.

De acordo com Alves (2011), apesar de ter se ampliado o ciclo do trabalho em virtude da “polivalência”, o que ocorre de fato é que os trabalhos foram

despojados de conteúdo concreto, agregaram-se diversas tarefas, todas ainda parcelares, de modo que não constituem uma polifuncionalidade. Lojkine (1995 apud ALVES, 2011) afirma que se trata mais de procedimentos de ampliação do que um enriquecimento verdadeiro que afete a divisão vertical de trabalho. Alves (2011), então, explica que a “polivalência” não significa a “requalificação” do trabalho. O trabalho ampliado é, ainda, vazio, reduzido à pura duração, como era o trabalho fragmentado no fordismo-taylorismo. Como consequência, segundo Seligmann-Silva (2011), abalou-se o orgulho profissional dos trabalhadores especializados, que anteriormente haviam desenvolvido experiência e obtido reconhecimento em suas atividades específicas. O reconhecimento, diga-se de passagem, é considerado pela autora como um dos mais importantes suportes da identidade e da saúde mental.

Para Alves (2011), a adoção da “polivalência” como nova exigência aos trabalhadores e o abandono dos postos fixos e especializados de trabalho alteram o perfil socioprofissional dos operários.

Cabe problematizar a ideia defendida por esses autores de que a reestruturação produtiva desqualificaria o trabalho outrora especializado – entendido por eles como qualificado. Conforme discutimos em capítulo anterior, a divisão técnica do trabalho a partir da manufatura, seguida pela divisão técnica advinda da indústria são os movimentos produtores do trabalhador parcelar, especializado. Com isso, o trabalhador artesão, conhecedor e atuante sobre as várias dimensões do trabalho, é substituído pelo agente parcelar, especializado em uma etapa do processo produtivo. Segundo Marx (2013), portanto, o que ocorre aqui é uma desqualificação do trabalhador, um afastamento da omnilateralidade, uma ampliação da alienação. Poder-se-ia dizer, portanto, que a reestruturação produtiva aprofunda essa desqualificação, mas nunca que ela a inicia.

Ainda de acordo com Alves (2011), à ideia da produção “fluida” acompanha-se a fluidez da subjetividade. Isto é, trabalhadores devem saber lidar com as mudanças no processo produtivo, conseguir enfrentar imprevistos e serem passíveis de transferência de funções dentro da empresa, o que requer a constante atualização de suas competências.

O autor defende que o princípio da “polivalência” é, na realidade, uma maneira do capital de se apropriar do amplo espectro de habilidades produtivas dos

trabalhadores, sob o discurso de “valorização do trabalho”. Dessa forma, mediante esta manipulação ideológica, opera novamente a “captura” da subjetividade.

Além disso, por mais que não ocorra o aumento da jornada de trabalho, a lógica da “polivalência”, ao exigir que os trabalhadores realizem múltiplas operações, resulta na intensificação do trabalho. E não obstante a almejada flexibilidade do trabalho e “polivalência” do trabalhador, a função social do trabalho permanece restrita e parcial, de modo que o trabalhador assalariado continua sendo, em sua essência, o indivíduo parcial ao qual nos referimos anteriormente. Nesse sentido, talvez o termo que melhor expresse essa nova condição posta para o trabalhador contemporâneo seja o de multitarefas, dada a característica de responsabilização por múltiplos atos alienados. Este processo crítico pode resultar no aumento ou intensificação das cargas de trabalho, ao impor múltiplas tarefas aos trabalhadores.

6.1.6 Flexibilidade e flexibilização do processo de trabalho

Outro ponto fundamental no processo de reestruturação produtiva é a flexibilização do processo de trabalho, a qual é acompanhada por uma lógica de flexibilidade que repercute na sociedade como um todo, conforme explica Seligmann-Silva (2011, p. 472):

Flexibilidade passou a implicar mudança permanente e continuada, o que vale dizer evocar fluidez e impossibilidade de compromissos e de relações duráveis. O afrouxamento e a variabilidade ou flexibilidade das regras é que permitiram a desregulamentação dos contratos de trabalho (SELIGMANN-SILVA, 2011, p. 472).

Uma das dimensões da flexibilização se refere à maior insegurança e provisoriedade dos vínculos trabalhistas com a ampliação do trabalho temporário, terceirizado e informal, configurando um quadro de trabalhos mais precarizados e com menos direitos trabalhistas. O aumento da insegurança no trabalho é uma dimensão significativa para a subjetividade, pois, segundo Nardi (2006), é necessário um mínimo de segurança para a construção de um projeto de vida. Para o autor, estes tipos de trabalhadores acabam sendo expostos a diversos riscos no processo de trabalho, acrescidos da falta de treinamento adequado e fiscalização menos rigorosa, além de serem menos protegidos pela legislação.

No geral, estudos mostram que trabalhadores sob regimes flexibilizados apresentam piores indicadores de saúde do que aqueles com empregos mais estáveis, inclusive no que se refere à saúde mental. Como aspectos que podem afetar o bem-estar psíquico destes tipos de trabalhadores, podem ser citadas principalmente a instabilidade e insegurança, associadas ao aumento de nervosismo, ansiedade, medo, sofrimento (podendo chegar à depressão), assim como perdas no âmbito da sociabilidade e das relações interpessoais (AMABLE, 2006).

Outra dimensão da flexibilização se refere aos constantes rearranjos dos processos produtivos em decorrência da maior velocidade do desenvolvimento tecnológico em tempos de automação e microeletrônica. Esta flexibilização também contribui para incrementar a tensão e fadiga dos trabalhadores, devido aos esforços de adaptação contínua que estes devem despende para se adequarem às sucessivas mudanças no processo de trabalho (FRANCO; DRUCK; SELIGMANN-SILVA, 2010; SELIGMANN-SILVA, 2011).

O modelo de mudanças e inovações característico da reestruturação produtiva se estende aos trabalhadores, que devem se renovar em suas características e capacidades, bem como são substituíveis assim que estão desgastados. Os indivíduos tornam-se, então, descartáveis (FRANCO; DRUCK; SELIGMANN-SILVA, 2010).

Além disso, a constante exigência de adaptação dos agentes aos novos processos, as mudanças frequentes das técnicas, a implementação de novas tecnologias e a necessidade de qualificação podem gerar um sentimento de estar sempre desatualizado, bem como ansiedade e insegurança (MALAGUTY, 2013).

Segundo Bernardo, Nogueira e Büll (2011), este discurso da necessidade de qualificação constante ainda responsabiliza o indivíduo por sua situação de trabalho ou desemprego, reproduzindo a ideia ilusória (e ideológica) de que somente o esforço pessoal é capaz de gerar oportunidades empregatícias.

Sennet (2006) ainda aponta certos traços de caráter que são decorrentes da lógica da flexibilidade, destacando a capacidade de se desprender do passado e para aceitar a fragmentação.

6.1.7 Novas apresentações da coerção no ambiente de trabalho: o “assédio”

É também comum, nas formas de acumulação flexível, a gestão do trabalho marcada pelo assédio moral. Cabe ressaltar, contudo, que a utilização da coerção e violência sobre os trabalhadores não é algo novo, do atual estágio do capitalismo. De fato, a coerção é constituinte do modo de produção capitalista e expressa o poder econômico dos proprietários dos meios de produção sobre os assalariados na gestão do processo de trabalho. Com a reestruturação produtiva, e um novo impulso à intensificação do trabalho, ganha impulso também uma nova forma de coerção, mais refinada, velada e associada à busca de consentimento (cooptação) dos trabalhadores.

De acordo com Barreto e Heloani (2015), as relações de trabalho explicitam a totalidade das relações sociais de competitividade, individualidade, consumismo, sem respeito ou reconhecimento ao outro. Embora aparentemente distintas, suas essências se referem ao mesmo fenômeno: a relação antagônica entre capital e trabalho. A compreensão dessa dimensão amplia a análise sobre as causas de violência e assédio moral no trabalho.

Os autores defendem que todo tipo de intolerância e atos de violência, incluindo-se aí as formas de assédio e violência no trabalho, são construções sociais, que correspondem a uma doutrina que os sustenta, mesmo que existam diferentes configurações e ocorram em diferentes conjunturas.

Configura-se assédio moral quando se ataca repetidamente a dignidade de um trabalhador, de modo sistemático e deliberado, durante um período prolongado de tempo. O objetivo desta prática é excluir, desqualificar profissionalmente e desestabilizar emocionalmente o indivíduo que, por algum motivo, tornou-se indesejável para o perpetrador do assédio (SELIGMANN-SILVA, 2011). Conforme explica Souza (2009), não é um fato isolado e envolve poder, isto é, são atitudes e condutas abusivas e vexatórias de chefes em relação a seus subordinados. São atos de humilhação e constrangimento, perseguição, isolamento, negação de comunicação, sobrecarga ou esvaziamento de responsabilidades, que resultam em sentimentos de inferiorização e desvalorização e intenso sofrimento por quem é submetido a estas práticas (BARRETO; HELOANI, 2015).

O assédio pode se manifestar de diversas formas: impedindo a vítima de se expressar, não lhe dirigindo a palavra, ignorando-a, recusando-se a reconhecê-la, privando-a de informações, obrigando-a a executar tarefas inferiores ou superiores ou tarefas sem importância, desmoralizando-a em frente aos colegas, com piadas, ironias, insinuações, comentários impróprios, entre várias outras práticas que afetam a autoestima e a saúde dos indivíduos, podendo levar a sintomas psicossomáticos ou outros transtornos psíquicos (SOUZA, 2009).

Em que pese dissemina-se uma ideia de que o assédio é uma perseguição cruel de um chefe perverso, isto é, um problema individual, Seligmann-Silva (2011) concebe esta prática como uma forma política repressiva escolhida pelas empresas para viabilizar a lucratividade. Para a autora, o assédio é geralmente uma estratégia organizacional voltada à obtenção de submissão dos trabalhadores às imposições de sobrecarga de trabalho.

Não obstante, o consenso que se generalizou sobre a existência, em todos os casos, de um culpado individual prejudica não só o entendimento de que, na maioria das vezes, se trata de um modo planejado de dominação, como também impede a denúncia da superexploração e a constituição de resistências coletivas para enfrentamento e superação da situação desgastante (SELIGMANN-SILVA, 2011, p. 504).

Para Barreto e Heloani (2015), o que ocorre é que, apesar de estarmos vivenciando uma nova fase de acumulação capitalista que exige mudanças de comportamento, mentalidade e cultura, ainda subsiste uma hierarquia rígida, ainda que travestida de autonomia. E, nessa lógica, indivíduos improdutivos não são tolerados, assim como não o são aqueles que criticam as jornadas extenuantes ou adoecem por conta delas. Ao não alcançarem as metas de produtividade, estes indivíduos se tornam “ameaças” à maior lucratividade e, por isso, se tornam indesejáveis no local de trabalho, são rejeitados. Para Souza (2009), o assédio é uma forma de restrição àqueles que não obedecem às exigências da produção, seja consciente ou inconscientemente.

Dessa forma, partindo do pressuposto de que a violência laboral tem sua raiz na organização do trabalho (a qual, ressaltamos, é determinada pelo modo de produção capitalista), Barreto e Heloani (2015) reconhecem que o assédio ocorre em um contexto de precariedade de relações afetivas, fraternas e ausência de sentido de coletividade. Estas práticas constituem uma das faces de um fenômeno

mais amplo, qual seja, o da busca por maiores lucros, a coação para aumento da produtividade, as formas de gestão que favorecem o isolamento e a violência, todas as quais são necessárias ao capital para que possa se expandir.

De acordo com a Seligmann-Silva (2011), as práticas de assédio podem gerar graus de fadiga extrema e desgaste psíquico, podendo, ainda, aprofundar o isolamento social e produzir efeitos psicossomáticos. O retraimento de quem é objeto de assédio ocorre a partir da deterioração da comunicação e dos vínculos de confiança no ambiente de trabalho. Este isolamento pode se transferir à vida fora do trabalho e limitar gravemente as esferas de sociabilidade do trabalhador. A fadiga também contribui a este quadro, na medida em que gera indisponibilidade para a convivência e relações interpessoais, ou, ainda, vivências de saturação mental, isto é, sensação de não haver espaço psíquico para mobilizar e expressar sentimentos ou ideias.

Outra consequência do assédio pode ser a criação de instabilidade e tensões no local de trabalho, transformando-o em um espaço degradado, inseguro e arriscado, não só para os que sofrem o abuso, mas para todos (BARRETO; HELOANI, 2015).

A humilhação sofrida também pode atingir a autoestima, levando a sentimentos de insignificância, inutilidade e descartabilidade, além da frequente reação de raiva e do esforço para conter a dor psíquica. Irritabilidade é também um traço comum daqueles que sofrem assédio, podendo levar à perda de autocontrole emocional e importantes rupturas nos relacionamentos (SELIGMANN-SILVA, 2011). Para Barreto (2000 apud SOUZA, 2009), também podem ser listadas como consequências a insegurança, o medo, irritabilidade, choro fácil, sentimento de inferioridade e angústia. Segundo a autora, a vida afetiva e social é afetada, os indivíduos se desestabilizam. Para a saúde, os efeitos podem ser transtornos psíquicos, como depressão, distúrbio do sono, sintomas somáticos (como palpitações, tremores, dores, problemas digestivos, hipertensão), ou até pensamentos e tentativas de suicídio.

Aos poucos, o indivíduo vivencia um processo de esvaziamento afetivo em que surgem o desânimo e o bloqueio para expressar suas ideias, podendo sobrevir outras manifestações típicas dos estados depressivos: dificuldade de concentrar a atenção, lentificação do pensamento, dificuldade de desenvolver raciocínio, enfim, um conjunto de alterações psicológicas que conduz a quedas de desempenho. Erros, então, se tornam às vezes

inevitáveis e desencadeiam novas críticas e humilhações (SELIGMANN-SILVA, 2011, p. 509).

Para a autora, o prolongamento da situação de assédio gera desgastes psíquicos cujos desdobramentos podem resultar em transtornos mentais, com destaque aos quadros depressivos e ao esgotamento profissional (síndrome do *burnout*), ou processos psicossomáticos.

6.1.8 A subsunção da sociabilidade ao capital na fase da acumulação flexível

Outra dimensão crucial da reestruturação produtiva, tal como explica Alves (2011), é o que o autor chama de inovações sociometabólicas, isto é, transformações no metabolismo social que conformam um novo “clima ideológico” nos empreendimentos capitalistas e constituem o “ambiente psicossocial” da “captura” da subjetividade. De acordo com o autor, a reestruturação produtiva é também uma “reestruturação sociorreprodutiva”, sendo as inovações sociometabólicas, juntamente com as inovações tecnológicas e organizacionais, uma de suas dimensões compositivas.

Alves (2011) explica que, apesar de o toyotismo consistir em inovações empresariais de caráter organizacional, ele se assenta em formas sociometabólicas derivadas da hegemonia do capital. Para o autor, é mediante tais práticas sociometabólicas que se constitui a subjetividade e, portanto, é dessa forma que o toyotismo elabora um novo nexos psicofísico adequado ao seu modo de produção³⁵.

A ofensiva do capital não se restringe apenas à instância da produção propriamente dita, mas atinge hoje, mais do que nunca, sob o capitalismo manipulatório, instâncias da reprodução social, colocadas como nexos orgânicos da produção como totalidade social. Deste modo, é pela tempestade ideológica de valores, expectativas e utopias de mercado que se busca formar o novo homem produtivo do capital (ALVES, 2011, p. 89).

Estas inovações sociometabólicas, segundo o autor, disseminam-se através de políticas governamentais, treinamentos em empresas, currículos escolares, aparatos midiáticos da indústria cultural, entre outros.

³⁵ Vimos em outro momento deste trabalho que a subjetividade é formada a partir da objetividade em que se inserem os indivíduos. Isto é, aspectos subjetivos também são objetivamente produzidos e, portanto, têm íntima relação com o contexto sócio-histórico.

Sobre as modificações sofridas na vida cotidiana dos indivíduos, a partir da lógica toyotista de produção, Alves (2011) aponta que o trabalho parece “sair” do local de trabalho e preencher espaços de lazer e descanso, como se o tempo de vida se tivesse tornado apenas extensão do tempo de trabalho. Com as novas tecnologias de comunicação, o espaço das empresas se “desterritorializou”, estendeu-se para além do local de trabalho, de modo que tarefas do trabalho passaram a invadir a esfera doméstica.

Há, ainda, o fato de que, conforme afirma Malaguty (2013), o trabalhador deve estar a todo o momento disponível para o trabalho, de alguma forma “conectado” à empresa, podendo ser solicitado a qualquer momento, de acordo com a demanda de produção. Muitas vezes, esta conexão consiste nas preocupações referentes ao trabalho ou nas inseguranças a ele associadas. O permanente contato via e-mails e celulares, mesmo que fora do horário de expediente, caracteriza uma jornada de trabalho estendida (BARRETO; HELOANI, 2015). Isto é, conforme aponta Souza (2006), os trabalhadores estão, psiquicamente, sempre à disposição do capital; sua vida fora do trabalho é, então, perpassada pelo capital.

Além disso, muito do tempo livre do trabalhador destina-se ao seu aperfeiçoamento profissional, qualificação e adequação ao processo de trabalho. Sendo assim, a vida “fora do trabalho” restringe-se cada vez mais. Esse quadro contribui para ampliação do desgaste e impacta, ainda, na redução do tempo de recuperação deste desgaste, isto é, na reprodução do trabalhador. É evidente, portanto, a significativa repercussão na vida pessoal e na saúde (inclusive mental) dos indivíduos submetidos a esta lógica (MALAGUTY, 2013).

Segundo Alves (2011), a produção é posta como totalidade social, com o discurso toyotista da produção impregnando a sociabilidade, esta reduzida à esfera da circulação de homens-mercadorias. A vida social se transforma em uma esfera de produção de valor, a sociedade do toyotismo é uma sociedade de produtores, do produtivismo universal. Há, por um lado, a extensão da produção para a totalidade social e, por outro, a redução da vida social à lógica da produção do capital.

Como o sucesso político do neoconservadorismo dificilmente pode ser atribuído às suas realizações econômicas globais (seus fortes resultados negativos em termos de desemprego, de crescimento sofrível, de rápido deslocamento e da espiral da dívida só são compensados pelo controle da inflação), vários comentaristas têm atribuído sua ascensão a uma mudança geral das normas e valores coletivos que tinham hegemonia, ao menos nas

organizações operárias e em outros movimentos sociais dos anos 50 e 60, para um individualismo muito mais competitivo como valor central numa cultura empreendedimentista que penetrou em muitos aspectos da vida (HARVEY, 2003, p. 161).

Em que pese, afirma Harvey (2003), as raízes desta transição sejam complexas, é clara sua consistência com a transição do fordismo-taylorismo à acumulação flexível.

Para começar, o movimento mais flexível do capital acentua o novo, o fugidio, o efêmero, o fugaz e o contingente da vida moderna, em vez dos valores mais sólidos implantados na vigência do fordismo. Na medida em que a ação coletiva se tornou, em consequência disso, mais difícil – tendo essa dificuldade constituído, com efeito, a meta central do impulso do incremento do controle do trabalho –, o individualismo exacerbado se encaixa no quadro geral como condição necessária, embora não suficiente, da transição do fordismo para a acumulação flexível (HARVEY, 2003, p. 161).

Alves (2011) comenta que esta invasão do capital na vida privada reverbera também nas relações entre os indivíduos. Segundo sua análise, critérios de produtividade e desempenho se disseminam pela sociedade de modo que relações afetivas passam a ser medidas a partir de parâmetros linguístico-comunicativos de produtividade e desempenho. Kipnis (2005 apud ALVES, 2011) estudou a linguagem utilizada para se referir ao relacionamento afetivo e constatou o uso de termos ligados à produção, como “trabalhar a relação”, “esforçar-se pelo sucesso”, entre outros.

Seligmann-Silva (2011) defende tese semelhante, segundo a qual a instabilidade, as vivências de insegurança, medo e incerteza, incrementadas e propagadas pela esfera do trabalho, repercutem significativamente na vida afetiva, alcançando todos os âmbitos da sociabilidade, tensionando relacionamentos e empobrecendo a participação social e política. “A absorção do *colaborador* pela empresa o sequestra de outros espaços – a vida familiar, o círculo de amigos, as práticas de lazer e outras formas de participação social” (SELIGMANN-SILVA, 2011, p. 495, grifo nosso).

Pela análise de Alves (2011), depreende-se ainda que o toyotismo se desenvolveu na época da mercantilização universal, o que resulta em que a sociedade se tornou uma imensa fábrica. Trata-se do aprofundamento do fetichismo da mercadoria, já explicado anteriormente. Por conta disso, a hegemonia social do

toyotismo ocorre pela constituição de valores-fetichismo de caráter mercantil, disseminados pelos meios de comunicação social. O mercado passa a ser a instância estruturante da vida social e a racionalidade social se torna impregnada pelo discurso da economia política liberal.

Por outro lado, o fetichismo da mercadoria, sua transformação em sujeito, em ente externo ao homem e que o domina, resulta na mercantilização das relações. Isto é, as relações entre os indivíduos passam a ser mediadas pelas mercadorias, tornando-se relações entre coisas. Passa-se, então, a mercantilizar diversos outros aspectos da vida, como lazer, entretenimento, educação, saúde. Antunes (2002) aponta que inclusive o tempo livre dos indivíduos é instigado a ser gasto no consumo.

Reproduz, ainda, uma mentalidade na qual se valoriza mais o *ter* em detrimento do *ser*, o que determina que a formação de identidades se oriente em torno de questões mercantis. Como a autoestima está bastante relacionada à identidade, esta, portanto, passa a ser estruturada conforme a posse de mercadorias (ANTUNES, 2002).

Todas estas influências do capitalismo na subjetividade aqui mencionadas impedem, de acordo com Alves (2011), a verdadeira autonomia da personalidade, constituindo a “subjetividade pelo avesso”.

6.1.9 Exploração da força de trabalho e o enfraquecimento dos trabalhadores na luta política e econômica em tempos de acumulação flexível

Para Alves (2011), a ideia de acumulação flexível carrega uma “ineliminável carga político-ideológica no interior da luta de classes. Ela explicita o elemento que robustece o poder do capital contra a sua parte antagônica, o trabalho assalariado” (ALVES, 2011, p. 19). Inclusive uma das causalidades históricas fundamentais para a constituição das experiências de acumulação flexível foram as derrotas históricas da classe trabalhadora nas décadas de 1970 e 80. Segundo o autor, estas derrotas, juntamente à crise do Estado de Bem-Estar Social e à ofensiva neoliberal nas instâncias político-ideológicas, concederam ao capital maior liberdade, de modo que ele pode, agora, perpassar a totalidade da vida social como instância de produção de valor.

Como vimos anteriormente, o autor defende que o toyotismo é a ofensiva não apenas material, mas ideológica, do capital na produção. Contudo, explica Alves (2011, p. 60), que o toyotismo é “[...] um dispositivo organizacional e ideológico cuja *intentio recta* é [...] debilitar (e anular) ou negar o caráter antagônico do trabalho vivo no seio da produção do capital”. O autor pontua que o nexos essencial da acumulação flexível é ser “movimento reativo” às conquistas da classe trabalhadora, explicitando nova forma material de subsunção do trabalho ao capital e dominação de classe.

Ainda segundo Alves (2011), a lógica toyotista não tende a amenizar ou extinguir a luta de classes e os conflitos entre capital e trabalho no interior da produção. Ao contrário, estes tendem a se agudizar e se deslocar a dimensões “invisíveis” do cotidiano e do trabalho. Um dos motivos para este deslocamento é o enfraquecimento das instâncias políticas dos trabalhadores nos dias de hoje.

Para compreender esta questão, deve-se levar em conta que os níveis relativamente altos de desemprego contribuem para enfraquecer a capacidade de reação sindical e política da classe trabalhadora (ALVES, 2011). Caldana e Figueiredo (2002) apontam que as estratégias empregadas para o enfrentamento ao desemprego são predominantemente individualizadas. A explicação que estes autores provêm é a de que o desemprego é um processo que foi naturalizado, o que leva os indivíduos a não vislumbrarem possibilidades de atuação coletiva, gerando insatisfação, impotência e desintegração social.

O medo do desemprego serve, ainda, para incentivar os trabalhadores a “consentir” com um maior nível de exploração da sua força de trabalho e renunciar a direitos sociais e trabalhistas (ALVES, 2011).

[...] a elevação dos índices de desemprego aberto no decorrer da década neoliberal contribuiu não apenas para fragilizar o poder de barganha dos trabalhadores assalariados e aumentar as taxas de exploração, intimidando o sindicalismo combativo de luta de classes; mas possuiu uma função socio-reprodutiva, ou seja, criou a sociabilidade adequada aos consentimentos espúrios, às renúncias de direitos sociais e de conquistas trabalhistas históricas e aos envolvimento estimulado pelo medo do desemprego (ALVES, 2011, p. 126).

Outra questão essencial referente aos aspectos políticos da luta de classes é a de que, para os trabalhadores assalariados, a produção flexível implica também a flexibilidade de contratação e salarial, isto é,

[...] o afrouxamento das condições jurídicas (legais ou convencionais) que regem o contrato de trabalho (basicamente as condições de contratação e de demissão). Nesse caso, o espírito do toyotismo incentiva a instabilidade salarial ou a constituição de uma nova precariedade do trabalho que permita, de forma ampla, a contratação parcial ou trabalho temporário (ALVES, 2011, p. 51).

Segundo Franco, Druck e Seligmann-Silva (2010), a flexibilização dos vínculos de trabalho e relações contratuais compreende o processo de perda de direitos trabalhistas e benefícios, como férias remuneradas, referenciais de jornada de trabalho e horas extras, planos de saúde, transporte, alimentação, entre outros. Engloba, também, perdas salariais, geralmente em decorrência da não adoção ou cumprimento de acordos coletivos da categoria de trabalhadores “estáveis”. As autoras alertam para as consequências deste quadro:

Trata-se de uma dimensão do processo de precarização que leva à uma desestabilização dos estáveis, à perda dos referenciais de proteção social do trabalho, conduzindo ‘estáveis’ e instáveis a metabolizarem, cotidianamente, a competição desenfreada, a insegurança e a instabilidade, terrenos em que prolifera e se move a gestão pelo medo (FRANCO; DRUCK; SELIGMANN-SILVA, 2010, p. 231).

Para Seligmann-Silva (2011), este quadro gera tensão emocional e vivências de insegurança no trabalho. Trabalhadores temporários ainda sofrem pela situação de desproteção ou de alternância entre emprego e desemprego, o que pode gerar ansiedade e levar a transtornos mentais.

A terceirização também é um dos principais mecanismos que enfraquece os sindicatos, fragmenta as lutas sociais e ameaça a representatividade sindical ao dividir cada vez mais as categorias profissionais. Inclusive a separação de locais de produção fragmenta, literalmente, a classe ao dividir e isolar os trabalhadores de uma mesma empresa, dificultando sua organização (SOUZA, 2006, 2009).

A consequência desta constatação é extremamente preocupante:

[...] ao minimizar as possibilidades de enfrentamento das condições degradantes, a precarização da organização coletiva aumenta tanto a vulnerabilidade social quanto a individual. A insegurança e desproteção, vivenciados por todos e por cada trabalhador/a, produzem reações e desdobramentos de diferentes tipos – inclusive transtornos psíquicos (FRANCO; DRUCK; SELIGMANN-SILVA, 2010, p. 233).

Além disso, trabalhadores informais, terceirizados e com contratos em tempo parcial podem não construir suas identidades em torno da categoria da qual fazem parte, uma vez que não possuem os mesmos direitos e benefícios que aqueles inseridos no mercado formal. Isto é, não se sentem pertencentes a uma coletividade, não possuem um vínculo com o restante dos trabalhadores da categoria profissional, o que pode constituir mais um elemento de enfraquecimento das lutas dos trabalhadores. O fato de sentirem-se pertencentes ou não altera a forma como percebem o grupo e lidam com questões a ele referentes. Não perceber-se como membro de uma coletividade pode resultar no não envolvimento do indivíduo nas suas lutas e reivindicações, bem como pode dificultar que aquele grupo sirva como rede de apoio e suporte ao trabalhador.

Frente a isso, afirma Alves (2011), o toyotismo se constitui como elemento de heterogeneização e de cisão da classe e do retrocesso da consciência de classe trabalhadora. Como consequência, tem-se um processo de individualização e fragilização do poder de barganha da classe, o que consiste em mais uma condição objetiva que viabiliza a “captura” da subjetividade do trabalho vivo pelo capital.

Depreende-se, então, que a acumulação flexível “[...] procurou constituir, de modo original, nas condições da crise estrutural do capital, uma nova hegemonia capaz de articular coerção capitalista e consentimento do trabalhador” (ALVES, 2011, p. 99). De fato, conforme Souza (2009), como consequências das mudanças operadas nos processos de trabalho o capital tem conseguido neutralizar, obstruir e destruir formas de resistência e organização dos trabalhadores. Para Harvey (2003), as formas flexíveis de produção têm como vantagem para o capital o enfraquecimento da organização da classe trabalhadora e a transformação da base objetiva da luta de classes.

As consequências para a saúde dos trabalhadores são o aumento da exploração da força de trabalho, a submissão dos trabalhadores a condições de trabalho desgastantes, o aumento da exposição aos processos destrutivos presentes no trabalho e a restrição ao acesso a serviços de saúde e de previdência social que poderiam recuperar as capacidades biopsíquicas desgastadas.

Além de obstaculizar sua união na reivindicação por seus direitos e melhores condições de trabalho, a fragmentação da classe aprofunda ainda mais a alienação do homem em relação ao gênero humano. Os indivíduos deixam de se ver como

pertencentes a um grupo, seja em seu local de trabalho, em sua categoria profissional, ou em relação à humanidade como um todo.

6.1.10 O individualismo contemporâneo: o fetichismo da mercadoria em sua forma mais desenvolvida

Mencionamos anteriormente que o fetiche da mercadoria consiste em que estes produtos adquirem posição central na sociedade, tornando-se elementos independentes dos homens. Segundo Navarro e Padilha (2007), neste processo a aparência se sobrepõe à essência, o mundo das coisas se torna o objetivo final e, como consequência, ocorre o comprometimento e/ou a supressão da subjetividade. Como dizem os autores, “a ‘coisa’ sufoca o ‘humano’” (NAVARRO; PADILHA, 2007, p. 16).

Há uma inversão entre sujeitos e objetos: a mercadoria passa a dominar o homem, torna-se sujeito, enquanto o homem se coisifica. Citamos este processo de coisificação ao falarmos de alienação. Para Navarro e Padilha (2007) ambos – alienação e fetichismo – fazem parte do mesmo processo no qual o homem se transforma em mero objeto.

Apontamos que a consequência disso é que o *ter* passa a ser mais importante que o *ser*. Para Chagas (2012) isso ocorre porque, tendo sido expropriado do produto de seu trabalho, a única forma que o trabalhador encontra de recupera-lo é mediante a posse de dinheiro. Também o próprio sujeito expressa seu ser não em si, mas fora de si, na posse. Até mesmo as relações entre os indivíduos se afirmam apenas no dinheiro. Ao reduzir o *ser* ao *ter*, afirma o autor, empobrece-se o sujeito em suas faculdades subjetivas.

Inclusive este enunciado pode ser verificado na propaganda ideológica, em que são instrumentalizadas as emoções para demonstrar a realização e a satisfação que se pode obter através da posse (SOUZA, 2006).

Outro ponto importante, trazido por Harvey (2003), é a modificação, empreendida a partir da reestruturação produtiva, das normas e valores coletivos, com o incentivo ao efêmero, ao novo, à instabilidade, às qualidades fugidias, em oposição aos valores mais sólidos reproduzidos na época do fordismo/taylorismo.

O autor também menciona a exacerbação do individualismo, motivada, entre outros motivos, pelo estímulo à competitividade entre os trabalhadores, estímulo esse que, como vimos, é lucrativo ao capital. Para os membros da sociedade, isso se reflete na falta ou ausência de solidariedade, na quebra dos laços sociais e redes de apoio, no isolamento dos indivíduos.

A lógica individualista ainda tende a levar à ideia de que a responsabilidade pela situação de vida dos sujeitos recai sobre eles mesmos. Isto é, reproduz-se a concepção de que o sucesso ou o fracasso na vida depende somente do indivíduo, desconsiderando-se todas as determinações advindas do modo de produção. Paralelamente, dissemina-se também a ideia de que as soluções para os problemas se dão por meio de vias individuais, o que dificulta aos trabalhadores o reconhecimento de pertencimento à classe e, conseqüentemente, enfraquece sua luta.

6.1.11 A subsunção do tempo e espaço

Segundo Harvey (2003) as concepções de tempo e espaço são criadas a partir de práticas e processos materiais voltados à reprodução da vida social. À medida que tais práticas e processos variam geográfica e historicamente, o tempo social e o espaço social são construídos de formas diferentes. Isto é, cada modo de produção ou formação social incorpora um conjunto específico de práticas e conceitos de tempo e espaço.

Considerando-se que no capitalismo as práticas e processos materiais de reprodução social se encontram em permanente mudança, também as qualidades objetivas e significados do tempo e do espaço se modificam. Esse processo não ocorre sem gerar influências na vida dos indivíduos, como explica o autor:

[...] se o avanço do conhecimento (científico, técnico, administrativo, burocrático e racional) é vital para o progresso da produção e do consumo capitalistas, as mudanças do nosso aparato conceitual (incluindo representações do espaço e do tempo) podem ter conseqüências materiais para a organização da vida diária (HARVEY, 2003, p. 189-190).

Harvey (2003, p. 207) defende que, na sociedade capitalista, “[...] a intersecção do domínio sobre o dinheiro, o tempo e o espaço forma um nexo substancial de poder social”. Isto é, o domínio dos espaços e tempos é elemento

crucial na busca do lucro; da mesma forma, o dinheiro pode ser usado para dominar o tempo e o espaço. O sistema complexo de produção envolve a organização espacial (fábricas, escritórios, etc.) e a troca de mercadorias envolve a mudança de localização e o movimento espacial, motivo pelo qual o espaço é de suma importância aos capitalistas.

O tempo também é uma magnitude de extrema importância, pois quanto mais rápida a recuperação de capital posto em circulação, maior o lucro obtido. A este movimento chama-se “tempo de giro do capital”, conceito que se refere ao tempo de produção juntamente ao tempo de circulação da troca de mercadorias. Há, no sistema capitalista, um incentivo para a aceleração do tempo de giro do capital, acompanhado de contínuos esforços para sua redução. Disso resulta a aceleração de processos sociais, bem como a criação de inovações técnicas e organizacionais, a modificação e aceleração de processos da produção, a obsolescência planejada no consumo, o sistema de créditos, bancos eletrônicos, etc. “É nesse contexto que a adaptabilidade e flexibilidade dos trabalhadores se tornam vitais para o desenvolvimento capitalista” (HARVEY, 2003, p. 210). Como resultado, tem-se, segundo o autor, a aceleração do ritmo dos processos econômicos e, conseqüentemente, da vida social, como centro da sociedade capitalista.

O mesmo ocorre em relação ao espaço, como explica o autor:

O incentivo à criação do mercado mundial, para a redução de barreiras espaciais e para a aniquilação do espaço através do tempo é onipresente, tal como o é o incentivo para racionalizar a organização espacial em configurações de produção eficientes (organização serial da divisão detalhada do trabalho, sistemas de fábrica e de linha de montagem, divisão territorial do trabalho e aglomeração em grandes cidades), redes de circulação (sistemas e transportes e comunicação) e de consumo (formas de uso e de manutenção das residências, organização comunitária, diferenciação residencial, consumo coletivo nas cidades). As inovações voltadas para a remoção de barreiras espaciais em todos esses aspectos têm tido imensa significação na história do capitalismo, transformando-a numa questão deveras geográfica – as estradas de ferro e o telégrafo, o automóvel, o rádio e o telefone, o avião a jato e a televisão, e a recente revolução das telecomunicações são casos em tela (HARVEY, 2003, p. 212).

Harvey (2003) defende que, após a transição do fordismo-taylorismo para a acumulação flexível, as últimas duas décadas foram marcadas por uma intensa fase de compressão do tempo-espaço, a qual tem impacto desorientado e disruptivo

sobre as práticas político-econômicas, o equilíbrio do poder de classe e a vida social e cultural.

Segundo o autor, a implantação de novas tecnologias na produção e novas formas organizacionais reduziu o tempo de giro em diversos setores. Para os trabalhadores, a consequência foi a intensificação dos processos de trabalho e uma aceleração na desqualificação e requalificação necessárias ao atendimento das novas necessidades de trabalho. A aceleração do tempo de giro também implica em acelerações paralelas na troca e no consumo.

Uma das consequências dessa aceleração generalizada dos tempos de giro do capital é, de acordo com Harvey (2003), a acentuação da volatilidade e efemeridade de produtos, técnicas de produção, processos de trabalho, ideias, ideologias, valores e práticas estabelecidas. No domínio da produção, enfatiza-se a instantaneidade e descartabilidade, o que implica não somente jogar fora bens produzidos, mas também valores, estilos de vida, relacionamentos estáveis, apego a coisas, pessoas, lugares e modos adquiridos de agir e ser. As pessoas devem, a partir de então, conseguir lidar com as perspectivas de obsolescência instantânea, o que torna difíceis os planejamentos a longo prazo. Neste contexto, é necessário, ainda, que os indivíduos sejam capazes de se adaptar e se movimentar com rapidez em resposta às mudanças de mercado. A volatilidade e a efemeridade também tornam difícil aos indivíduos manter algum sentido firme de continuidade. “Tudo, da escritura de romances e do filosofar à experiência de trabalhar ou construir um lar, tem de enfrentar o desafio do tempo de giro em aceleração e do rápido cancelamento de valores tradicionais e historicamente adquiridos” (HARVEY, 2003, p. 263). Sendo assim, o contrato temporário inerente a tudo se torna a marca da vida neste momento histórico.

Sennet (2006) também fala das mudanças na organização do tempo, sobretudo do tempo de trabalho. O autor menciona o lema “não há longo prazo”, utilizado para se referir, na realidade, ao desaparecimento da carreira tradicional, da utilização de um único conjunto de qualificações ao longo de uma vida de trabalho, à substituição de “empregos” por “projetos” e “campos de trabalho”, aos contratos de curto prazo, aos empregos temporários. Para o autor, este lema corrói a confiança, a lealdade e o compromisso mútuo, porquanto afrouxam-se os laços sociais.

A dimensão do tempo desta nova fase do capitalismo afeta diretamente a vida emocional dos indivíduos fora do local de trabalho. “Não há longo prazo”, no âmbito da vida pessoal, significa mudar, não se comprometer, não se sacrificar. As práticas cotidianas se tornam impregnadas de incerteza e a instabilidade tende a ser normal. Os indivíduos permanecem num estado contínuo de vulnerabilidade e preocupação (SENNET, 2006).

Com relação ao espaço, este parece, nos dias de hoje, diminuir devido aos meios de comunicação e transporte, os quais possibilitam a conexão entre os mais diversos locais do globo (HARVEY, 2003).

Mas a queda de barreiras espaciais não implica o decréscimo da significação do espaço. Vemos hoje, e não é pela primeira vez na história do capitalismo, evidências que apontam para a tese oposta. O aumento da competição em condições de crise coagiu os capitalistas a darem muito mais atenção às vantagens localizacionais relativas, precisamente porque a diminuição de barreiras espaciais dá aos capitalistas o poder de explorar, com bom proveito, minúsculas diferenciações espaciais. Pequenas diferenças naquilo que o espaço contém em termos de oferta de trabalho, recursos, infraestrutura, etc. assumem crescente importância (HARVEY, 2003, p. 265).

É necessário considerar ainda que o metabolismo do capital se expressa na subsunção do ambiente natural e social à dinâmica da exploração e acumulação. Como consequência, podemos apontar a urbanização contemporânea, a qual é submetida à lógica capitalista, fazendo com que o espaço urbano se organize de forma a atender à dinâmica mercantil, ao invés de se conformar no sentido do bem estar da maioria da população.

6.1.12 O fenômeno da alienação e suas consequências para a subjetividade

Por fim, iremos abordar o fenômeno da alienação, já explicado anteriormente, enfatizando suas consequências para a subjetividade. Na construção da matriz de processos críticos, optamos por encaixar a alienação em mais de uma dimensão, por compreendê-la como fenômeno complexo que perpassa diversos âmbitos da vida, como veremos a seguir.

Segundo Marx e Engels (2007), o processo de trabalho, sob condições de alienação, se converte em sofrimento. O produto do trabalho é expropriado do trabalhador e este lhe aparece como estranho, externo a si mesmo, tal como o

próprio processo de produção. Sua exteriorização (objetivação) não lhe pertence e, portanto, o sentido da atividade deixa de ser ela mesma e passa a ser algo externo (a sobrevivência do trabalhador). Isto é, o motivo do trabalho para o trabalhador passa a ser o salário. O indivíduo trabalha para sobreviver, não porque há uma necessidade social a ser suprida. Disso decorre que, como vimos, o trabalhador não se afirma no trabalho, mas nega-se nele, não se sente bem quando o desenvolve, só se sente livre fora dele (MARX, 2004).

Como consequência, ocorre o esvaziamento do conteúdo objetivo do trabalho. Tornam-se alheios ao indivíduo sua atividade e seu resultado. Muitas vezes, importam mais aspectos externos do trabalho, como salário, segurança, estabilidade, *status*, carga horária, etc. Dessa forma, não enriquece o trabalhador, não agrega sentido à sua vida. Sendo uma atividade sem sentido, facilmente pode se converter em trabalho imposto, labuta, obrigação (MALAGUTY, 2013) e, então, não é difícil imaginar como possa causar sofrimento a quem o executa.

Além disso, há consequências sentidas na subjetividade dos indivíduos submetidos a condições alienantes de trabalho. De acordo com Chagas (2012), à objetivação alienada corresponde uma subjetivação alienada, levando a um empobrecimento da subjetividade diante do enriquecimento do objeto, uma desvalorização do sujeito frente à valorização da coisa.

Outra consequência subjetiva da alienação, segundo Montero (1991 apud MARTINS, 2007), é o fato de que a alienação produz uma negação e supressão da relação consciente dos indivíduos com a vida social, gerando, assim, uma existência espontânea, que é socialmente imposta e aceita. Para Martins (2007), a ausência de um relacionamento consciente com a existência conduz à submissão dos indivíduos às situações que a produzem; estas passam a ser concebidas como normais, naturais e independentes das ações humanas.

Esta autora afirma que existem cinco formas de manifestações psicológicas da alienação, sendo a primeira o sentimento de impotência, no qual os indivíduos não se percebem como capazes de conduzir seus próprios destinos. Outro processo psicológico decorrente da alienação é o que a autora chama de “sentido do absurdo”. Devido ao caráter alienado da existência, os indivíduos concebem suas ações e resultados como imprevisíveis, o que os leva a um certo desapego em

relação ao meio. Como consequências, pode-se mencionar o isolamento, o incentivo a fantasias e a idealização de projetos que não são seguidos de ações concretas.

Em contrapartida, as situações vividas nessas condições mostram-se tão complexas que sua compreensão só se torna acessível pela via da simplificação das informações, o que por sua vez contribui para maior deformação da realidade e, conseqüentemente, subordinação a ela (MARTINS, 2007, p. 132).

A terceira forma psicológica que a alienação pode assumir é o isolamento, mediante o qual, segundo Martins (2007), se expressa a desesperança e a valoração negativa dos objetivos e valores sociais. Os grupos e as sociedades vão se tornando cada vez mais alheios aos indivíduos. A próxima forma psicológica da alienação, intimamente relacionado ao isolamento, é o auto-estranhamento, definido como “o grau de dependência da atividade em relação a recompensas que se situam fora dela e que produz uma seleção viciada, cega, da experiência em relação aos valores, normas, significados e sentidos pessoais” (MARTINS, 2007, p. 132). Este quadro pode levar à ausência de normas, consequência do maior distanciamento dos indivíduos em relação à sociedade. A “anomia”, como denomina a autora, é resultado das circunstâncias de opressão que, por se tornarem insuportáveis aos indivíduos, culminam no rompimento de seus vínculos com a realidade a que pertencem.

Estas formas de alienação promovem o empobrecimento e esvaziamento dos valores essencialmente humanos e dissolvem a coerência psicológica entre o indivíduo, o mundo e os homens a sua volta. O resultado são comportamentos ritualizados e estandardizados, desprovidos de sentido, sustentados por motivações efêmeras e particulares (MARTINS, 2007).

Afirma a autora que o que resta da pessoa é a máscara imposta pela alienação, um desempenho fragmentado de papéis:

[...] a alienação em seus níveis psicológicos expressa-se como se fosse um *duplo* da pessoa, que pouco a pouco ocupa seus gestos, suas reações, seus pensamentos e sentimentos, gerando a muda aceitação, a resignação e o conformismo da pessoa ou o seu fracasso, expresso em diferentes formas de sofrimento psicológico (MARTINS, 2007, p. 133, grifo da autora).

Além disso, quando os produtos do trabalho se tornam alheios, estranhos e adquirem caráter fetichizado, de sujeitos, como vimos, os indivíduos que os

produzem reduzem-se a objetos, perdendo o controle sobre a realidade que eles mesmos construíram (MARX; ENGELS, 2007).

Outro importante aspecto apontado por Malaguty (2013) é o fato de que tudo o que foi acima apontado é inconsciente aos indivíduos, isto é, a ausência de sentido e as relações mercantilizadas não são conscientes. Dito de outra forma, as relações de trabalho postas na sociedade capitalista, nas quais o processo produtivo se transforma em labuta, trabalho imposto e produtor de sofrimento, são naturalizadas. Quando isso ocorre, a percepção por parte dos indivíduos de que tais fenômenos são socialmente produzidos é obstaculizada, o que, conseqüentemente, impede que se organizem para reverter esta situação. Se não se compreende a gênese (neste caso, social) de um contexto, não é possível organizar-se coletivamente para transformá-lo. Dessa forma, mantém-se a ordem social e desresponsabiliza-se o capitalismo por sua criação e manutenção.

Procuramos demonstrar como, apesar de ser produzida pelas condições de trabalho sob o capitalismo, a alienação não é um fenômeno que ocorre apenas na dimensão da produção (vida do trabalho), pois influencia igualmente a vida social dos indivíduos (dimensão da cotidianidade), propicia a reprodução de valores e ideias (dimensão ideológica) e afeta o engajamento político (vida política).

Todas essas transformações particulares da acumulação flexível, cabe salientar, respondem a uma necessidade imanente ao modo de produção capitalista, independentemente da formação social concreta em que se apresente: a busca permanente pelo aumento da acumulação. Como a base material da acumulação de valor é a exploração do trabalho, trata-se de ampliar a taxa de mais valia. Seja através dos mecanismos de aumento da mais valia absoluta – aumento de jornada; intensificação do trabalho; redução de salários; seja através de mecanismos de aumento da mais valia relativa – aumento da produtividade por meio de avanço tecnológico. Este quadro alarmante tem como importantes repercussões a desregulamentação dos direitos trabalhistas, o aumento da fragmentação entre os trabalhadores, a precarização e terceirização da força de trabalho e a subordinação do sindicalismo classista (ANTUNES, 2013).

6.2 O PROCESSO DE MEDICALIZAÇÃO SOCIAL

Aqui, é importante explicarmos um outro fenômeno que, a nosso ver, tem relação íntima com as altas taxas de depressão atualmente verificadas. Nossa compreensão acerca da enorme prevalência na sociedade contemporânea do transtorno depressivo se ampara em duas explicações: a de que esta sociedade tem produzido, a partir de suas características relacionadas ao modo de produção capitalista e à reestruturação produtiva, sofrimento e adoecimento de modo exacerbado; e o fenômeno da medicalização social.

De acordo com Almeida e Gomes (2014), o conceito de medicalização social passou a ser utilizado no século XX, de forma geral para definir o processo de apropriação e normatização de cada vez mais aspectos da vida social pela medicina. Uma importante dimensão do processo de medicalização diz respeito à ampliação dos limites do patológico, isto é, a restrição dos limites de normalidade. Isso ocorre principalmente por meio de dois mecanismos. O primeiro consiste na flexibilização das exigências necessárias ao diagnóstico de entidades nosológicas, o que resulta em que aspectos da vida previamente considerados como manifestações normais passam ser concebidas como patológicas. Este mecanismo é especialmente visível nos transtornos mentais, conforme vimos anteriormente na evolução da definição de depressão. O segundo mecanismo diz respeito ao estabelecimento de novas categorias nosológicas, transformando em patologias condições, comportamentos, manifestações da subjetividade e da organicidade antes consideradas normais (ALMEIDA; GOMES, 2014).

Gaudenzi e Ortega (2012) apontam que o termo medicalização surgiu no final da década de 1960, em referência à crescente apropriação dos modos de vida do homem pela medicina, indicando algo que “se tornou médico”. Diversos autores passaram a utilizar o termo para denunciar a influência cada vez maior da medicina em campos que anteriormente não a pertenciam. Frente à observação do crescimento do número de problemas da vida que passaram a ser definidos em termos médicos, estes autores evidenciaram a ampliação de raio de ação da medicina. Para eles, a medicalização transforma em patologias aspectos próprios da vida, o que tem como consequência a diminuição do espectro do que é considerado normal ou aceitável.

A princípio, muitos dos estudos sobre a medicalização referiam-se à transformação em problemas médicos de desvios, comportamentos considerados

imorais, tais como uso de substâncias psicoativas, homossexualidade, delinquência, disfunção sexual, abusos sexuais, dificuldades de aprendizagem e transtornos mentais. Além de comportamentos considerados “desviantes”, processos comuns da vida também passaram a ser cada vez mais apropriados pela medicina. Esta apropriação consiste na produção científica de conceitos, regras de higiene e normas de conduta (GAUDENZI; ORTEGA, 2012).

Foucault (2008 apud GAUDENZI; ORTEGA, 2012) foi um dos autores que estudou este processo, ainda que não utilizasse o termo medicalização. Para ele, a medicina moderna, a qual surgiu no final do século XVIII, paralelamente ao desenvolvimento da economia capitalista, tornou-se uma prática social voltada à abordagem do corpo individual como força de trabalho. Com a crescente industrialização, a força de trabalho se torna alvo de maiores preocupações e, assim, torna-se fundamental a análise minuciosa dos momentos da vida (nascimento, velhice, morte) e de doenças endêmicas. Neste contexto, a medicina estabelece medidas de controle sobre o corpo, exercendo cada vez mais poder sobre a vida.

Para este autor, a partir do século XVIII, a medicina passa interferir nos modos de vida e nas condutas individuais e coletivas, mediante a definição de regras, não só no que se refere a doenças, mas em formas gerais de comportamento humano, como, por exemplo, sexualidade, fecundidade e fertilidade. A ciência médica se torna fonte de regras que devem orientar a vida, sendo a instância criadora de normas de saúde e vida. É ela que orienta comportamentos e define o que está dentro ou fora da norma. Dessa forma, exerce papel fundamental no controle e gestão do corpo e a racionalidade médica se torna ferramenta de poder sobre a população (GAUDENZI; ORTEGA, 2012).

Illich (1975 apud GAUDENZI; ORTEGA, 2012), outro autor que tratou da temática em suas obras, aponta para a perda da autonomia dos indivíduos, ao se tornarem dependentes do saber de especialistas para o cuidado de sua saúde. O autor faz uso do conceito de iatrogênese para se referir ao processo em que o sistema médico, cujo objetivo é proteger a saúde, paradoxalmente, acaba com a mesma e produz doenças. Como consequência, gera o que o autor chama de “o grande mal da medicina”: o comprometimento da capacidade de autonomia dos

homens. Para o autor, o maior dano provocado pela medicina é a produção de dependência, mais do que lesões orgânicas ou distúrbios funcionais.

A iatrogênese ocorre em três níveis. O primeiro, a iatrogênese clínica, refere-se a doenças causadas pelos cuidados de saúde, tais como efeitos secundários não desejados de medicamentos, intervenções cirúrgicas inúteis, produção de traumas psicológicos, negligência e incompetência dos profissionais. O segundo nível é o da iatrogênese social, compreendido como sinônimo de medicalização social. Trata-se de efeitos sociais não desejados e do impacto social danoso da medicina. Uma das formas através das quais ocorre este processo é o controle social pelo diagnóstico, derivado da medicalização das categorias sociais. Como consequência, as pessoas passam a aceitar como natural a necessidade de cuidados médicos, de modo que a vida se torna um desenrolar de períodos que exigem formas particulares de consumo terapêutico. O terceiro nível concerne à iatrogênese cultural ou estrutural, na qual a medicina retira o significado pessoal do sofrimento e o transforma em problema técnico. Destrói-se, então, o potencial cultural dos indivíduos para lidarem de forma autônoma com a doença, a dor e a morte, mediante a imposição de regras e formas de se comportar (comer, dormir, amar, divertir-se, sofrer e morrer) e pela obediência às instruções dos profissionais. Dessa forma, os indivíduos se tornam sujeitos passivos (GAUDENZI; ORTEGA, 2012).

O autor ainda aponta para o fato de que a medicina moderna se apresenta propositalmente complicada, de forma a se tornar a única detentora do saber acerca dos processos de vida e sofrimento. A consequência é uma dependência progressiva em relação aos profissionais médicos, o que retira dos indivíduos a capacidade de pensarem e atuarem sobre si, bem como cuidarem de si mesmos (GAUDENZI; ORTEGA, 2012).

Importante ressaltar que Illich é conhecido por defender a ideia de que a medicina causa danos à saúde, desconsiderando de certa forma suas importantes contribuições à humanidade. Ao contrário, defendemos a tese de que o desenvolvimento da medicina é valioso à sociedade e que esta ciência, em si, não é necessariamente nociva. É preciso compreender que o próprio desenvolvimento da medicina como ciência determinou algumas de suas características e é a apropriação que o capitalismo fez de seus conhecimentos o responsável pelas consequências negativas advindas da medicalização. Isto é, o problema não reside

na medicina em si, mas na forma como ela se conforma sob o modo de produção capitalista.

Até para que possamos criticar o caráter essencialmente autoritário, porque normativo, da medicina é necessária a identificação das raízes históricas que possibilitam essa forma de entender e de atuar sobre o mundo (MOYSÉS; COLLARES, 2007). Por isso, faz-se importante neste momento um breve estudo da história da medicina em relação ao modo de produção capitalista.

Segundo Donnangelo (1976), nos primórdios do capitalismo, no século XVIII, as práticas mercantilistas impuseram a necessidade de voltar-se à população, controla-la, calcular sua força ativa, definir as condições de seu crescimento e implementar medidas para favorecê-lo. Como explicam Almeida e Gomes (2014), a fim de consolidar as relações capitalistas, o Estado viu-se obrigado a realizar mudanças no meio urbano, uma vez que colocava em risco o suprimento de força de trabalho.

A partir de então, a medicina se redefine como prática social e se estende a toda a sociedade, através do alargamento do campo de normatividade. Fez isso mediante a definição de novos princípios relacionados ao significado de saúde e à interferência médica na organização das populações e de suas condições de vida. Seu objetivo era o de aumentar e controlar a população (DONNANGELO, 1976).

O conhecimento médico tem condições, nesse momento, de se institucionalizar, construindo para si o local de onde enuncia seu julgamento e saber. A medicina faz coincidir seu espaço com todo o espaço social, atravessando-o e ocupando-o plenamente. Iniciam-se discussões sobre a relevância da presença generalizada dos médicos na sociedade, seus olhares cruzando-se e formando uma rede, exercendo uma vigilância constante, em todos os espaços físicos e temporais. [...] Normatizam-se as condutas adequadas, referentes a alimentos, vestuários, habitações, educação física e moral (MOYSÉS; COLLARES, 2007, p.12).

No início do século XIX, no contexto da recente industrialização dos países europeus e das condições precárias de vida consequentes, algumas propostas de atuação médica, como a medicina social, englobavam a identificação de condições de vida como fonte de enfermidades e a postulação da medicina como instrumento de reorganização social. Na metade do século, no entanto, estas propostas passaram a ser substituídas por programas mais limitados de reforma sanitária, como controle de doenças transmissíveis e condições ambientais específicas

(DONNANGELO, 1976). Segundo a autora, estes dois âmbitos de intervenção garantiram uma rede relativamente ampla de medicalização.

Para Moysés e Collares (2007) este movimento constitui na ampliação do objeto da medicina para o homem saudável, não doente, e na definição de um modelo. A ciência médica torna-se, assim, autoridade normativa sobre a vida e as relações sociais. “[...] se até o século XVIII, a medicina refere-se à saúde, no século XIX privilegia a normalidade” (MOYSÉS; COLLARES, 2007, p. 13). Dessa forma, a medicina torna-se apta a abranger toda a vida dos homens, tanto a doença como a saúde.

Até o século seguinte, o processo de medicalização constitui-se de principalmente dois elementos: o sanitarismo e a assistência aos pobres. Na metade do século XX, generaliza-se a assistência médica de diversas formas pela Europa, seja pelo seguro obrigatório ou pela instituição de sistemas universais de saúde (DONNANGELO, 1976). Nos dias atuais, a medicalização assume as características acima citadas.

Mencionamos anteriormente que a produção científica ocorre sempre em resposta a exigências feitas pelo contexto sócio-histórico em que é produzido o conhecimento. A medicina não é exceção.

Segundo Donnangelo (1976), devido ao fato de que esta ciência surgiu anteriormente ao capitalismo, ela tende a se revestir de um caráter de neutralidade e dissociação com relação ao modo de produção atual. Vimos, no entanto, que não há neutralidade nas ciências, o que é verdadeiro também para a medicina. Para os autores, a tendência à extensão da prática médica responde à necessidade do capital de subordinar o trabalho de forma a obter e se apropriar de mais-valia. Isto é, a medicina participa da reprodução social através da reprodução da força de trabalho, ao atuar em seus corpos, os quais compõem o objeto médico.

Dado porém que esse objeto só se define no conjunto das relações sociais, ao exercer-se sobre o corpo, definindo os limites de sua capacidade física e normatizando as formas de sua utilização, a medicina não apenas cria e recria condições materiais necessárias à produção econômica mas participa ainda da determinação do valor histórico da força de trabalho e situa-se, portanto, para além de seus objetivos tecnicamente definidos (DONNANGELO, 1976).

Para os autores, a medicina contribui à extração da mais-valia mediante o aumento da produtividade do trabalho, porquanto a melhoria da saúde dos trabalhadores possibilita que produzam mais (lembramos que à redução do tempo de trabalho necessário à produção corresponde a diminuição do valor dos produtos). É por isso que atua, principalmente, na cura de problemas de saúde, sem, contudo, focar-se na criação de condições que previnam tais problemas e promovam saúde. Como bem colocou Conti (1972 apud DONNANGELO, 1976, p. 39): “Curar os infartos confirma a lógica da competência e por isso o fazemos [...]. Criar um tipo de vida com menos ‘stress’, capaz de reduzir os casos de infarto significaria diminuir a competência em nossa vida: por isso não o fazemos”. Isto é, a medicina possibilita à sociedade capitalista a reprodução da força de trabalho, sem que sejam alteradas as condições de vida que a debilitam (ALMEIDA; GOMES, 2014).

O mesmo ocorre com o processo de medicalização. De acordo com Almeida e Gomes (2014), a medicina não é capaz de impor à sociedade novas patologias somente a partir de seus interesses. A ciência médica apenas pode apresentar respostas a questões colocadas pela sociedade.

O normal somente pode ser ressignificado como patológico [...] porque a normalidade vigente já não é mais adequada, suficiente, para as novas demandas da realidade. Ou seja, a medicina e os serviços de saúde somente podem transformar em patologia algo que, em última instância, apresenta-se para os indivíduos e coletivos como obstruções na reprodução da vida, como sofrimento, como problema que cobra para ser resolvido sob as relações sociais atuais (ALMEIDA; GOMES, 2014, p. 164).

Sendo assim, a análise do processo de medicalização social requer o exame das determinações das condições que são apropriadas pela medicina como doenças. Estas condições residem nas contradições da sociedade, as quais se manifestam, nos indivíduos e coletividades, como sofrimento, como obstruções em seus modos de andar a vida. A partir de então, a medicina moderna e os serviços de saúde desenvolvem respostas a estas obstruções, partindo principalmente do paradigma científico-epistemológico biomédico, o qual localiza na organicidade corporal as causas das obstruções. Ao fazer isso, ocultam-se as determinações sociais da saúde-doença, reproduzindo cada vez mais as contradições sociais que constituem a base dessas determinações. Este movimento de responder no campo biomédico a manifestações de contradições sociais justifica-se pelo fato de que o

corpo adquire importância para o capitalismo, porquanto a força de trabalho é a fonte da acumulação capitalista, como vimos.

Segundo Moysés e Collares (2007), ao deslocar problemas coletivos para a esfera do individual, problemas sociais para o campo médico, o processo de medicalização incorre como consequência na biologização e naturalização destes problemas. As autoras ressaltam que a medicalização não é um processo engendrado apenas pela medicina, mas, atualmente, por todas as ciências da saúde e outros campos que empregam o mesmo método da medicina tradicional. Neste contexto, os saberes produzidos cumprem a tarefa de manutenção do que está posto, o que configura, como vimos anteriormente, saberes ideológicos. Ao tomar um problema como exclusivamente biomédico, transformam-no em *natural, inevitável*, isentando-se todas as instâncias nele envolvidas, mais marcadamente o modo de produção capitalista (MOYSÉS; COLLARES, 2007).

Em capítulo anterior, nos referimos às diversas mudanças empreendidas pelo capital para que mantivesse sua hegemonia e alcançasse quantias de lucro cada vez maiores. Almeida e Gomes (2014) explicam que tais transformações realizadas, que configuram a chamada reestruturação produtiva, exigem o desenvolvimento de um corpo fisicamente resistente, capaz de suportar intensificação do trabalho e constituem perfis específicos de sofrimento. Por outro lado, quanto mais altos os níveis referentes a categorias nosológicas comuns a este tipo de organização do trabalho, mais inadequados estão os indivíduos a participar do processo produtivo, visto que estão mais vulneráveis ao desgaste e adoecimento. A fim de exemplificação, os autores citam a hipertensão arterial. Em que pese que tal doença é resultado dos processos de trabalho, os indivíduos por ela acometidos estão menos aptos a desenvolver suas funções produtivas, pois poderão suportar menos as condições cada vez mais exigentes e intensificadas de trabalho. Isto é, as crescentes exigências dos processos de vida e trabalho resultam em maiores exigências para a corporeidade humana (ALMEIDA; GOMES, 2014).

Como resposta às novas necessidades de corpos aptos para formas contemporâneas de trabalho cada vez mais intensificadas, desenvolve-se o enraizamento social de um novo *dever ser* para os corpos, através da flexibilização de critérios diagnósticos, que implica em medicalização dos não adaptados (ALMEIDA; GOMES, 2014, p. 168).

Estas exigências não são apenas físicas, mas também psíquicas. As condições sociais requerem indivíduos cada vez mais produtivos e psiquicamente resistentes, que resistam aos ritmos e cargas intensas de trabalho sem manifestarem sintomas de sofrimento que comprometam sua produtividade. Aquilo que impede ou obstaculiza a produção é patologizado (ALMEIDA; GOMES, 2014).

Concluem os autores que o processo de medicalização social é, então, determinado pelas relações sociais que constituem formas de vida e trabalho que produzem cada vez mais sofrimento, o que exige indivíduos mais resistentes. Transfere-se, assim, as manifestações das contradições sociais para o campo do patológico, do biológico e do individual, o que oculta e naturaliza as determinações do sofrimento:

O indivíduo é que se encontra 'doente' e precisa ser tratado para se adaptar ao contexto em que está inserido. Não se colocam em questão o contexto social, as relações estabelecidas. Elas não são submetidas a julgamentos, diagnósticos, como o são os indivíduos. Naturalizar, portanto, o processo saúde-doença implica naturalizar a sociedade tal como está, ocultar seu caráter histórico, contraditório, conflituoso e produtor de sofrimento (ALMEIDA; GOMES, 2014, p. 171).

Donnangelo (1976) ainda aponta para uma outra finalidade do processo de medicalização, a saber, o de criar novas mercadorias. Seja na forma de produtos e serviços de saúde, ou de instrumentos técnicos adquiridos pelos profissionais, a medicina acaba por, mais uma vez, responder à necessidade de reprodução de capital.

6.2.1 Medicalização social da depressão

Os casos de transtornos mentais são ainda mais enigmáticos, pois, conforme explica Angell (2011), ao contrário das doenças tratadas pelas outras especialidades médicas, os diagnósticos são subjetivos e não existem sinais ou exames objetivos para mensurar sintomas, fazendo com que as fronteiras do que é normal e o que é patológico sejam pouco claras. Isso possibilita a expansão das fronteiras diagnósticas e até a criação de novos diagnósticos, em um nível que não é possível em outros campos médicos.

Explicitamos anteriormente a transformação das diferentes concepções de depressão ao longo da história. A retomada histórica do sofrimento psíquico pouco difere. De acordo com Melo (1980), o conhecimento empírico da loucura remonta às mais antigas civilizações orientais, porém era revestido de superstições. Apenas na Grécia Antiga esta noção foi superada e teve início o conhecimento sistemático da doença mental, nos moldes que permitiram sua atual integração às ciências médicas. Hipócrates explicava a loucura pela mesma teoria dos humores que embasava sua concepção de melancolia, como aponta Ceccarelli (2005).

Na Idade Média, em geral, associava-se loucura com possessão demoníaca, devido à força do cristianismo (CECCARELLI, 2005), apesar de Melo (1980) apontar para a criação de diversos asilos espalhados pela Europa destinados ao abrigo e assistências a pessoas em sofrimento, desmistificando, assim, a ideia de que a Idade Média seria um período apenas de obscurantismo cultural, fanatismos, superstições, etc.

Foi apenas no início do século XIX que surgem os primeiros esboços clínico-descritivos que deram origem ao que hoje se chama psiquiatria clínica. Este foi o ponto de partida para sua incorporação à medicina (MELO, 1980) e, então, modificou-se radical e definitivamente a visão de loucura até então vigente. Pinel teve importante papel neste processo, com seu conceito de alienação mental e suas propostas de tratamento (CECCARELLI, 2005), porém Melo (1980) afirma que, na mesma época, diversos outros indivíduos também tiveram ideias relevantes para o desenvolvimento da psiquiatria.

Vimos que nesta época, passou-se a associar doenças mentais como doenças do cérebro. A partir de então, adquire hegemonia o paradigma biomédico, com a tendência a explicar fenômenos psíquicos exclusivamente por mecanismos orgânicos (químicos, físicos e biológicos) (OLIVEIRA, 2012).

No século seguinte, Kraepelin, com seus estudos, observações e descrições minuciosas das manifestações do sofrimento psíquico, dos comportamentos, gestos, hábitos e linguagem, sistematizou e categorizou os transtornos, tendo como resultado uma classificação detalhada e essencialmente descritiva. Constituiu-se, assim, a base semiótica da psiquiatria moderna, como podemos observar até hoje nos DSMs (OLIVEIRA, 2012).

Melo (1980) explica que, com a tendência à consolidação da doutrina de Kraepelin surgiu a possibilidade de construção de uma psiquiatria clínico-descritiva, nos moldes das outras especialidades médicas. Para tanto, era necessário, primeiramente, abordar o problema das causas das doenças mentais, e depois

[...] na mais estreita relação com esse problema, descobrir, encontrar e pôr em foco aquele *substrato orgânico-cerebral*, passível de ser identificado como *suporte único, necessário* – e compulsoriamente anterior – da estrutura psíquica, normal e mórbida (MELO, 1980, p. 15, grifos do autor).

Para Horwitz e Wakefield (2010), Kraepelin pretendia enquadrar a psiquiatria em uma abordagem biomédica e, portanto, seguiu a tradição da medicina física de se atentar aos sintomas e à progressão ao inferir como causas estados patológicos distintos.

Isto é, para que a psiquiatria pudesse se afirmar como ciência médica, no mesmo nível das especialidades já consolidadas, foi necessário localizar no sistema nervoso as causas dos transtornos mentais.

Este processo tem íntima relação, ainda, com a indústria farmacêutica. De acordo com Angell (2011), o número de diagnósticos de transtornos mentais aumentou demasiadamente a partir da década de 1950, quando surgiram os medicamentos psiquiátricos. Para Guarido (2007), a própria produção do saber sobre o sofrimento psíquico pode ser associada à produção de medicamentos que prometem aliviá-lo.

No que concerne especificamente à depressão, podemos afirmar que também sofreu e sofre processos de medicalização. Como vimos, as explicações biomédicas para sintomas depressivos foram ganhando cada vez mais espaço, até que, segundo Guarido (2007), a psicofarmacologia e a neuropsiquiatria tornaram-se hegemônicas no tratamento e explicação de sofrimentos severos e cotidianos. O predomínio do paradigma médico na produção de conhecimentos sobre sofrimento psíquico pode ser verificado levando-se em conta que a medicação é, atualmente, a indicação prioritária das intervenções psiquiátricas, e considerando-se a socialização do discurso médico pela mídia e por propagandas financiadas por indústrias farmacêuticas.

Verifica-se, então, a lógica acima mencionada de localizar no cérebro e em seu funcionamento problemas sociais. Neste caso, sofrimentos advindos do

processo de trabalho, das ideologias disseminadas, das relações sociais estabelecidas e da forma geral como a sociedade está organizada. Esta é a primeira expressão do processo de medicalização da depressão que podemos apontar.

A retomada histórica das diversas definições de depressão desde a Antiguidade expõe uma outra faceta deste processo. Vimos que, principalmente a partir do século XX, o critério de ausência de motivo foi sendo abandonado, de modo que o contexto em que surgem os sintomas depressivos deixou de ser significativo para o diagnóstico de depressão. Sendo assim, está posta a possibilidade de considerar como patologia qualquer reação de tristeza, o que resulta em um aumento desmedido das taxas de transtorno depressivo. O alargamento dos critérios diagnósticos de forma a abranger quaisquer manifestações de tristeza é a segunda expressão do processo de medicalização da depressão.

Horwitz e Wakefield (2010) apontam para uma consequência relevante deste processo. Se o contexto deixa de ser considerado no ato diagnóstico e qualquer reação de tristeza pode ser concebida como patológica, então a própria possibilidade de tristeza normal deixa de existir.

Neste ponto cabe uma reflexão acerca dos motivos que levam as manifestações de tristeza a serem patologizadas. Se o fenômeno da medicalização está intimamente relacionado ao momento histórico em que ocorre, como vimos, então encontraremos a resposta na análise da sociedade capitalista. Mencionamos anteriormente que se transforma em patologia tudo aquilo que consiste em uma obstrução ao processo produtivo, à acumulação de capital e à extração de mais-valia. A tristeza encaixa-se neste contexto e, portanto, do ponto de vista do capital, passar a requerer uma intervenção biomédica.

Além disso, os próprios critérios diagnósticos têm se alargado, tanto no que se refere ao número de sintomas justificadores do diagnóstico, quanto ao tempo durante o qual os sintomas devem se manter. Como exemplo nítido deste processo, podemos citar os critérios anteriormente apresentados do DSM-V. Ao listar sintomas como perda ou ganho de peso, insônia ou hipersonia, agitação ou retardo psicomotor, abrange-se dois polos de um mesmo aspecto, o que permite a inclusão de cada vez mais indivíduos no quadro depressivo. Agora é diagnosticado, por exemplo, aquele indivíduo que tem dificuldades para dormir, mas também aquele

que dorme excessivamente. Isto é, abre-se a possibilidade de incluir no mesmo diagnóstico até mesmo aquelas pessoas que apresentam sintomas opostos.

Com essa análise do processo de medicalização da tristeza e da depressão, objetivamos apontar que, conforme Horwitz e Wakefield (2010), o aumento de casos de transtornos depressivos atualmente verificado é consequência, em grande medida, da confusão entre tristeza normal e um quadro patológico. Defendemos que uma parte importante da explicação para as altas taxas de depressão reside no fato de que manifestações normais de tristeza estão sendo consideradas como transtorno depressivo.

Esta constatação é importante para complementar nossa análise da depressão na sociedade contemporânea. A nosso ver, a sociedade capitalista e sua forma atual de acumulação (a acumulação flexível) têm produzido sofrimento e sintomas depressivos, com intensidade nunca antes verificada. No entanto, apenas esta explicação é insuficiente para compreendermos os exorbitantes níveis de transtorno depressivo hoje averiguados. Para tanto, devemos compreender que há, simultaneamente à produção de sofrimento e adoecimento na sociedade, um processo no qual se concebe como patologia diversos aspectos e manifestações de tristeza outrora considerados normais.

6.3 A MATRIZ DE PROCESSOS CRÍTICOS REFERENTES À DEPRESSÃO

A partir das análises dos processos críticos acima, bem como das discussões empreendidas ao longo deste trabalho podemos, então, apresentar a versão por nós sistematizada da matriz de processos críticos envolvidos na gênese da depressão nos dias atuais.

Como mencionamos anteriormente, separamos a matriz em dimensões e domínios. Na dimensão geral, separamos, ainda, aquilo que diz respeito à estrutura do modo de produção capitalista e o que se refere mais especificamente às características do capitalismo contemporâneo (reestruturação produtiva). Optamos por esta divisão por compreender que o capitalismo é formado por um conjunto de características relativamente estáveis, pois compõem a própria essência deste sistema. É o caso, por exemplo, da extração da mais-valia, do fenômeno da alienação, da criação da superpopulação relativa. A reestruturação produtiva

incorpora tais características, visto que é uma fase particular do modo de produção capitalista, porém apresenta alguns aspectos específicos, que diferem de outros momentos de acumulação. Como, por exemplo, as iniciativas atuais da “polivalência”. Não deixa de pertencer ao domínio geral, pois é um processo estrutural da sociedade, estando presente em várias formas particulares de trabalho (indústria, comércio, bancos, etc.), porém não integram o conjunto das características mais estáveis do capitalismo, uma vez que é uma criação recente. Podemos interpretar também estes aspectos da reestruturação produtiva como expressões contemporâneas de processos estruturais do capitalismo. Isto é, se a produção capitalista tem como objetivo principal, em qualquer fase de acumulação, a extração de mais-valia e a procura por meios de aumentá-la, isso se expressa, nas formas flexíveis de acumulação, na flexibilização do processo de trabalho e na implantação das multitarefas. É sob esta lógica que sistematizamos nossa matriz.

Ressaltamos, ainda, que nem todos os processos críticos acima apontados ocorrem da mesma forma, especialmente no que se refere à implantação das técnicas toyotistas de produção. Há particularidades que devem ser consideradas. Isto é, a reestruturação produtiva não é um processo homogêneo e universal. Neste trabalho, estamos apontando apenas algumas de suas características centrais, as quais podem não ser observados em diversos locais de trabalho ao redor do mundo.

É importante também considerarmos que muitos dos aspectos da reestruturação produtiva que apontamos não são exclusivos deste momento histórico e já existiam antes da expansão do toyotismo, como é o caso do assédio moral e outras formas de violência no trabalho. A acumulação flexível apenas as aprofunda e difunde.

Por fim, destacamos que muitos dos processos apontados na matriz são mais amplos do que a depressão e, dizem respeito ao sofrimento psíquico de forma geral. A inclusão destes processos justifica-se pelo fato de que, a nosso ver, estão relacionados ao transtorno depressivo, ainda que a literatura científica não os associe diretamente.

Antes de apresentá-la, contudo, é importante destacarmos que a exposição formal da matriz, como a utilização de qualquer esquema, tem suas limitações. A primeira delas é o fato de formalizar processos que são, na verdade, dialéticos. As separações entre dimensões e domínios são meramente um recurso didático de

exposição, visto que não ocorrem na vida real e prática dos indivíduos. Não há uma divisão formal entre os âmbitos ideológico e cotidiano, por exemplo; na realidade prática eles estão imbricados uns nos outros, em uma relação dialética. Não obstante estes limites a utilização da matriz auxilia a visualização dos problemas de saúde-doença como questões complexas, bem como permite a identificação de processos gerais (referentes ao modo de produção) que estão envolvidos na gênese de doenças e transtornos, os quais, geralmente, tendem a ser invisibilizados pela lógica biomédica.

QUADRO 2 – MATRIZ DE PROCESSOS CRÍTICOS REFERENTES À DEPRESSÃO (continua)

| Domínios Dimensões | Geral | | Individual | |
|---------------------------|---|---|--|--|
| | Aspectos gerais (estruturais) do capitalismo | Expressões no capitalismo contemporâneo | Manifestações sobre o perfil de desgaste-reprodução e suas implicações sobre o perfil epidemiológico | |
| Vida produtiva (trabalho) | Exploração da força de trabalho por meio da extração da mais-valia (absoluta) | Aumento da jornada de trabalho | Adoção de horas extras como rotina; bancos de horas; trabalho a domicílio | Aumento do desgaste e redução do tempo de reprodução da força de trabalho: fadiga, adoecimento |
| | | Intensificação do trabalho | Absorção dos poros “improdutivos” do processo de trabalho | Desgaste: fadiga, ansiedade, irritabilidade, autodesvalorização, vivências de fracasso |
| | | | Gestão do trabalho mediante envolvimento/cooptação (captura da subjetividade) | Controle emocional através do engajamento subjetivo, manipulação, mobilização da subjetividade, manejo de afetos e desejos, exploração dos sentimentos, instrumentalização do medo, dependência afetiva, violência psicológica Transtornos mentais e sintomas psicossomáticos |
| | | | Competitividade | Impactos negativos nas relações sociais: perdas de suportes, deterioração de laços, relações supérfluas, desconfiança, indiferença, isolamento Pressão coletiva: nervosismo, ansiedade, depressão, insegurança, perturbações no sono e sintomas psicossomáticos Obscurecimento das relações antagônicas Violência |
| | | | Princípio da “polivalência” (multifuncionalidade) | Trabalho parcial Fluidez da subjetividade Intensificação do trabalho e aumento de cargas |

FONTE: a autora (2017).

QUADRO 2 – MATRIZ DE PROCESSOS CRÍTICOS REFERENTES À DEPRESSÃO (continuação)

| Domínios Dimensões | Geral | | Individual |
|---------------------------|---|---|---|
| | Aspectos gerais (estruturais) do capitalismo | | Manifestações sobre o perfil de desgaste-reprodução e suas implicações sobre o perfil epidemiológico |
| Vida produtiva (trabalho) | Exploração da força de trabalho por meio da extração da mais-valia (absoluta) | Intensificação do trabalho | <p>Flexibilidade/Flexibilização do processo de trabalho</p> <p>Insegurança, nervosismo, ansiedade, medo, Perdas no âmbito da sociabilidade e das relações interpessoais Adaptação contínua do trabalhador: tensão, fadiga, ansiedade, insegurança Descartabilidade dos indivíduos Responsabilização do indivíduo por sua situação</p> |
| | | | <p>Assédio moral</p> <p>Deterioração dos vínculos sociais e isolamento Impactos na autoestima: sentimentos de insignificância, inutilidade, descartabilidade, inferiorização e desvalorização Sentimentos de raiva, perda de autocontrole, tristeza, desânimo, insegurança, medo, irritabilidade, angústia Desgaste psíquico: fadiga, depressão, distúrbios do sono, sintomas psicossomáticos, pensamentos e tentativas de suicídio</p> |
| | Pagamento da força de trabalho abaixo do valor | Precarização dos vínculos e direitos trabalhistas: terceirização; informalidade, etc. | Aumento da intensificação do trabalho e redução salarial: aumento do desgaste e diminuição das condições para a reprodução da força de trabalho: pauperização; adoecimento |

FONTE: a autora (2017).

QUADRO 2 – MATRIZ DE PROCESSOS CRÍTICOS REFERENTES À DEPRESSÃO (continuação)

| Domínios Dimensões | Geral | | Individual |
|---------------------------|---|--|---|
| | Aspectos gerais (estruturais) do capitalismo | Expressões no capitalismo contemporâneo | Manifestações sobre o perfil de desgaste-reprodução e suas implicações sobre o perfil epidemiológico |
| Vida produtiva (trabalho) | Exploração da força de trabalho por meio da extração da mais-valia (relativa) | Mudança na composição orgânica do capital: avanço tecnológico (aumento do capital constante) | <p>Repercussões contraditórias:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Aumento da produtividade com redução do valor unitário das mercadorias – implica redução do valor da força de trabalho. Pode implicar aumento do acesso dos trabalhadores a bens e serviços mesmo com manutenção ou redução salarial (processo crítico protetor) - Alteração das cargas exigidas: por um lado, diminuição da exigência de força física, com a maquinaria realizando intervenções antes realizadas pelos trabalhadores. Por outro, aumento da exigência de concentração e atenção no monitoramento da maquinaria. Aumento também de cargas exigidas para acompanhar a velocidade da maquinaria (movimentos repetitivos). Pode implicar alteração do perfil epidemiológico, com redução relativa das lesões traumáticas e aumento das lesões crônicas e adoecimento psíquico |
| | Formação da superpopulação relativa | Automação dos processos produtivos com base na microeletrônica e na informática | <p>Quadros de miséria, pauperismo e vulnerabilidade socioeconômica: condições precárias de vida, de saúde e de trabalho</p> <p>Sentimentos de culpa, constrangimento, desesperança, perda de controle, desespero, desamparo, tristeza, revolta, desorientação, vergonha, desânimo, raiva, injustiça, insegurança, autodesvalorização, sensação de instabilidade</p> <p>Falta de reconhecimento social, prejuízos à sociabilidade, isolamento social</p> <p>Transtornos mentais: depressão, ansiedade, alcoolismo, suicídio</p> |
| | | Altas taxas de desemprego e precariedade das condições de vida e de trabalho | |

FONTE: a autora (2017).

QUADRO 2 – MATRIZ DE PROCESSOS CRÍTICOS REFERENTES À DEPRESSÃO (continuação)

| Domínios Dimensões | Geral | | Individual |
|------------------------------------|--|---|--|
| | Aspectos gerais (estruturais) do capitalismo | Expressões no capitalismo contemporâneo | Manifestações sobre o perfil de desgaste-reprodução e suas implicações sobre o perfil epidemiológico |
| Vida produtiva (trabalho) | Alienação | Manifestação da alienação no âmbito do processo de trabalho | Trabalho como negação do indivíduo, atividade imposta, sem sentido, fonte de sofrimento |
| Vida de consumo e da cotidianidade | Subsunção de todas as dimensões da sociedade ao metabolismo do capital | Extensão da produção para a totalidade social Redução da vida social à lógica da produção do capital | Empobrecimento da participação social: estreitamento da vida familiar, do círculo de amizades, das práticas de lazer, etc. Aplicação da lógica de mercado às relações sociais: reprodução de valores como individualismo, efemeridade, descartabilidade Acirramento do fetichismo da mercadoria Ampliação do desgaste e redução do tempo de recuperação |
| | Alienação | Manifestação da alienação no âmbito do cotidiano | Sentimento de impotência Sentido do absurdo Isolamento Auto-estranhamento Anomia Empobrecimento e esvaziamento dos valores essencialmente humanos Comportamentos ritualizados e estandardizados, desprovidos de sentido, motivações efêmeras e particulares Desempenho fragmentado de papéis |

FONTE: a autora (2017).

QUADRO 2 – MATRIZ DE PROCESSOS CRÍTICOS REFERENTES À DEPRESSÃO (continuação)

| Domínios Dimensões | Geral | | Individual |
|-----------------------|--|--|---|
| | Aspectos gerais (estruturais) do capitalismo | Expressões no capitalismo contemporâneo | Manifestações sobre o perfil de desgaste-reprodução e suas implicações sobre o perfil epidemiológico |
| Vida política | Antagonismo e correlação de forças entre a classe capitalista e a classe trabalhadora no plano econômico se expressando em dada correlação de forças na luta política | Fase ofensiva do capital tanto no plano econômico, quanto no político - derrota de projetos emancipatórios anticapitalistas. Altos níveis de desemprego e terceirização fragmentam e enfraquecem os trabalhadores e seus instrumentos (sindicatos, movimentos sociais etc.) Flexibilização de leis e direitos trabalhistas | Aumento da exploração da força de trabalho Submissão dos trabalhadores a condições de trabalho desgastantes Aumento da exposição aos processos destrutivos presentes no trabalho Restrição de direitos sociais: acesso a serviços de saúde e de previdência social (limitação da recuperação) Insatisfação, impotência e desintegração social |
| | Alienação | Manifestação da alienação no âmbito político | Naturalização de aspectos sociais obsta a organização política e transformação da realidade |
| Vida ideológica | O antagonismo de classes se expressando em diferentes visões de mundo e formas de consciência social – a fase de ofensiva capitalista e derrota dos trabalhadores se manifesta no predomínio de visões ideológicas (justificadoras e reprodutoras das relações capitalistas) | Fetichismo da mercadoria | Empobrecimento subjetivo: “coisificação do homem” |
| | | Exacerbação da competitividade e redução da solidariedade entre os sujeitos (Individualismo) | Efemeridade, instabilidade Quebra de laços sociais, isolamento, ausência de solidariedade Responsabilização individual pelas condições de vida Enfraquecimento da luta de classes |
| | | Medicalização social | Naturalização do sofrimento, atribuição de causalidades biológicas e individuais, ocultação das raízes sociais, obscurecimento de suas determinações |
| | | Alienação | Ausência de relação consciente com a existência, que se torna espontânea, socialmente imposta e aceita Naturalização de condições objetivas da sociedade, levando à submissão dos indivíduos a elas |

FONTE: a autora (2017).

QUADRO 2 – MATRIZ DE PROCESSOS CRÍTICOS REFERENTES À DEPRESSÃO (conclusão)

| Domínios Dimensões | Geral | | Individual |
|------------------------|---|---|--|
| | Aspectos gerais (estruturais) do capitalismo | Expressões no capitalismo contemporâneo | Manifestações sobre o perfil de desgaste-reprodução e suas implicações sobre o perfil epidemiológico |
| Relação com o ambiente | O metabolismo do capital se expressando na subsunção do ambiente natural e social à dinâmica da exploração e da acumulação. | Compressão do tempo-espaço | Volatilidade, efemeridade, instantaneidade, descartabilidade, obsolescência: de produtos, técnicas de produção, processos de trabalho, ideias, ideologias, valores, práticas estilos de vida, relacionamentos, coisas, pessoas, lugares e modos adquiridos de agir e ser Dificuldade de planejamento a longo prazo e pouco sentimento de continuidade Afrouxamento de laços sociais Incerteza, instabilidade, vulnerabilidade e preocupação |
| | | Urbanização contemporânea como manifestação da subsunção do espaço à lógica capitalista | Espaço urbano organizado para atender à dinâmica mercantil e não ao bem estar da maioria da população. |

FONTE: a autora (2017).

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo deste trabalho, buscamos discutir a depressão com base na teoria da determinação social do processo saúde-doença, a qual possibilita a análise das altas taxas deste transtorno na sociedade contemporânea. Faz isso a partir dos conceitos de processos críticos e cargas de trabalho, bem como mediante a compreensão das formas pelas quais o modo de produção determina a conformação do processo saúde-doença dos indivíduos e coletividades.

Quando falamos do método materialista histórico-dialético no início deste trabalho, afirmamos que o processo científico consiste no ato de abstrair as características mais imediatas do fenômeno, isto é, sua aparência, para chegarmos à sua essência. Mencionamos que isso só é possível quando se revelam os processos históricos e sociais que originam os fenômenos da realidade, isto é, em sua totalidade, não como fenômeno isolado. Foi o que procuramos fazer com a construção da matriz de processos críticos.

Vimos que o ponto de partida para a produção científica deve ser o indivíduo real, vivendo sob determinadas condições materiais de vida que impõem a necessidade de transformação da realidade por meio do trabalho. Desse modo, o trabalho é o ato humano que deve ser examinado primeiramente, o que explica a ênfase que demos ao processo produtivo.

Afirmamos também que a ciência possui uma função social específica, que necessidades e perspectivas sociais definem linhas de pesquisa e estudo. Esta função está atrelada ao interesse de classe. Podemos afirmar, então, que a compreensão biomédica da depressão cumpre uma função de invisibilizar os processos por nós apontados, de modo a desresponsabilizar o modo de produção capitalista por sua produção. Da mesma forma, nosso estudo também parte do ponto de vista de uma classe social, a classe trabalhadora, expropriada dos meios de produção e submetida à exploração capitalista. O interesse deste trabalho pode ser identificado com os interesses da classe trabalhadora, de explicitar os processos capitalistas que resultam em desgaste e destruição da força de trabalho e produzir conhecimentos que possam subsidiar a transformação da realidade.

Sendo assim, procuramos demonstrar como o modo de produção capitalista tem produzido sofrimento e adoecimento psíquico, inclusive, de forma particular,

através das técnicas toyotistas e flexíveis de produção. E, neste processo, estão envolvidas questões subjetivas, relacionadas à consciência, à personalidade, às emoções e aos sentimentos. Ao capitalismo corresponde a constituição de subjetividades específicas, com características marcantes deste modo de produção. Equivale dizer que a sociedade contemporânea (capitalista) produz indivíduos mais tristes, assim como produz ansiedade, medo, individualismo, competitividade, insegurança, isolamento, miséria, vulnerabilidade, destrói laços afetivos e comunitários, cria vidas sem sentido. Todas estas questões podem estar ligadas ao aumento das taxas de depressão atualmente verificadas.

Seria importante que fossem aprofundadas futuramente estas relações entre o trabalho e a subjetividade, consciência, personalidade e sentimentos, visto que estudos que abordem as consequências psicológicas e subjetivas dos processos de trabalho sob o capitalismo são escassos, especialmente sob o referencial teórico marxista. E, como vimos, é este o referencial que possibilita a compreensão dos processos de saúde-doença em sua essência. Sendo assim, nosso trabalho se caracteriza como uma primeira aproximação a este tipo de estudo, após o qual será necessária a continuidade da aplicação da teoria da determinação social do processo saúde-doença e do referencial marxista à análise dos fenômenos de sofrimento e adoecimento psíquico advindos do processo de trabalho.

Frente a isso, a análise empreendida no sexto capítulo encontrou algumas limitações, advindas da escassez de produção científica na área. Como exemplo, podemos mencionar a última dimensão constante em nossa matriz, referente à vida de relação com as condições ambientais. Nesta, poderíamos citar diversos aspectos das grandes cidades e do espaço urbano que podem estar relacionados ao sofrimento e adoecimento psíquico, tais como: o ritmo frenético de trabalho; a absorção de tempo de reprodução da força de trabalho por outras condições (tempo de deslocamento em grandes metrópoles, por exemplo); as expressões da desigualdade social, como pobreza e violência; as repercussões da sociedade do consumo sobre a vida (aspectos como poluições do ar, visual, sonora etc.); privatização do espaço público; segregações urbanas (periferias); entre outros.

Já existe certa produção científica associando estes elementos à saúde. A própria Organização Mundial da Saúde (WHO, 2013) reconhece que o aumento das taxas de transtornos mentais pode estar relacionado à marginalização, pauperização

e violência, aspectos que se aprofundam com o crescimento da população urbana. Porém, poucos trabalhos procuram compreender implicações subjetivas da vida urbana. Delgado (2012) é um dos autores que afirma que a violência é um fenômeno social de grande impacto sobre a subjetividade. Para ele, uma de suas formas, a violência urbana, presente especialmente nas grandes cidades, é um aspecto de grande importância ao campo da saúde mental, ainda que existam poucos estudos específicos acerca da violência urbana, sob o âmbito da saúde mental. Inclusive o autor aponta que, na produção bibliográfica brasileira, não há uma tradição de estudos sobre violência urbana e saúde mental.

Outro exemplo diz respeito à dimensão ideológica. Poucos estudos procuram compreender a forma como ideias, valores e representações afetam a subjetividade e o psiquismo. Certamente a pós-modernidade, como expressão ideológico-científica do capitalismo, possui influências subjetivas significativas aos indivíduos.

Dessa forma, faz-se necessário o desenvolvimento de estudos mais aprofundados sobre estas temáticas, no que se refere às suas consequências psicológicas, para que seja possível a compreensão de seu envolvimento na conformação do processo saúde-doença desta sociedade.

De qualquer forma, mesmo com as limitações e dificuldades intrínsecas a um estudo que se posiciona em oposição a uma concepção hegemônica, nosso trabalho pôde refletir, ainda que preliminarmente, sobre as condições de desgaste e reprodução postas para a maioria da classe trabalhadora na atual fase do modo de produção capitalista. A partir disso, tendo consciência das formas pelas quais o capitalismo se constitui como fonte de sofrimento e adoecimento, é possível formular estratégias mais adequadas de cuidado, prevenção e promoção à saúde. Nesse sentido, todas as iniciativas voltadas à melhoria das condições de trabalho, à diminuição da intensificação do trabalho e da violência, e à ampliação de direitos sociais, por exemplo, são fundamentais.

Não se deve perder de perspectiva, contudo, as raízes estruturais dos processos de sofrimento nas relações de produção capitalistas. Isso demonstra a necessidade de relacionar as iniciativas voltadas à produção de uma sociedade mais saudável a projetos de cunho emancipatório, cujo objetivo é a construção de uma

sociedade que supere as divisões em classes sociais e suas decorrentes formas de exploração, desigualdade e sofrimento.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, M. R.; GOMES, R. M. Medicalização social e educação: contribuições da teoria da determinação social do processo saúde-doença. **Nuances: estudos sobre Educação**, Presidente Prudente, v. 25, n. 1, p. 155-175, jan./abr. 2014.

ALVES, G. **Trabalho e subjetividade**: o espírito do toyotismo na era do capitalismo manipulatório. São Paulo: Boitempo, 2011.

AMABLE, M. **La precariedad laboral y su impacto en la salud**: un estudio en trabajadores asalariados en España. 176 f. Tese (Doutorado em Ciências da Saúde e da Vida) – Departamento de Ciências Experimentais e da Saúde, Universitat Pompeu Fabra, Barcelona, 2006.

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION. **Referências rápidas aos critérios diagnósticos do DSM-V**. Porto Alegre: Artmed, 2014.

ANGELL, M. A epidemia de doença mental. **Revista Piauí**, ed. 59, abr. 2011.

ANTUNES, R. L. C. As novas formas de acumulação de capital e as formas contemporâneas do estranhamento (alienação). **Caderno CRH**, Salvador, n. 37, jul./dez. 2002.

_____. **Os sentidos do trabalho**: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. 2. ed., 2. reimpressão. São Paulo: Boitempo, 2013.

ARAÚJO, A. C.; NETO, F. L. A nova classificação americana para os transtornos mentais - o DSM-5. **Jornal de Psicanálise**, v. 46, n. 85, p. 99-116, 2013.

ARONSSON, G. Dimensions of control as related to work organization, stress, and health. **International Journal of Health Services**, v. 19, n. 3, p. 459-468, 1989.

BARRETO, M.; HELOANI, R. Violência, saúde e trabalho: a intolerância e o assédio moral nas relações laborais. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 123, p. 544-561, jul./set. 2015.

BARROS, A. J. S.; LEHFELD, N. A. S. **Fundamentos de metodologia**. São Paulo: Makron Books, 2000.

BERNARDO, M. H.; NOGUEIRA, F. R. C.; BÜLL, S. Trabalho e saúde mental: repercussões das formas de precariedade objetiva e subjetiva. **Arquivos Brasileiros de Psicologia**, Rio de Janeiro, v. 63, p. 83-93, 2011.

BLAGONADEZHINA, L. V. Las emociones y los sentimientos. In: SMIRNOV, A. A; LEONTIEV, A. N.; RUBINSHTEIN, S.L.; TIEPLOV, B. M. **Psicologia**. México: Grijalbo, 1960, p. 355-384.

BORSOI, I. C. F. Da relação entre trabalho e saúde à relação entre trabalho e saúde mental. **Psicologia & Sociedade**, v. 19, edição especial n. 1, p. 103-111, 2007.

BRAVERMAN, H. **Trabalho e capital monopolista**: a degradação do trabalho no século XX. 3 ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

BREILH, J. **Epidemiologia**: economia, política e saúde. São Paulo: Editora Universidade Estadual Paulista, 1991.

_____. **Epidemiologia crítica**: ciência emancipadora e interculturalidade. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2006.

_____. Las tres 'S' de la determinación de la vida: 10 tesis hacia una visión crítica de la determinación social de la vida y la salud. In: NOGUEIRA, R. P. **Determinação social da saúde e reforma sanitária**. Rio de Janeiro: CEBES, 2010a. p. 87-125.

_____. La epidemiología crítica: una nueva forma de mirar la salud en el espacio urbano. **Salud Colectiva**, Buenos Aires, v. 6, n. 1, p. 83-101, 2010b.

CALDANA, A. C. F.; FIGUEIREDO, M. A. C. Desemprego e subjetividade: estratégias de inclusão social e sobrevivência. **Paidéia**, v. 12, n. 22, p. 19-26, 2002.

CAPONI, S. Uma análise epistemológica do diagnóstico de depressão. **Cad. Bras. Saúde Mental**, v. 1, n. 1, jan./abr. 2009.

CECCARELLI, P. O sofrimento psíquico na perspectiva da psicopatologia fundamental. **Psicologia em estudo**, Maringá, v. 10, n. 3, p. 471-477, set./dez. 2005.

CHAGAS, E. F. O pensamento de Marx sobre a subjetividade. In: CHAGAS, E. F.; RECH, H. L.; VASCONCELOS, R.; DA MATA, V. **Subjetividade e educação**. Fortaleza: Edições UFC, 2012. p. 37-62

CHAHAD, C.; CHAHAD, J. P. C. Os impactos psicológicos do desemprego e suas consequências sobre mercado de trabalho. **Revista da ABET**, v. 5, n. 1, p. 179-218, jan./jun. 2005.

DALGALARRONDO, P. **Psicopatologia e semiologia dos transtornos mentais**. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2008.

DELGADO, P. G. G. Violência e saúde mental: os termos do debate. **O social em questão**, v. 15, n. 28, p. 187-198, 2012.

DEMO, P. **Pesquisa e construção do conhecimento**: metodologia científica no caminho de Habermas. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1996.

_____. **Metodologia do conhecimento científico**. São Paulo: Atlas, 2000.

DONNANGELO, M. C. F. Saúde e Sociedade. In: DONNANGELO, M. C. F.; PEREIRA, L. **Saúde e sociedade**. São Paulo: Duas Cidades, 1976.

DUARTE, N. **A individualidade para si**: contribuição a uma teoria histórico-crítica da formação do indivíduo. 3 ed. rev. Campinas: Autores Associados, 2013.

FERREIRA, S. A. T. A evolução do conceito de depressão no século XX: uma análise da classificação da depressão nas diferentes edições do Manual Diagnóstico e Estatístico da Associação Americana de Psiquiatria (DSMs) e possíveis repercussões destas mudanças na visão de mundo moderna. **Revista Hospital Universitário Pedro Ernesto**, ano 10, p. 79-90, jan./mar. 2011.

FRANCO, T.; DRUCK, G.; SELIGMANN-SILVA, E. As novas relações de trabalho, o desgaste mental do trabalhador e os transtornos mentais no trabalho precarizado. **Rev. bras. Saúde ocup.**, São Paulo, v. 35, n. 122, p. 229-248, 2010.

FREITAS, F. L. **Tristeza e depressão**: análise do discurso dos médicos psiquiatras de um município de Santa Catarina. 63 f. Dissertação (Mestrado em Saúde Coletiva) – Centro de Ciências da Saúde, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2011.

GAUDENZI, P.; ORTEGA, F. O estatuto da medicalização e as interpretações de Ivan Illich e Michel Foucault como ferramentas conceituais para o estudo da desmedicalização. **Interface – Comunic., Saude, Educ.**, Botucatu, v. 16, n. 40, p. 21-34, jan./mar. 2012.

GOMES, R. M. **Trabalho médico e alienação**: as transformações das práticas médicas e suas implicações para os processos de humanização/desumanização do trabalho em saúde. 815 f. Tese (Doutorado em Medicina Preventiva) – Faculdade de Medicina, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

GONÇALVES, C. A. V.; MACHADO, A. L. Depressão, o mal do século: de que século? **R. Enfermagem UERJ**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 2, p. 298-304, abr./jun. 2007.

GUARIDO, R. A medicalização do sofrimento psíquico: considerações sobre o discurso psiquiátrico e seus efeitos na educação. **Educação e pesquisa**, São Paulo, v. 33, n. 1, p. 151-161, jan./abr. 2007.

HARVEY, D. **Condição pós-moderna**: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. São Paulo: Edições Loyola, 2003.

HORWITZ, A. V.; WAKEFIELD, J. C. **A tristeza perdida**: como a psiquiatria transformou a depressão em moda. São Paulo: Summus, 2010.

JARDIM, S. Depressão e trabalho: ruptura de laço social. **Rev. Bras. Saúde Ocup.**, São Paulo, v. 36, n. 123, p. 84-92, 2011.

KATZ, C.; COGGIOLA, O. **Neoliberalismo ou crise do capital?** São Paulo: Xamã, 1995.

LAURELL, A. C. La salud-enfermedad como proceso social. **Revista Latinoamericana de salud**, México, v. 2, p. 7-25, 1982.

LAURELL, A. C.; NORIEGA, M. **Processo de produção e saúde: trabalho e desgaste operário**. São Paulo: Hucitec, 1989.

LEFEBVRE, H. **Lógica formal, lógica dialética**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.

LEÓN, L. M.; IGUTI, A. M. Saúde em tempos de desemprego. In: GUIMARÃES, L. A. M.; GRUBITS, S (orgs.). **Série Saúde Mental e Trabalho**. v. 1. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1999. p. 239-258.

LEONTIEV, A. **O desenvolvimento do psiquismo**. São Paulo: Editora Moraes, 1998.

LIMA, M. E. A. **Os equívocos da excelência: as novas formas de sedução na empresa**. Rio de Janeiro: Vozes, 1995.

LIMA, M. S. Epidemiologia e impacto social. **Rev Bras Psiquiatr**, São Paulo, v. 21, 1999.

LÖWY, M. **As aventuras de Karl Marx contra o Barão de Münchhausen: marxismo e positivismo na sociologia do conhecimento**. São Paulo: Busca Vida, 1987.

MALAGUTY, S. **Sofrimento pelo trabalho: uma contribuição a partir da Teoria da Atividade de A. N. Leontiev**. 151 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Setor de Ciências Humanas, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2013.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MARKUS, G. **A teoria do conhecimento no jovem Marx**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.

MARTINS, L. M. **A formação social da personalidade do professor: um enfoque vigotskiano**. Campinas: Autores Associados, 2007.

MARX, K. **Manuscritos econômico-filosóficos**. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2004.

_____. **Contribuição à crítica da economia política**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

_____. **O capital: crítica da economia política**. Livro 1. São Paulo: Boitempo, 2013.

MARX, K.; ENGELS, F. **A ideologia alemã: crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas (1845-1846)**. São Paulo: Boitempo, 2007.

MATOS, E. G.; MATOS, T. M. G.; MATOS, G. M. G. Depressão melancólica e depressão atípica: aspectos clínicos e psicodinâmicos. **Estudos de Psicologia**, Campinas, v. 23, n. 2, p. 173-179, abr./jun. 2006.

MELO, A. L. N. **Psiquiatria**. 3. ed. 2. v. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1980.

MENDES-GONÇALVES, R. B. **Tecnologia e organização social das práticas de saúde**: características tecnológicas de processo de trabalho na rede estadual de centros de saúde de São Paulo. São Paulo: Hucitec, Abrasco, 1994.

MÉSZÁROS, I. **A teoria da alienação em Marx**. São Paulo: Boitempo, 2006.

_____. **Estrutura social e formas de consciência, volume II**: a dialética da estrutura e da história. São Paulo: Boitempo, 2011.

MOYSÉS, M. A. A.; COLLARES, C. A. L. Medicalização: elementos de desconstrução de direitos humanos. In: COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS DO CRP-RJ (org.). **Direitos humanos? O que temos a ver com isso?** Rio de Janeiro: Conselho Regional de Psicologia – RJ, 2007. p. 153-168.

NARDI, H. C. **Ética, trabalho e subjetividade**: trajetórias de vida no contexto das transformações do capitalismo contemporâneo. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2006.

NAVARRO, V. L.; PADILHA, V. Dilemas do trabalho no capitalismo contemporâneo. **Psicologia & Sociedade**, Porto Alegre, v. 19, edição especial n. 1, p. 14-20, 2007.

NETTO, J. P. **Introdução ao estudo do método de Marx**. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

NETTO, J. P.; BRAZ, M. **Economia política**: uma introdução crítica. 6.ed. São Paulo: Cortez, 2010.

OLIVEIRA, W. F. A compreensão do fenômeno psíquico na modernidade ocidental e a prática de saúde mental social e higiênica no Brasil. **Cad. Bras. Saúde Mental**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 8, p. 160-165, jan./jun. 2012.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE. **Classificação de Transtornos Mentais e de Comportamento da CID-10**: descrições clínicas e diretrizes diagnósticas. Reimpressão. Porto Alegre: Artmed, 2011.

PAPARELLI, R.; SATO, L.; OLIVEIRA, F. A saúde mental relacionada ao trabalho e os desafios aos profissionais de saúde. **Rev. Bras. Saúde ocup.**, São Paulo, v. 36, n. 123, p. 118-127, 2011.

POLITZER, G. **Princípios elementares de filosofia**. São Paulo: Centauro, 2001.

RADIO FRANCE INTERNATIONALE. Após suicídio de 60 funcionários, empresa francesa é processada por assédio moral. **Radio França Internacional Brasil**, 07 jul. 2016. Disponível em: <<http://br.rfi.fr/franca/20160707-apos-suicidio-de-60>>

funcionarios-empresa-francesa-e-processada-por-assedio-moral>. Acesso em: 17/05/2017.

REEVES, A.; MCKEE, M.; STUCKLER, D. Economic suicides in the Great Recession in Europe and North America. **The British Journal of Psychiatry**, v. 205, n. 3, p. 246-247, 2014.

RODRIGUES, J. **A educação politécnica no Brasil**. Niterói: EdUFF, 1998.

ROSEN, G. **Da Polícia Médica à Medicina Social**: ensaios sobre a história da assistência médica. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

SATO, L. Saúde e controle no trabalho: feições de um antigo problema. In: JACQUES, M. G.; CODO, W. **Saúde mental & trabalho**: leituras. Petrópolis: Vozes, 2002. p. 31-49.

SATO, L.; BERNARDO, M. H. Saúde mental e trabalho: os problemas que persistem. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 4, p. 869-878, out./dez. 2005.

SELIGMANN-SILVA, E. **Saúde mental no trabalho contemporâneo**. Não publicado.

SELIGMANN-SILVA, E. **Trabalho e desgaste mental**: o direito de ser dono de si mesmo. São Paulo: Cortez, 2011.

SENNET, R. **A corrosão do caráter**: as consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo. Rio de Janeiro: Record, 2006.

SIGERIST, H. E. **Civilizacion y enfermedad**. México: Fondo de Cultura Economica, 1946.

SOUZA, T. M. S. **Emoções e capital**: as mulheres no novo padrão de acumulação capitalista. 353 f. Tese (Doutorado em Psicologia Social) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2006.

_____. Assédio moral e reestruturação produtiva. **Revista de Trabajo Social**, v. 2, n. 2, set. 2009.

SWEEZY, P. M. **Teoria do desenvolvimento capitalista**: princípios de economia política marxista. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

TEIXEIRA, M. A. R. Melancolia e depressão: um resgate histórico e conceitual na psicanálise e na psiquiatria. **Revista de Psicologia da UNESP**, v. 4, n.1, p. 41-56, 2005.

TONET, I. **Método científico**: uma abordagem ontológica. São Paulo: Instituto Lukács, 2013.

TUMOLO, L. M. S.; TUMOLO, P. S. A vivência do desemprego: um estudo crítico do significado do desemprego no capitalismo. **Trabalho, Educação e Saúde**, v. 2, n. 2, p. 327-344, p. 2004.

WICKERT, L. F. O adoecer psíquico do desempregado. **Psicologia Ciência e Profissão**, Brasília, v. 19, n. 1, p. 66-75, 1999.

WORLD HEALTH ORGANIZATION (WHO). **The global burden of disease: 2004 update.** 2008. Disponível em: <http://www.who.int/healthinfo/global_burden_disease/GBD_report_2004update_full.pdf>. Acesso em 06/03/2016.

_____. **Depression: a global crisis.** 2012. Disponível em: <http://www.who.int/mental_health/management/depression/wfmh_paper_depression_wmhd_2012.pdf>. Acesso em 16/01/2016.